

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO**

CILANE DA ROSA VIEIRA

**MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL:
UMA ANÁLISE DOS PERÍODOS
PRÉ-ESTABILIZAÇÃO E PÓS-ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA**

PORTO ALEGRE

2008

CILANE DA ROSA VIEIRA

**MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL:
UMA ANÁLISE DOS PERÍODOS
PRÉ-ESTABILIZAÇÃO E PÓS-ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA**

**Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do grau de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação da Faculdade
de Administração, Contabilidade e
Economia da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.**

Orientadora: Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin

**PORTO ALEGRE
2008**

CILANE DA ROSA VIEIRA

**MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL:
UMA ANÁLISE DOS PERÍODOS
PRÉ-ESTABILIZAÇÃO E PÓS-ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 31 de março de 2008, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin - PUCRS

Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim - PUCRS

Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza - PUCRS

Profa. Dra. Edilane Bertelli - UNOCHAPECÓ

Dedico esta dissertação à minha família, pelo apoio e compreensão ao longo de todo esse período.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin pela sua dedicação e pelo seu incansável auxílio, a qual foi muito mais que uma profissional, se tornou uma amiga no decorrer do desenvolvimento desta dissertação.

Ao Ely José de Mattos, mestre e doutorando, pela sua indispensável contribuição e disponibilidade na coleta e tratamento dos dados utilizados em minha pesquisa. O meu mais sincero agradecimento.

À bibliotecária da Biblioteca de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sra. Fátima Isabel Soares, pela sua atenção e seu empenho quanto ao acesso às mídias que continham os dados, tão importantes para a realização deste trabalho.

À minha família, especialmente, ao meu marido Aristides pela paciência e tolerância e, à minha filha Ariane, que apesar de seus 9 anos de idade, soube compreender a ausência de sua mãe em diversos momentos durante todo o curso do mestrado.

A todos os meus amigos e parentes por entenderem o meu afastamento de seus convívios em muitas ocasiões.

Dedico um agradecimento especial à Kátia Tietze pelos diversos livros e materiais emprestados, os quais foram valorosos, principalmente, à minha preparação para prestar a prova de ingresso no Mestrado.

Aos meus colegas da turma de Mestrado pelo companheirismo e pela troca mútua de conhecimentos.

Aos demais professores do curso de Mestrado, que sempre estiveram presentes para elucidações e sugestões em relação às disciplinas ministradas.

À equipe da Secretaria do PPGE da PUC pelo ótimo atendimento sempre que solicitei seus serviços ou busquei informações.

Gostaria também de agradecer e, de certa forma, prestar uma homenagem a meus pais, Osmar e Almerinda, *in memoriam*. Embora não estejam aqui presentes, mas que foram essenciais na minha formação. Que sem seus ensinamentos, seus valores, carinho e amor, além da credibilidade depositada em mim, eu não teria me tornado essa pessoa responsável e persistente em almejar meus objetivos.

Ainda, guardo viva a lembrança de meu pai cheio de alegria e orgulho ao saber da minha aprovação na seleção do mestrado.

Obrigada a todos!

RESUMO

O objetivo central desta dissertação é estudar o comportamento da desigualdade socioeconômica no Brasil e verificar se ocorreu mobilidade socioeconômica no país e no estado do Rio Grande do Sul, como resultado das políticas públicas adotadas, nos períodos pré-estabilização e pós-estabilização econômica.

Especificamente, este trabalho visa apresentar o debate recente sobre desigualdade e mobilidade social; analisar os aspectos relacionados à desigualdade socioeconômica no país e nos estados brasileiros; e efetuar uma análise dos dados referente à mobilidade no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo descreve os conceitos e teorias sobre a mobilidade social e a pobreza; o segundo mostra uma análise, através dos dados agregados, do Brasil e dos estados brasileiros em diversos indicadores relacionados com a igualdade social e; no terceiro capítulo é efetuada uma análise da mobilidade da renda intrageracional e intergeracional no Brasil e no Rio Grande do Sul, durante o período de 1984 a 2004 para as gerações nascidas entre 1963 e 1967 e entre 1983 e 1987, e a relação da mobilidade com os aspectos da educação e da ocupação nos setores da economia.

Palavras-Chave: Mobilidade. Pobreza. Desigualdade Social.

ABSTRACT

The main aim of this dissertation is to study the behavior of socioeconomic inequality in Brazil and Rio Grande do Sul, trying to relate it to economic public policies before and after the stabilization process.

Specifically this study seeks to present the recent debate about social inequality and social mobility in the country and its States and also, to analyse the social mobility in Brazil and in the State of Rio Grande do Sul.

To reach the proposed targets the study is structured in three main chapters: the first details social mobility and poverty concepts and theories; the second presents an analysis for Brazil and for its States through social inequality related indicators and; the third makes an analysis of income mobility of individuals when compared to their own generation and these when compared to other generations in Brazil and Rio Grande do Sul from 1984 to 2004 using the generations born from 1963 and 1967 and from 1983 and 1987, and the relation of mobility to education and economic sectors occupation issues.

Key Words: Mobility, Poverty, Social Inequality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Crescimento econômico: PIB a preços constantes: estados brasileiros, exceto o estado de São Paulo, 1986, 1994 e 2004	40
Gráfico 2 - Crescimento econômico – PIB a preços constantes: Brasil e o estado de São Paulo, 1986, 1994 e 2004.....	41
Gráfico 3 - Crescimento econômico em variação percentual anual: estados brasileiros, 1986, 1994 e 2004.....	42
Gráfico 4 - Infra-Estrutura - percentual de pessoas com acesso à água potável: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	44
Gráfico 5 - Infra-Estrutura - percentual de pessoas com acesso à instalação adequada de esgoto: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	45
Gráfico 6 - Infra-Estrutura - habitação com densidade acima de duas pessoas por dormitórios: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	47
Gráfico 7 - Infra-Estrutura - consumo de energia elétrica medido em gigawatts (gwh) nas residências: estados brasileiros, exceto Brasil e o estado de São Paulo, 1984, 1993 e 2004.....	48
Gráfico 8 - Infra-Estrutura - consumo de energia elétrica medido em gigawatts (gwh): Brasil e o estado de São Paulo, 1984, 1993 e 2004.....	49
Gráfico 9 - Taxa de analfabetismo: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	50
Gráfico 10 - Taxa de analfabetismo - percentual do grupo masculino: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	52
Gráfico 11 - Taxa de analfabetismo - percentual do grupo feminino: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	53
Gráfico 12 - Taxa de freqüência no ensino fundamental: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	54
Gráfico 13 - Taxa de freqüência no ensino médio: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	55
Gráfico 14 - Nível de escolaridade: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	57
Gráfico 15 - Percentual de pessoas ocupadas no setor rural: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002.....	59
Gráfico 16 - Percentual de pessoas ocupadas no setor da indústria: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002.....	60

Gráfico 17 - Percentual de pessoas ocupadas no setor de comércio: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002.....	61
Gráfico 18 - Percentual de pessoas ocupadas no setor de serviços: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002.....	62
Gráfico 19 - Percentual de pessoas ocupadas no setor formal: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002.....	63
Gráfico 20 - Renda domiciliar per capita em reais: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	64
Gráfico 21 - Percentual de domicílios pobres: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	67
Gráfico 22 - Percentual de domicílios indigentes: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	68
Gráfico 23 - Índice de Gini: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	69
Gráfico 24 - Taxa geral de homicídios (100.000 habitantes): Brasil e estados brasileiros, 1984, 1994 e 2002.....	72
Gráfico 25 - Comportamento da violência em relação à renda domiciliar per capita: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	74
Gráfico 26 - Comportamento da violência em relação ao nível de escolaridade em anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	75
Gráfico 27 - Comportamento da renda domiciliar per capita em relação ao nível de escolaridade em anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	76
Gráfico 28 – Comportamento da ocupação no setor formal em relação à renda domiciliar per capita: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	77
Gráfico 29 – Comportamento da ocupação no setor formal em relação ao nível de escolaridade: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	78
Gráfico 30 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao nível de escolaridade em anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	79
Gráfico 31 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao nível de desigualdade - índice de Gini: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	80
Gráfico 32 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao percentual de pessoas pobres: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	81
Gráfico 33 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao percentual de pessoas indigentes: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	81

Gráfico 34 - Comparação entre o acesso à infra-estrutura e a desigualdade social: Brasil e estados brasileiros, 2004.....	82
Gráfico 35 - Comparação entre o acesso à infra-estrutura e à educação - anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2004.....	83
Gráfico 36 - Comparação entre o acesso à infra-estrutura e a renda domiciliar per capita: Brasil e estados brasileiros, 2004.....	84
Gráfico 37: Mobilidade intrageracional da renda: Brasil e Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	103
Gráfico 38: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da educação: Brasil, 1984 e 2004	106
Gráfico 39: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da educação: Rio Grande do Sul, 1984 e 2004	106
Gráfico 40: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da ocupação: Brasil, 1984 e 2004	110
Gráfico 41: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da ocupação: Rio Grande do Sul, 1984 e 2004	110
Gráfico 42: Mobilidade intergeracional da renda: Brasil e Rio Grande do Sul, 1984 e 2004.....	116
Gráfico 43: Distribuição das pessoas nascidas entre 1983 e 1987 pelos decis da renda relativa, sob o aspecto da educação: Brasil e Rio Grande do Sul, 2004.....	118
Gráfico 44: Distribuição das pessoas nascidas entre 1983 e 1987 pelos decis da renda relativa, sob o aspecto da ocupação: Brasil e Rio Grande do Sul, 2004.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB em R\$ a preços constantes: Brasil e principais estados brasileiros, 2004.....	41
Tabela 2 - Comparação entre a variação percentual do PIB e o percentual do consumo de energia elétrica pelas residências: estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, 2004.....	49
Tabela 3 - Taxa de analfabetismo nos aspectos geral, homens e mulheres: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004.....	52
Tabela 4 - Taxa de frequência no ensino fundamental: estados do Amapá, Rondônia e Roraima, 1984, 1993 e 2004.....	54
Tabela 5 - Taxa de frequência no ensino médio: estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, 1984, 1993 e 2004.....	55
Tabela 6 – Educação: Nível de escolaridade: estados do Acre, Rondônia e Roraima, 1984, 1993 e 2004.....	57
Tabela 7 - Percentual de ocupação no setor rural: Brasil e estados brasileiros que não acompanharam a evolução do país, 1984, 1993 e 2002.....	59
Tabela 8 - Coeficiente sobre a renda domiciliar per capita dos estados brasileiros em comparação com a renda per capita domiciliar do Brasil, 2004.....	65
Tabela 9 - Comparação entre os estados brasileiros e o Brasil com relação ao percentual de domicílios pobres, 2004.....	66
Tabela 10 - Comparação entre os estados brasileiros e o Brasil com relação ao percentual de domicílios indigentes, 2004.....	68
Tabela 11 - Comparação entre os estados brasileiros e o Brasil com relação ao índice de Gini, 2004.....	69
Tabela 12 - Taxa de homicídios em 100.000 habitantes e a variação percentual: Brasil, 1984, 1994 e 2002.....	70
Tabela 13 - Taxa de homicídios nos aspectos geral, masculino e feminino: Brasil e estados brasileiros, 2002.....	72
Tabela 14 - Composição dos decis da renda média relativa	88
Tabela 15 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, segundo os decis da renda média relativa: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	91

Tabela 16 - Mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 pelos decis da renda média relativa: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	92
Tabela 17 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	95
Tabela 18 - Mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 nos decis da renda média relativa, segundo o nível de escolaridade: Brasil, 1984 e 2004.....	97
Tabela 19 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	100
Tabela 20 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967 nos decis de renda média relativa: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	102
Tabela 21 - Mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 pelos decis da renda média relativa: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	103
Tabela 22 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	105
Tabela 23 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004.....	109
Tabela 24 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 a 1967 e as nascidas entre 1983 a 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa: Brasil, 1984 e 2004.....	112
Tabela 25 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Brasil, 2004.....	113
Tabela 26 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Brasil, 2004.....	114
Tabela 27 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 a 1967 e as nascidas entre 1983 a 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa: Rio Grande do Sul, 2004.....	115
Tabela 28 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Rio Grande do Sul, 2004.....	117
Tabela 29 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Rio Grande do Sul, 2004.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA E AS POLÍTICAS ADOTADAS NO BRASIL DURANTE OS PERÍODOS PRÉ-ESTABILIZAÇÃO E PÓS-ESTABILIZAÇÃO..18
1.1 CONCEITOS SOBRE MOBILIDADE SOCIAL E OS ASPECTOS RELACIONADOS	18
1.2 ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA – PERÍODO PRÉ-ESTABILIZAÇÃO.....	25
1.3 A ESTABILIZAÇÃO, PROPRIAMENTE DITA, E SEUS IMPACTOS NO PERÍODO PÓS-ESTABILIZAÇÃO.....	30
2 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O BRASIL E OS ESTADOS BRASILEIROS.....	39
3 MOBILIDADE DA RENDA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	87
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	88
3.2 ANÁLISE DA MOBILIDADE INTRAGERACIONAL DA RENDA.....	90
3.2.1 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Brasil90
3.2.1.1 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Brasil, sob o Aspecto da Educação93
3.2.1.2 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Brasil, sob o Aspecto da Ocupação nos Setores da Economia Brasileira.98
3.2.2 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Rio Grande do Sul102
3.2.2.1 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Rio Grande do Sul, sob o Aspecto da Educação.....	105
3.2.2.2 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Rio Grande do Sul, sob o Aspecto da Ocupação nos Setores da Economia.....	108
3.3 ANÁLISE DA MOBILIDADE INTERGERACIONAL DA RENDA.....	112
3.3.1 Análise da Mobilidade Intergeracional da Renda no Brasil112
3.3.2 Análise da Mobilidade Intergeracional da Renda no Rio Grande do Sul115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	127
ANEXO A – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DIVULGADOS PELO IPEADATA.....	131
ANEXO B – NOTAS METODOLÓGICAS DO IBGE.....	135

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da mobilidade socioeconômica ocorrida no Brasil durante os períodos pré e pós-estabilização econômica. Sendo o marco central o ano de 1994, quando foi concluída a implantação do Plano Real, dada a troca da unidade monetária do Cruzeiro Real pelo Real, embora, em termos práticos, a economia brasileira já se encontrava indexada através da Unidade Referencial de Valor – URV desde 1993.

O período pré e pós-estabilização no Brasil, décadas de 1980, 1990 e meados de 2000, são marcados por instabilidades e insegurança macroeconômica e, por conseguinte, insegurança social. Assim, com o período considerado neste trabalho busca-se analisar diferentes cenários econômicos ocorridos no Brasil. Durante esse período, o Brasil sofreu com a aplicação de diferentes pacotes econômicos, que tentavam conter a inflação ascendente, mas a maioria acabou fracassando. Somente com o Plano Real, a inflação foi contida. Contudo, o poder de compra dos brasileiros foi afetado tanto pela inflação, quanto pela estabilização. Como resultado, a desigualdade social oscilou entre os estados brasileiros, ou seja, alguns estados prosperaram, elevando o nível de renda de sua população, enquanto outros estados empobreceram ou permaneceram estagnados ao longo deste período.

Ao subdividir a análise em períodos menores, verifica-se as variadas formas de medidas de política econômica aplicadas. De 1980 a 1993, o país sofreu um período de hiperinflação, instabilidade econômica de tal alcance que a década de 1980 foi considerada como perdida. De 1994 a 2002, a hiperinflação foi contida e o Brasil adotou um novo padrão monetário. A partir de 2003, o Brasil passou a consolidar sua estabilização e, conseqüentemente, iniciou um processo de obtenção de resultados positivos para a economia nacional, invertendo a situação socioeconômica existente no país, com o intuito de atingir as camadas menos favorecidas da população, reduzindo a desigualdade social e, assim, propiciar o desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido, o trabalho proposto busca verificar como cada estado brasileiro, dado as suas peculiaridades, responderam ao impacto das diferentes políticas públicas adotadas durante os períodos pré e pós-estabilização da economia nacional. Além de observar se ocorreu mobilidade socioeconômica em uma determinada geração e entre duas gerações específicas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Muitos estudos analisaram a mobilidade social inserida em um tipo de política econômica, ou a confrontaram com a mobilidade espacial, com a evolução do mercado de

trabalho, com o processo migratório das pessoas, e mais recentemente, mostraram a importância das capacitações individuais como instrumento para adquirir liberdade de escolha social e, dessa forma, usufruir uma condição de vida adequada.

A industrialização da sociedade foi decisiva para acelerar o processo de mobilidade socioeconômica. O mercado de trabalho tornou-se mais complexo e exigiu profissões diversificadas, além de pessoas mais capacitadas para a execução das tarefas.

Com a finalidade de aplicar esses conceitos ao cenário brasileiro, buscou-se entender a história da economia nacional ao longo dos períodos, focado, principalmente, entre 1984 e 2004, a fim de colher subsídios para a análise da mobilidade socioeconômica ocorrida ou não no país. Para tanto, inicia-se com um breve relato da década de 1970, em que foi o período de maior dinamicidade da economia e de intensa reestruturação social ocorrida no Brasil.

O aumento da competitividade no mercado e as mudanças ocorridas no cenário econômico e político no país, bem como a influência da economia externa e suas flutuações, têm gerado mobilidade espacial (migração) e social (qualidade de vida) na sociedade brasileira. Porém, observa-se que essa mobilidade tem se caracterizado de maneira diversa, conforme o estado que se analisa. De acordo com o argumento de Pastore (2000) a mobilidade brasileira, do início do século XX até final da década de 1970, foi essencialmente estrutural, ou seja, decorrente da transformação na composição setorial do mercado de trabalho. A partir da década de 1980, embora o Brasil, nesse período, tenha sido marcado por hiperinflação acompanhada de estagnação econômica, apresentou o surgimento da mobilidade circular, ou seja, houve a mobilidade por trocas de posições profissionais entre os indivíduos.

Sendo assim, esse trabalho direciona a análise ao período posterior à década de 1970, no qual ocorreram enormes oscilações econômicas, variando entre inflação, estagflação, hiperinflação e finalmente a estabilidade econômica.

Dessa maneira, o trabalho busca verificar quais os aspectos que foram determinantes para a mobilidade socioeconômica não-estrutural com a finalidade de possibilitar estudos para a criação de políticas públicas que viabilizem o fortalecimento e a expansão desses aspectos, em prol de uma condição social mais igualitária, e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e social do país. Essa redução da desigualdade social é referente não apenas à renda, mas também ao acesso a setores da economia, vitais para suprir as necessidades dos indivíduos.

Esta pesquisa se propõe a servir como um instrumento a profissionais e estudiosos nas seguintes áreas: economia, sociologia, ciências políticas, administração pública e demais pessoas interessadas no assunto tratado neste trabalho.

O objetivo geral visa estudar o comportamento da desigualdade socioeconômica em cada estado brasileiro e verificar se ocorreu mobilidade socioeconômica no Brasil e no Rio Grande do Sul como resultado das políticas públicas adotadas, no período pré e pós-estabilização econômica.

Com relação aos objetivos específicos destacam-se: a) apresentar o debate recente sobre desigualdade e mobilidade social; b) analisar os indicadores relacionados com a mobilidade socioeconômica no país e nos estados brasileiros; c) efetuar uma análise dos dados referente à mobilidade no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

Esta dissertação é composta, além da Introdução, por três capítulos e pelas considerações finais.

No Capítulo 1 são abordados os conceitos e aspectos da mobilidade social, além de uma breve descrição da história da economia brasileira e seus planos de estabilização.

No Capítulo 2 são analisados o Brasil e os estados brasileiros nos aspectos relacionados com a mobilidade social. No entanto, o desempenho na escala social não foi uniforme em todos os estados brasileiros, tanto em termos de extensão quanto de intensidade. Para realizar uma análise comparativa entre o crescimento econômico e a desigualdade social nos diferentes estados, é necessário considerar além do aspecto monetário (renda), o aspecto não-monetário.

O Brasil constitui-se em um país de grande diversidade em várias áreas, dentre as quais podemos citar: condições ambientais, serviços de saúde, acesso à educação, infraestrutura instalada, disponibilidade de emprego, nível de renda, dentre tantos outros. O segundo capítulo, desse modo, refere-se às características de cada estado brasileiro, além dos indicadores que mostram a situação socioeconômica nos diferentes estados e a evolução desses índices durante o período que está sendo analisado. Serão utilizados os indicadores agregados divulgados pelos órgãos competentes e que tratam dos seguintes aspectos: a) crescimento econômico; b) infra-estrutura; c) educação; d) ocupação nos setores da economia; e) nível de pobreza pelo aspecto da renda e; f) segurança.

Este capítulo mostra o desempenho de cada aspecto analisado nas três décadas de análise deste trabalho (1980, 1990 e 2000), a fim de caracterizar a distinção dos períodos: a) pré-estabilização econômica, o qual contém efeitos da hiperinflação e instabilidade político-econômica no país; e b) pós-estabilização econômica, com a implantação do Real, e os efeitos provocados por essa medida, além do controle da inflação doméstica.

No Capítulo 3, é realizada uma análise das oscilações ou inércia da mobilidade intrageracional e intergeracional verificada no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul,

durante o período de 1984 a 2004. Essa análise utiliza os microdados disponibilizados pelo IBGE e compara duas gerações de pessoas, sendo uma geração, as pessoas nascidas entre 1963 e 1967 e outra, as pessoas nascidas entre 1983 e 1987, nos aspectos da renda, educação e ocupação nos setores da economia.

Nas Considerações Finais são apresentados os resultados do trabalho sobre a mobilidade socioeconômica no Brasil e no Rio Grande do Sul. Estes resultados basearam-se na análise dos dados agregados e, também, dos microdados da PNAD para as duas gerações determinadas acima, durante os períodos pré e pós-estabilização econômica.

1 MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA E AS POLÍTICAS ADOTADAS NO BRASIL DURANTE OS PERÍODOS PRÉ-ESTABILIZAÇÃO E PÓS-ESTABILIZAÇÃO

Neste capítulo são apresentados os conceitos de mobilidade social e demais aspectos que a envolvem, dentre eles estão: pobreza, estrutura social, capacitações, liberdades substantivas e desenvolvimento socioeconômico. Além disso, apresenta-se um breve histórico da economia brasileira referente ao cenário econômico dos períodos pré e pós-estabilização, a fim de propiciar um melhor entendimento dos vários planos e medidas econômicas implantadas e suas conseqüências para a área social.

Para tanto, o capítulo foi dividido em três itens. Sendo o primeiro sobre a mobilidade social e os aspectos relacionados, e os demais itens tratam da economia brasileira correspondente aos períodos pré e pós-estabilização durante um período de 20 anos.

1.1 CONCEITOS SOBRE MOBILIDADE SOCIAL E OS ASPECTOS RELACIONADOS

Neste item são apresentados diversos estudos sobre mobilidade social, os conceitos utilizados por diferentes autores, bem como, a relação com variados aspectos e as mudanças ocorridas na estrutura da escala social no Brasil.

Com base na literatura disponível sobre essa área de pesquisa, verifica-se que apenas a renda não mede adequadamente o nível de pobreza. Rocha (2003) observa que devido ao Brasil ter alcançado a estabilidade econômica, o foco das políticas públicas passa a ser a redução da desigualdade social, em que ainda persiste a pobreza absoluta. A pobreza é um fenômeno complexo e de modo geral, tem sido conceituada como a insuficiência dos meios para o atendimento das necessidades de forma adequada¹. Conforme a autora, evidenciam-se dois tipos de critérios para conceituar a pobreza:

a) **Pobreza Absoluta**: esse critério utiliza um determinado parâmetro fixo para medir a pobreza de uma região. Nesse caso, pode não haver pessoas situadas abaixo desse parâmetro e, portanto, pode ocorrer inexistência de pobreza absoluta na região especificada. Para Rocha

¹ O debate sobre pobreza é bem mais rico e profundo do que é possível apresentar nesse trabalho. O único objetivo aqui é chamar a atenção para a complexidade do tema e deixar claro que conceituar pobreza unicamente como insuficiência de renda é impor uma limitação muito forte a compreensão do fenômeno pobreza.

(2003) essa medida de pobreza está vinculada às questões de sobrevivência física. Ou seja, refere-se à impossibilidade do indivíduo em atender suas necessidades mais essenciais para a vida humana.

b) **Pobreza Relativa:** o critério utilizado é sempre em função de comparar determinado grupo de pessoas a algo ou alguém. Pode ser, por exemplo, a renda média da sociedade, outro grupo, etc. Nesse caso, sempre que houver desigualdade haverá pobreza. O pobre é aquele com menor renda dentro desse conjunto populacional que o indivíduo está inserido. Segundo Rocha (2003), esse critério de pobreza não faz referência às necessidades básicas. Preocupa-se em delimitar um conjunto de pessoas pobres em relação à sociedade em que vive essa população. Trata de um conceito muito mais amplo, em que envolve cultura, costumes e modo de vida predominante nessa sociedade, entre outros hábitos. Além de incorporar questões de redução de desigualdades e de exclusão social.

Em geral, ocorre pobreza absoluta em países em desenvolvimento, e pobreza relativa em ambos: desenvolvidos e em desenvolvimento. O objetivo social mais imediato é a eliminação da pobreza absoluta e, na seqüência, além do aumento da riqueza, a distribuição cada vez mais eqüitativa dos rendimentos do crescimento econômico.

Segundo Barros; Henriques; Mendonça (2001), a pobreza tem origem na escassez de recursos. O Brasil, no entanto, não tem essa deficiência, e desse modo, não pode ser considerado um país pobre. Porém, o que ocorre é um elevado grau de desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Comin et al. (2006) destacam que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD reconhece que a pobreza humana é mais ampla, e que outras medidas importantes são excluídas, tais como: falta de liberdade política; incapacidade de participar da tomada de decisão; falta de segurança pessoal; incapacidade de participar da vida comunitária e; ameaças à sustentabilidade.

Conforme Sen (2000) e Comin et al. (2006) afirmam, a pobreza tem seu conceito ainda mais ampliado, tal que percorre o eixo da insuficiência da renda à privação de capacitações. A Abordagem da Capacitação introduzida por Amartya Sen parte de uma abordagem geral para a avaliação de vantagem individual e de arranjos sociais. E ressalta que o processo democrático e os procedimentos de escolha social devem definir as políticas distributivas.

Cabe destacar, que a condição social difere da escolha social. Enquanto, que a condição social refere-se à dificuldade do indivíduo em obter algo ou atender a sua

necessidade, determinando, dessa forma, o nível social da pessoa; a escolha social diz respeito ao modo de vida que o indivíduo optou, tanto no aspecto comportamental, como na aquisição de bens. A mobilidade social busca verificar a situação presente, através da movimentação e evolução ao longo das décadas, a fim de identificar os tipos de políticas públicas capazes de provocar a ascensão na escala social. Pois uma política pública mal elaborada pode causar sérios prejuízos à sociedade, inclusive à queda na escala social, caracterizando uma desmobilização social.

Ravallion (1996:5 apud Comin et al. 2006), afirma que para medir o bem-estar, baseado no amplo conceito de capacitação, seria necessário a inclusão de indicadores não-monetários.

De acordo com Comin et al. (2006), para avaliar a pobreza e o desenvolvimento com base na abordagem da capacitação, deve ser observada além da renda, as características sociais, culturais e políticas, dado que influenciam na qualidade de vida das pessoas.

Sen (2001) define capacitações utilizando o termo “*Capability*”, o qual não pode ser traduzido literalmente como capacidade, para este seria “*Ability*”. *Capability* refere-se às capacidades mais as habilidades que uma pessoa tem, para realizar algo que considera como valioso para sua vida, dadas às escolhas disponíveis. Sendo assim, uma pessoa pode ser capaz de executar sua alternativa de escolha, porém não possui a oportunidade para realizá-la, ou até decidir não fazê-la. O grau dessas oportunidades reais reflete as liberdades substantivas (liberdades reais para buscar seus objetivos) da pessoa.

Nesse sentido, a pobreza não pode ser medida apenas pela renda, mas pela possibilidade de converter a renda em capacitação. Assim, a pobreza é relativa à insuficiência de capacitações mínimas para a pessoa ser e fazer o que considera importante. Sen (2001) argumenta que na concepção de igualdade de oportunidades, são as capacitações que devem ser igualadas. Um conceito muito mais abrangente do que a disponibilidade de recursos.

Ainda de acordo com Sen (2001), os desajustes sociais e econômicos, tais como, pobreza, fome, desemprego, insegurança; bem como, o governo, aquele que com suas políticas provoca ainda maior desigualdade na região onde exerce seu poder público; causam na população um desvio na percepção de suas privações que podem prejudicar as suas possibilidades de mudança.

A mobilidade social, que é o objeto de interesse deste trabalho, será detalhada a seguir onde será apresentado o seu conceito, suas classificações e a estrutura da escala social no Brasil.

De acordo com Ramos (2006), a mobilidade social é o movimento, ascendente ou descendente, na escala social. Serve para medir a igualdade de oportunidades em uma determinada sociedade. Jannuzzi (2000) refere-se à mobilidade social como a mudança de ocupações com *status* socioocupacionais diferentes. A mobilidade ainda pode ser comparada de duas formas:

- a) **Mobilidade Intrageracional:** compara-se o desempenho social de uma determinada pessoa ou grupo de pessoas com características comuns, durante um período de tempo. Ou seja, em relação às posições ocupacionais anteriores, desde a entrada no mercado de trabalho, até a posição ocupacional presente.
- b) **Mobilidade Intergeracional:** comparação da posição social entre as gerações passadas e a geração atual. Por exemplo, a condição de um filho em relação à condição de seu pai.

Para Giddens (1973 apud Scalon, 1999), as classes sociais se definem pelas possibilidades comuns de mobilidade, tanto durante a vida produtiva como através das gerações. Em uma perspectiva weberiana, tanto Goldthorpe (1984 apud Scalon, 1999) como Gilbert; Arber (1985 apud Scalon, 1999) utilizaram o conceito de classe social como o grupo que possui a mesma posição no mercado de trabalho e se diferenciam de outros grupos por terem oportunidades distintas.

Segundo autores como: Jannuzzi (2000); Pastore (2000); Scalon (1999), a mobilidade social se caracteriza por dois tipos distintos:

- i) **Mobilidade Estrutural:** Ocorre no início do desenvolvimento de uma região, em virtude do surgimento de novas ocupações no mercado de trabalho. Nesse período, as pessoas ascendem na escala social, ao preencher essas novas posições, mesmo sem estarem qualificadas. Assim, esse tipo de mobilidade inclui a movimentação entre estratos de origem e estratos de destino, que refletem os efeitos da mudança na composição da estrutura no mercado de trabalho.

- ii) **Mobilidade Circular:** É a movimentação entre as pessoas, em que a oportunidade de mudança de posição ocorre devido à ascensão ou descensão na classe social ou por algum indivíduo ter saído do mercado de trabalho. Ou seja, a mobilidade circular é resultado de um processo interno do mercado de trabalho.

Scalon (1999) também revela que as análises de mobilidade não se restringem às ocupações; destacam-se ainda, os estudos sobre mobilidade de renda, educação e, especialmente, classes sociais. Sendo assim, as análises de mobilidade buscam mensurar o grau de fluidez e identificar os padrões e a movimentação nas posições da estrutura social, os quais são explicados pelas desigualdades econômicas.

De acordo com Scalon (1999), a análise da mobilidade social requer uma concepção de espaço social onde ocorrem as distribuições de bens e valores, se definem as posições dos indivíduos, bem como suas relações. Entretanto, o espaço social não é estático, e é através do estudo da mobilidade que se busca capturar a intensidade e a direção das mudanças, revelando sua forma de organização.

Cabe destacar, também, que a mobilidade social se diferencia da mobilidade espacial. Embora, ambas estejam, amplamente relacionadas. Assim, conforme Jannuzzi (2000), a mobilidade espacial refere-se aos deslocamentos geográficos das pessoas, que, geralmente, objetivam melhorar sua condição social. Porém, o autor ressalta que, para alguns indivíduos, a migração é uma questão de sobrevivência.

Segundo Pastore (1979 apud Jannuzzi, 2000), a mobilidade geográfica ou espacial (mobilidade horizontal) induz à mobilidade social (vertical). Jannuzzi (2000) comenta, ainda, que as oportunidades econômicas são responsáveis por esse movimento e, geralmente, os indivíduos que migram para outras cidades tendem a alcançar um *status* ocupacional mais alto do que os indivíduos que permanecem em sua cidade natal.

Autores como Pacheco e Patarra (1997 apud Jannuzzi, 2000); Salim (1992 apud Jannuzzi, 2000); Patarra e Cunha (1987 apud Jannuzzi, 2000) consideram que a migração é a resultante de um balanço entre as perspectivas oferecidas na sociedade de destino e às condições existentes na sociedade de origem. Sendo assim, há fatores de atração como o trabalho, melhores oportunidades de emprego, e maiores rendimentos; e fatores de expulsão que englobam a pobreza, a falta de oportunidades de trabalho ou dos meios de produção. Jannuzzi (2000) aponta três fatores que contribuem para a mobilidade social: a) Industrialização; b) Oportunidade educacional; e c) Migração rural-urbana.

Boudon (1973 apud Jannuzzi, 2000) observa que os estudos realizados de mobilidade social nos países desenvolvidos não conseguiram comprovar a relação entre nível de industrialização e grau de mobilidade. No entanto, Jannuzzi (2000) observa que o Brasil mostrou um efeito contrário, em que as mudanças estruturais resultantes da industrialização teriam propiciado expectativas para a mobilidade social, através da criação de ocupações novas e de maior *status* tanto na própria indústria, como nos demais setores da economia.

Com relação à educação, Pastore (2000) analisa que além da média educacional ser muito baixa no Brasil, a elevação do nível de escolaridade ocorre de maneira muito lenta. Fato que constitui em aspecto negativo para o desempenho da mobilidade, visto que a educação é essencial no que concerne ao posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social. Scalon (1999) assinala que para a ascensão na estrutura social, a educação é aspecto primordial. Nesse sentido, a intensidade da mobilidade social ocorre em função das oportunidades educacionais de cada indivíduo.

Velloso (1993) salientou que o desenvolvimento social, seguindo o exemplo da Europa, envolve três aspectos: econômico, social e político. Sendo que o investimento maciço em educação é fundamental para se reduzir a pobreza e a desigualdade. Albuquerque (1993) afirma que a pobreza limita a capacidade produtiva dos indivíduos e que somente o crescimento sustentável permite a redução da pobreza.

Jannuzzi (2000) relata que, durante o século XX, a sociedade brasileira apresentou intensa dinamicidade, com diversas transformações na estrutura social. Sendo que, a mudança de maior impacto se deveu à passagem de uma sociedade rural para urbana e, conseqüentemente, o surgimento da classe média. Nesse sentido, a migração rural-urbana permitiu a mobilidade social ascendente da população economicamente ativa, tanto em relação às gerações passadas, como em relação às primeiras posições ocupacionais exercidas pelos indivíduos.

De acordo com Jannuzzi (2000), a pirâmide social brasileira mostrou uma intensa modificação, com mobilidade acentuada na base da escala social em direção às classes médias. Sobretudo, devido à migração da base agrícola para um perfil setorial mais diversificado, urbano, com ocupações de maior produtividade e remuneração. Porém, esse movimento foi de curta distância, não influenciando na redução das desigualdades sociais. Pelo contrário, esse processo da mobilidade somente reforçou ainda mais o padrão desigual na sociedade brasileira. O autor ainda resume: a maioria sobe pouco e a minoria sobe muito. Esse é o padrão do mecanismo estrutural que determina o perfil das desigualdades sociais. Ou seja, padrão de mobilidade social à base da pirâmide e de curtas distâncias.

De acordo com Pastore (2000), mesmo no final do século XX, o Brasil mantém a intensa mobilidade social, apesar das restritas oportunidades sociais. De modo geral, o século XX resultou em 90% dos filhos tendo alcançado a uma situação social melhor ou igual que a de seus pais. Esse autor ainda constatou que a mobilidade ascendente ocorreu na faixa etária entre 30 e 50 anos de idade, os quais se encontravam no auge de suas carreiras profissionais. Sendo que, os mais novos não possuíam ainda a experiência necessária e os mais velhos já estavam com a carreira consolidada. No entanto, a maior parte da ascensão social ocorreu na base da pirâmide. Dessa forma, os filhos, ao migrarem para a cidade, mesmo com condições de vida mínima, encontravam ocupação em uma posição melhor que a de seus genitores, que se encontravam no setor rural com condições sociais muito baixas.

Seguindo com Pastore (2000), a ascensão social representou a melhoria dos padrões de vida, uma elevação do nível de consumo, e a abertura de novas oportunidades de acesso à escola, ao trabalho e à renda para uma parcela significativa das novas gerações. Em consequência à redução dos estratos inferiores e à ampliação dos estratos médios e altos, surgiu no Brasil a classe média.

Todos os autores acima citados constataram que no Brasil, em seus estágios iniciais de desenvolvimento, predominou a mobilidade estrutural. Esse fato ocorreu em virtude da geração de novos empregos surgida em todos os setores da economia, as quais eram ocupadas pelos indivíduos mesmo sem qualificação para exercer a função. Para os indivíduos com nível educacional mais elevado, a ascensão foi bem maior na escala social, ocupando as vagas de maior prestígio.

Segundo Pastore (2000), no último quarto do século XX, o Brasil apresentou redução da mobilidade estrutural e, em compensação, ocorreu um aumento na mobilidade circular. Isso significa que o mercado de trabalho brasileiro está se tornando mais competitivo, e em contrapartida, a qualificação, competência e educação ganharam maior importância. Como resultado, ampliou os estratos médios e altos, embora a desigualdade tenha permanecido elevada.

Conforme Scalon (1999), a definição de mobilidade é complexa e seu maior problema reside no aspecto relacional das classes, principalmente, as diversidades das situações de trabalho.

Para uma análise pormenorizada da mobilidade socioeconômica ocorrida no Brasil, torna-se imprescindível o conhecimento sobre as políticas adotadas pelos governantes e seus impactos no cenário econômico no país e nos estados brasileiros. Sendo assim, a seguir será descrita a política econômica existente nos períodos pré e pós-estabilização da economia

nacional, bem como a implantação dos diversos planos de estabilização e suas conseqüências para a população brasileira.

1.2 ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA – PERÍODO PRÉ-ESTABILIZAÇÃO

A década de 1980, período pré-estabilização econômica, de acordo com Carneiro (2002) foi caracterizada pelos seguintes fatos: forte queda do crescimento econômico; estagnação do produto per capita e; retração do investimento e intensas variações ao longo desse período, o que provocou incertezas no mercado e a ausência de um modelo de crescimento sustentado. O autor destaca uma quarta característica: a transferência de recursos reais ao exterior, ou seja, a relação internacional sofre uma inversão na transferência de capitais.

Enquanto que, na década de 1970, o Brasil absorvia recursos reais vindos do exterior, através de déficits comerciais permanentes, por meio de financiamento, na década de 1980, em função da dívida externa, o país passa a transferir recursos reais ao exterior, a fim de obter superávits comerciais em detrimento do crescimento doméstico. Essa medida foi o cerne da impotência das políticas econômicas nacionais, que reduziu substancialmente o grau de autonomia da política econômica do Brasil e inviabilizou a estabilidade do país. Belluzzo e Almeida (2002) destacam que essa medida do mercado externo trouxe imediatamente graves conseqüências para o país. Em 1981, a economia brasileira obteve uma intensa desaceleração, resultando em uma recessão associada à queda do produto, da renda e do emprego. Baer (2002) também expõe que a recessão interna foi causada pela política monetária progressivamente restritiva além da introdução de várias medidas ortodoxas.

Baer (2002) complementa que devido às medidas restritivas adotadas não terem surtido efeito no panorama nacional, à escassez de reservas e à perda de acesso ao mercado de curto prazo, o governo brasileiro, em dezembro de 1982, submeteu o país ao FMI com a aplicação de um programa de ajustamento restritivo. As transferências de recursos ao exterior, como pagamento dos juros da dívida externa atingiram 5% do PIB, em 1983 e 1984.

Carneiro (2002) expõe que mesmo depois do ajuste externo, na década de 1980, o processo inflacionário permaneceu. Esse fato decorreu da flexibilização das margens de lucro das grandes empresas brasileiras. Dado ao poder de mercado dessas empresas, as quais forçaram a redução das importações e, assim, a diminuição da concorrência externa, o que

possibilitou o aumento de preços por parte dessas empresas, além disso, essas empresas obtiveram uma compensação do governo pela redução nos lucros obtida em função da inflação, tais como, créditos subsidiados.

Belluzzo e Almeida (2002) analisam que esse ajuste do setor privado gerou um custo elevado para o setor público; além da inflação alta e uma crise fiscal. Essa situação fez com que o governo, até início da década de 1990, buscasse gerar déficits primários suficientes para cobrir os déficits financeiros que se apresentavam crescentes. Os efeitos dessa crise iriam atingir a economia brasileira no decorrer da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990. Segundo Baer (2002), a inflação no Brasil tem sido atribuída aos aportes de capital externo e às atividades especiais extra-orçamentárias por parte do governo em favor das grandes empresas.

Cabe destacar que assim como as empresas sofriam redução em seus lucros, devido à inflação, os trabalhadores também obtiveram perdas em seus salários. Segundo Baer (2002), no final da década de 1970 foram teorizadas políticas salariais que visassem uma melhor distribuição de renda, visto que a população assalariada não foi beneficiada pelo “milagre econômico”. No entanto, a economia brasileira, nessa época, passava por uma crise econômica, e a aplicação dessas políticas salariais levou a relacioná-las com a aceleração inflacionária. Porém, na prática como os custos salariais eram uma justificativa para as empresas aumentarem os preços, o que causaria uma pressão inflacionária, o governo se absteve de fazer a redistribuição de renda.

Baer (2002) prossegue dizendo que embora, os salários médios reais tenham crescido no início da década de 1980, isso não significava que o trabalhador tenha aumentado seu bem-estar, visto que a recessão, em 1981, provocou uma elevação no nível de desemprego.

Carneiro (2002) relata que em meados da década de 1980 houve tentativas de retomar o crescimento interno e reduzir a desigualdade de renda. Porém, o governo implantou uma política recessiva, a fim de gerar elevados superávits comerciais, para poder continuar recebendo os serviços da dívida externa. O resultado foi um período de estagnação, também denominado de década perdida. O baixo investimento de longo prazo causou reflexos negativos nas taxas de crescimento nos setores de produção.

Segundo Baer (2002), no período pré-estabilização, a concentração de renda agravou-se no país, sendo o período mais agudo entre 1987 e 1993. O autor também expõe que nesse período ocorreu um crescimento significativo do setor informal, além de uma queda nos serviços de educação e de saúde prestados às pessoas de baixa renda, devido à debilitada capacidade financeira do governo.

Apesar disso, conforme Belluzzo e Almeida (2002), o Brasil adotou estratégias de caráter monetário (como por exemplo, câmbio e taxa de juros), ao longo da década de 1980 e, assim, conseguiu evitar a imediata hiperinflação e uma crise de liquidação de ativos. Porém, esse resultado foi obtido não somente pela emissão da moeda indexada mas, também através da socialização dos prejuízos e riscos, que intensificaram os desequilíbrios fiscais e financeiros que haviam sido gerados pelo ajustamento e ruptura do financiamento externo.

Segundo Belluzzo e Almeida (2002), a existência de duas moedas na economia ocorreu no Brasil na segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990. Desse modo, a moeda indexada associada à taxa de juros elevada reduziria a incerteza e o risco de perda patrimonial que afastavam os investimentos e, conseqüentemente, reprimiria a fuga de capitais.

Contudo, conforme Belluzzo e Almeida (2002), a instabilidade apontou os primeiros sinais, ainda na década de 1970, quando a inflação tornou-se ascendente. Mais precisamente após o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Segundo Carneiro (2002), os ciclos econômicos da década de 1980 se configuraram de maneira distinta dos ciclos da década de 1970.

Os anos 70 foram marcados por, basicamente, dois ciclos econômicos: i) O período de 1970 a 1973, que ficou conhecido como “milagre econômico”, em que houve intenso crescimento econômico no país e; ii) Entre 1974 e 1980 ocorreu uma desaceleração desse ritmo, embora ainda indicavam altas taxas de crescimento.

Na década de 1980, conforme Carneiro (2002), vários planos econômicos foram colocados em prática, com vistas a eliminar a inflação e retomar a credibilidade da moeda brasileira. Embora, a princípio, a tendência de aceleração da inflação somente era contida, por breves espaços de tempo. Essa oscilação da inflação causou instabilidade na economia brasileira e o fracasso dos programas de estabilização. Nesse cenário, segundo Belluzzo e Almeida (2002), a preferência dos investidores era por ativos de prazo mais curto e os lastreados na moeda indexada, gerando, de certa forma, a especulação no mercado.

Sendo assim, a cada triênio a economia sofreu os seguintes ciclos: de 1981 a 1983, ciclo de retração; 1984-1986 expansão e entre 1987 e 1989, nova retração. Cabe assinalar que o ano de 1984 foi caracterizado pelo elevado endividamento público, resultado do crescimento da dívida entre 1982 e 1984. Em 1985 e 1986, a carga tributária se eleva dada a retomada do crescimento em virtude do aumento da absorção doméstica. No período entre 1987 e 1989, ocorreu uma queda acentuada da carga tributária, estagnação do crescimento econômico e a aceleração inflacionária, apontando uma hiperinflação, intensificada pela

rejeição, também, da moeda indexada, cuja tentativa de controle se dá em 1990, com o Plano Collor.

Nesse sentido, Belluzzo e Almeida (2002) descrevem o Plano Cruzado, o qual foi o primeiro plano heterodoxo de estabilização implantado no Brasil, aplicado em 1986 sob uma potencial desestabilização da economia brasileira. Esse programa utilizou o congelamento de preços, para tentar conter a instabilidade acentuada dos preços e a evolução da hiperinflação. Outra medida foi a nova unidade monetária, o Cruzado, que substituiria o Cruzeiro. Baer (2002) expõe que o objetivo do Plano Cruzado era eliminar a inflação inercial, isto é, a própria inflação gerava inflação em um processo de perpetuação cíclica.

Em relação à distribuição de renda, Baer (2002) verifica que, ao contrário da maioria dos programas de estabilização, o Plano Cruzado favoreceu a classe assalariada. Esse fato provocou um efeito riqueza que, aliado ao amplo acesso ao crédito e à eliminação da indexação dos depósitos de poupança, incentivou as pessoas a movimentar esses recursos para os bens de consumo, contribuindo para a explosão da demanda interna, que encontrou um mercado propício dado uma oferta estagnada resultante do baixo investimento realizado ao longo da década. O efeito do plano foi imediato, aqueceu a economia, reduziu o desemprego e apresentou uma baixa inflação, além de uma situação externa sólida, com taxas de câmbio favorável às exportações. No entanto, esse entusiasmo durou apenas algumas semanas, pois surgiram problemas que se agravaram quase que instantaneamente.

Baer (2002) complementa que o final do Plano Cruzado foi agravado pela moratória da dívida externa, decretada pelo governo, em fevereiro de 1987, o qual gerou aumento nas expectativas inflacionárias e declínio dos investimentos.

Em meados desse mesmo ano, surge o Plano Bresser. Esse plano, continha algumas medidas do Plano Cruzado, porém com um grau de flexibilidade. Ou seja, adotou o congelamento de preços e salários, porém com duração de 90 dias e reajustes periódicos. O mesmo ocorreu com os preços do setor público, para não torná-los defasados, e ao câmbio, a fim de não perder a competitividade do setor de exportações. Outra precaução tomada pelo governo, além do controle do déficit público, foi o de manter as taxas de juros elevadas para evitar a explosão de consumo ocorrida durante o Plano Cruzado e que contribuiu para o seu fracasso. Porém, em poucos meses a inflação intensifica-se e o Plano Bresser também se extingue. De acordo com Baer (2002), o problema central foi o descontrole do déficit orçamentário.

Baer (2002) descreve que, em 1988, logo após a extinção do Plano Bresser e dada à experiência mal-sucedida com o Plano Cruzado, o governo evitou adotar um programa de

ajuste estrutural no país e decidiu apenas aplicar algumas medidas, embora rígidas, deram ao pacote econômico o nome de “feijão com arroz”. Destacam-se no conjunto de medidas, a proibição de contratar novos servidores públicos, o congelamento da dívida do setor público ao setor financeiro e a suspensão temporária dos mecanismos de indexação para reajustar os salários do funcionalismo público. Ainda complementou com a redução da taxa de aumento das tarifas públicas e a desvalorização cambial. Em resumo, a contenção da inflação penalizou em maior grau o setor público e os setores de exportação.

No entanto, as medidas se apresentaram incapazes de controlar o processo inflacionário, e no início de 1989, o governo, conforme prossegue Baer (2002), foi compelido a implantar outro plano heterodoxo, que o denominou de Plano Verão. Esse programa continha as seguintes medidas: a) novo congelamento de preços e salários; b) eliminação da indexação, exceto para depósito de poupança; c) introdução de uma nova moeda, o “Cruzado Novo”, que equivalia a 1.000 cruzados; d) restrição à expansão monetária e de crédito (reduzindo o prazo dos empréstimos e aumentando o compulsório dos bancos, entre outros) e; e) desvalorização cambial.

Belluzzo e Almeida (2002) assinalam que, durante a vigência desse plano, os bancos e as grandes empresas dos setores não-financeiros apresentaram extraordinários lucros. Gremaud; Vasconcellos; Toneto Júnior (2007) relatam que o Plano Verão impôs um arrocho salarial através da indexação defasada e congelamento dos salários, em um período de aceleração inflacionária. Em consequência, o final do primeiro governo civil foi marcado por déficits orçamentários elevados, alta taxa de juros e expressivo aumento da dívida pública. Contudo, segundo afirma Baer (2002), o impacto do Plano Verão teve duração, ainda, mais curta do que os programas anteriores. Uma das principais razões para seu insucesso foi a inexistência de um ajuste fiscal eficiente. Belluzzo e Almeida (2002) ressaltam que foi com o fracasso do Plano Verão, no final de 1989, que ocorreu a maior aceleração inflacionária sofrida pelo país.

O Plano Collor, apesar de muitas controvérsias, segundo Carneiro (2002) conseguiu, pelo menos, conter a hiperinflação, apesar de a inflação ter permanecido em dois dígitos. Esse plano também foi capaz de conter a contínua especulação financeira, o que provocou impacto nos lucros dos bancos, além de restaurar algumas funções da moeda nacional. De acordo com Belluzzo e Almeida (2002), o Plano baseava-se em uma reforma monetária e em um bloqueio das aplicações financeiras, além, também, de um congelamento de preços, porém de curta duração, e da troca do padrão monetário, denominado novamente de Cruzeiro.

Belluzzo e Almeida (2002) afirmam que o confisco da riqueza financeira gerou a escassez de capital de giro nas empresas, que alegavam falta de recursos até mesmo para cumprir com a folha de pagamento no mês subsequente ao plano. O país indicou um declínio considerável na produção industrial de 9% em 1990. Situação semelhante ocorreu também para o comércio varejista. Esse resultado nos setores da economia gerou uma queda de 4,6% no PIB em 1990. Contudo, os índices de inflação obtiveram forte redução.

Belluzzo e Almeida (2002) expõem que o governo apesar da decretação da moratória buscou através de determinadas estratégias, entre elas, a abertura comercial e o câmbio livre, a retomada das negociações com os organismos internacionais. Não auferiu sucesso, assim como o governo ficou sem a possibilidade de crédito externo por quase todo o período de vigência do Plano Collor. Nesse cenário, ainda foi aplicado o Plano Collor 2, em 1991, a fim de tentar reajustar o programa de estabilização. Baer (2002) declara que após esse segundo plano, o governo implantou um programa antiinflação baseado em uma agressiva restrição ao crédito, no fortalecimento gradual das finanças públicas e em uma taxa de câmbio condizente com o valor da moeda interna.

Baer (2002) constata que entre o final de 1986, com o fracasso do Plano Cruzado e até o *impeachment* do presidente, em fins de 1992, a economia brasileira sofreu um período de estagnação (baixo crescimento do PIB) e o descontrole da inflação transformando-se em hiperinflação. Esse quadro denominado de estagflação foi causado, praticamente, pelo endividamento do setor público durante todo esse período.

1.3 A ESTABILIZAÇÃO, PROPRIAMENTE DITA, E SEUS IMPACTOS NO PERÍODO PÓS-ESTABILIZAÇÃO

A seguir será descrito o Plano Real, o qual teve início em 1993 e cuja implantação foi concluída, em julho de 1994, com a troca do padrão monetário. Contudo, trata do ponto central deste trabalho, o qual foi o marco para a estabilização da economia brasileira, principalmente, relativa à queda da inflação.

Baer (2002) relata que o vice-presidente ao assumir o cargo, dado o *impeachment* do presidente da República em 1992, passou por uma enorme instabilidade em sua equipe econômica. Em seis meses, foram quatro ministros da Fazenda. Em meados de 1993, portanto, assumiria o ministro que apresentaria o Plano Real, denominado inicialmente de

Plano de Ação Imediata, e que em 1994 o tornaria presidente da República e concluiria a aplicação do plano econômico de estabilização. Ressalta-se que o Plano de Ação Imediata, primeiramente, substituiu o padrão monetário para Cruzeiro Real.

Segundo Carneiro (2002), assim como outros planos, o Plano Real também utilizou a âncora cambial como instrumento para obter a estabilidade de preços de forma mais acelerada. O que significa dizer que se fixa o preço externo da moeda para estabilizar o seu valor interno. Belluzzo e Almeida (2002) também salientam que esse tipo de programa de estabilização, nessa época, foi viável em virtude do excesso de liquidez da economia mundial.

Belluzzo e Almeida (2002) destacam, também, que esse programa de estabilização utilizou um regime de conversibilidade limitada, com taxas semifixas. Como no mercado externo há a livre movimentação de capitais, a taxa de juros, para convergir aos níveis internacionais, deve incorporar o risco-país e a expectativa de desvalorização do câmbio.

O Plano Real estava fundamentado em três dimensões, anteriores à conversão para a nova unidade monetária, o Real, conforme enumera Carneiro (2002): a) condições favoráveis para sustentar o valor externo da moeda; b) equilíbrio fiscal e; c) a criação da Unidade Real de Valor – URV como meio de passagem para a nova moeda.

Quanto à primeira condição, as condições favoráveis iniciaram, ainda, no governo anterior com a abertura comercial no início da década de 1990. Essa abertura ao mercado internacional permitiu o retorno do financiamento externo até 1997, eliminando o problema de escassez de divisas remanescentes da década anterior e da instabilidade da taxa de câmbio e, conseqüentemente, sendo possível manter o valor externo da moeda, além de atrair a entrada de capitais. De acordo com Belluzzo e Almeida (2002), após o segundo semestre de 1997, no entanto, com o surgimento da crise asiática e, ainda, seguido do colapso da Rússia, em 1998, os financiamentos externos reduziram-se consideravelmente aos países em desenvolvimento.

A segunda condição que trata do equilíbrio fiscal, também, apresentava-se favorável à estabilização econômica. De acordo com Carneiro (2002), a dívida líquida do setor público atingiu, em 1994, o nível mais baixo da década, inferior a 30% do PIB. Essa condição, assim como a primeira, foi viabilizada em virtude da ação do governo anterior, que confiscou os ativos financeiros no Plano Collor, em 1990, resultando em uma dívida interna, em 1991, em torno de 15% do PIB.

A terceira condição, segundo Carneiro (2002), refere-se à instituição da URV, que serviu, em um momento prévio, de indexador da economia e como coordenador dos ajustes de preços e salários, até a troca de moeda, propriamente dita.

Após descrever os pressupostos que nortearam o programa de estabilização, cabe avaliar os impactos gerados com a implantação do Plano Real, em julho de 1994.

Segundo Carneiro (2002), em virtude dos preços terem sido alinhados previamente com a URV, a nova moeda, portanto, iniciava seu curso com queda na inflação. Contudo, a taxa anual de inflação permaneceu em dois dígitos nos dois anos seguintes, passando para um dígito somente em 1997. Essa inflação persistente teve como responsável os preços dos bens não-comercializáveis (serviços públicos oriundos de empresas estatais e que foram privatizadas) que obtiveram aumento superior a média do período. Enquanto que os produtos comercializáveis, que sofriam com a concorrência externa devido à abertura comercial, foram impelidos a reduzir seus preços rapidamente, a fim de não perderem sua fatia no mercado doméstico.

Belluzzo e Almeida (2002) ressaltam que o investimento direto estrangeiro direcionou para os setores, basicamente nos serviços, e nos processos de privatização. Além disso, esse tipo de investimento se caracterizou pela tendência a importação e baixa propensão a exportar.

Carneiro (2002), ainda, afirma que um dos impactos mais significativos do programa de estabilização foi à apreciação cambial verificada na relação câmbio e salários.

Em relação ao câmbio, o poder de compra de uma URV, medido por uma cesta de diversos bens, se reduziu e, por conseqüência, o câmbio que seguia a URV se apreciou, desvalorizando o dólar no período. Essa apreciação do câmbio gerou a manutenção de altas taxas de juros, mesmo após a queda da inflação, a fim de garantir o influxo de capitais.

Em relação aos salários, torna-se difícil determinar o que ocorreu de fato durante o período de transição, pois a conversão pela média real dos salários nos últimos quatro meses pode ter ocasionado perdas, o que fez com que o governo permitisse a negociação de reposição de perdas na primeira data-base após a implantação do plano. Carneiro (2002) também observa, através dos dados do IBGE que o poder aquisitivo dos salários aumentou em 1993, período pré-estabilização; e em 1998, pós-estabilização, com o declínio do crescimento produtivo ocorrido logo no início do Plano Real, o poder aquisitivo reduziu-se.

Belluzzo e Almeida (2002) comentam que em virtude do Brasil seguir rigorosamente a orientação do Consenso de Washington sobre a combinação câmbio e juros, causou uma situação econômica precária ao país. A ampla abertura comercial, com indiscriminadas importações que resultou na redução das cadeias produtivas; a sobrevalorização cambial que afetou, principalmente, as empresas exportadoras; e as elevadas taxas reais de juros que exerceram um efeito perverso sobre o custo do capital das empresas nacionais foram

responsáveis pelo rápido crescimento econômico brasileiro e o elevado aumento do desemprego, basicamente, nas atividades que sofriam com a concorrência externa.

Segundo Carneiro (2002), outro impacto relevante do Plano Real, foi o aumento de consumo. Esse fato ocorreu em função da combinação de diversos fatores, a saber: a) a conversão salarial com possibilidade de reposição das perdas; b) o declínio acentuado da inflação e; c) o aquecimento das atividades produtivas. Esses fatores permitiram o aumento de rendimento médio e o crescimento dos níveis de ocupação.

Belluzzo e Almeida (2002) enumeram, ainda, outros dois fatores, a redução das taxas de juros nominais e o fim da indexação, que recompuseram a riqueza privada e geraram nas pessoas uma preferência no consumo de bens duráveis e de aquisição de ativos reais, ao invés, das aplicações financeiras que serviam apenas para não sofrer a perda de valor causada pela inflação. Esses autores ainda comentam que essa transferência de renda e riqueza excluiu: a massa de salários, os quais cresceram em um índice menor que a inflação devido ao aumento do desemprego; os produtores de bens comercializáveis, em virtude da sobrevalorização cambial e; as pessoas, físicas ou jurídicas, que contraíram dívidas a taxas de juros elevadas, além do setor público dado o seu crescente endividamento interno.

Baer (2002) relata que a queda da inflação em 1994 proporcionou ganhos reais aos assalariados, aumentando o seu poder de compra. Esse fato, ocorrido no início do Plano Real, parecia, a princípio, ter resolvido o problema da concentração de renda no país, visto que, os mais prejudicados pela hiperinflação foram os assalariados pertencentes à classe de renda mais baixa. No entanto, esse consumo desenfreado, principalmente, em bens de consumo duráveis passou a ser superior ao aumento do salário real, o qual foi compensado pelas linhas de crédito ofertadas no mercado. E, conseqüentemente, em 1998, os índices de inadimplência atingiram níveis altos. Carneiro (2002) complementa que o alto índice de inadimplência, provocado pelo endividamento acima da capacidade de pagamento da população aliado ao crédito caro, dado às taxas elevadas, resultou em crise bancária nacional.

De acordo com Carneiro (2002), os efeitos da estabilização foram ainda mais nocivos para as contas públicas, as quais dão suporte à estabilidade ao valor da moeda. Em 1993 e 1994, o país apresentou um relativo equilíbrio fiscal, com elevados superávits operacionais. A partir desse período a economia passa por um período de desequilíbrio fiscal, com déficits operacionais crescentes até 1998, em virtude, basicamente, da manutenção da taxa de juros elevada. E assim, a dívida interna cresceu de forma expressiva, em função da acumulação de reservas, o que fez reduzir a dívida externa. Neste ano, ocorre o ajuste fiscal, obtendo superávits primários em torno de 3% do PIB. Após 1998, reduz paulatinamente suas reservas

e, por consequência, eleva seu endividamento junto às instituições multilaterais e cresce a dívida externa. Em suma, a dívida se originou da taxa de juros elevada e do acúmulo de reservas, o qual foi uma estratégia para implantar o programa com âncora cambial. Esse processo teve um custo muito alto para o país.

Baer (2002) relata que no período de 1995 a 1998, apesar do aumento significativo nos gastos do governo e da inexistência de um ajuste fiscal adequado, a estabilidade de preços prevaleceu. No entanto, o governo para manter as taxas de câmbio e financiar seu déficit precisava realizar empréstimos a taxas de juros crescentes, o que agrava a sua situação fiscal.

Belluzzo e Almeida (2002) observam que a alteração do câmbio, em 1999, inverteu o direcionamento da transferência de renda e riqueza, conforme se verificou na implantação do Plano Real descrito acima, e passou a favorecer os produtores de bens comercializáveis em detrimento dos importadores e devedores em moeda estrangeira. O setor público, por sua vez, a fim de neutralizar o aumento do pagamento de juros e da dívida pública indexada em dólar, utilizou-se do aumento da carga tributária e do rebaixamento de salários devido à inflação.

Conforme foi mencionado anteriormente, qualquer programa de estabilização deveria visar o ajuste fiscal consistente. Baer (2002) expõe que o Plano Real também não executou esse ajuste, mas obteve credibilidade, tanto no âmbito nacional como no externo, pelo modo gradual com que foi implantado. Essa confiança permitiu ao governo financiar seu déficit e estabilizar a economia durante um longo período de tempo, e assim adiar a aplicação de medidas fiscais. Esse adiamento surtiu efeito até 1998, quando o Plano Real entrou em colapso.

Souza (2007) argumenta que em 2001 houve uma desvalorização do real, a fim de tentar amenizar os efeitos negativos sobre as exportações do país e, assim, gerar um superávit comercial. Conseqüentemente, o câmbio fixo (ou semifixo) que já entrara em colapso entre 1998 e 1999, passou a ser flutuante. Nesse período, o governo faz dois acordos com o FMI. O resultado de 2001 gerou na economia brasileira uma recessão: o déficit externo elevou-se e a dívida líquida do setor público atingiu níveis preocupantes, em torno de 52% do PIB, o salário real apresentou queda, e, em decorrência dos altos juros, ocorreu um desaquecimento da produção nacional.

Souza (2007) declara que em meados de 2002, o dólar retoma seu trajeto ascendente e a pressão sobre o câmbio mantém-se. O cerne do problema situava-se no elevado passivo externo e com isso os encargos da dívida pública eram praticamente impagáveis, causando certo nervosismo no mercado externo e a fuga de capitais do país. Em outubro de 2002, a dívida pública saltou para 63,7% do PIB. Essa situação levou o governo a efetuar um terceiro

acordo com o FMI, ainda em 2002. O governo elevou a taxa de juros, que propiciou uma perda na lucratividade das empresas não financeiras, inclusive nas grandes empresas. A rentabilidade sobre o patrimônio dessas empresas reduziu drasticamente, de 7,9% em 2000 para apenas 0,8% em 2002. Ressalta-se que essa rentabilidade, no período de 1995 a 2002, foi inferior a 3%, enquanto que, na década de 1980, atingiu 11,15%.

Souza (2007) prossegue dizendo que com a estagnação do mercado externo, a economia brasileira somente poderia crescer através do incremento da demanda interna. Porém, no decorrer do período de 1995 a 2002, a política vigente reduziu o crédito em 13% e provocou uma queda de 15% no rendimento real do trabalhador, o que resultou em um crescimento médio do PIB em torno de 2,3%. Dessa forma, o mercado doméstico desaquecia, impossibilitando a alavancagem da economia. A estagnação da economia brasileira em 2001 e 2002 foi decorrência de diversos fatores, dentre eles: a retração das exportações; o racionamento de energia; os juros elevados e; a redução do rendimento do trabalhador.

Segundo Souza (2007), a aceleração inflacionária foi caracterizada como choque de oferta, devido ter como causa central a valorização do dólar, que onerou as importações, sendo esses custos financeiros repassados aos preços dos produtos. Nesse sentido, houve um aumento de preços abrangendo todos os setores da economia, o que indicou o retorno da inflação inercial.

Conforme Souza (2007) os especuladores externos somente se acalmaram, quando, em 2003, o novo e atual governo assinou um acordo se comprometendo a cumprir os contratos, que vigorariam até março de 2005. Segundo Gremaud; Vasconcellos; Toneto Júnior (2007), o maior desafio desse novo e atual governo seria inverter o quadro de instabilidade que se apresentou em 2002, o qual elevou o risco-país a patamares elevados; e combater as pressões cambiais e inflacionárias.

A mudança principal com relação ao mercado externo, de acordo com Souza (2007), foi o governo reintroduzir a política externa independente e a defesa dos interesses do Brasil. Um dos pontos destacados foi a retomada das negociações na criação de um bloco econômico, o Mercosul, iniciadas na década de 1980, no período pré-estabilização, e sendo suspensas na década de 1990. Além disso, em 2004, o governo buscou estreitar as relações com diversos países de outros continentes, dentre eles: África, China, Rússia, Índia, países árabes, entre outros países em desenvolvimento. Essa diversificação no mercado internacional, com países que também valorizaram suas moedas frente ao dólar, serviu para fortalecer as exportações e anular os efeitos prejudiciais das importações, que reduziam os preços internos.

Embora, as importações tenham apresentado modesto crescimento, foram beneficiadas pela política de taxa de juros e superávits primários elevados que geraram uma sobrevalorização externa da moeda nacional. Desse modo, nos três primeiros anos do atual governo, o valor do dólar apresentou queda, em termos reais, de 42,22% em relação ao real. Em síntese, a inflação reduziu ao longo do governo atual.

De acordo com Souza (2007), na economia interna, a partir de 2003, o governo implementou várias políticas que se traduziram em crescimento econômico. Destaca-se a suspensão do processo de privatização; aquisição de produtos nacionais pelo governo e pelas estatais e; financiamento somente para empresas nacionais pelos bancos de fomento. Além disso, a taxa de juros reais manteve-se elevada, a fim de perseguir a meta inflacionária estabelecida e manter a taxa de crescimento do PIB ao redor de 4% para que não comprometesse a sustentabilidade econômica do país.

Gremaud; Vasconcellos; Toneto Júnior (2007) revelam que a dívida líquida do setor público em relação ao PIB reduziu seu percentual significativamente, a partir de 2004. Além disso, o perfil da dívida pública mostrou intensa mudança positiva em sua composição, principalmente, em relação aos títulos atrelados ao dólar, que quase sofreram total eliminação. Como resultado da política fiscal aplicada, houve uma queda acentuada do risco-país e uma valorização cambial, fatos que contribuíram para criar um cenário satisfatório para a estabilização da economia brasileira, bem como, à atração de capital estrangeiro.

Souza (2007) destaca que os resultados positivos somente começaram a aparecer a partir de 2004, pois, em 2003, o ano de transição entre os governos, o resultado teve apenas alguns aspectos satisfatórios. A economia permaneceu estagnada e aumentou o nível de desemprego, o que refletiu na queda do salário real. Conseqüentemente, reduziu a demanda doméstica e, os investimentos e a produção também apresentaram retração. O resultado final de 2003 foi o pífio crescimento do PIB, 1,1% pela metodologia nova.

Segundo Souza (2007), em 2004, o país retoma o crescimento econômico com um acréscimo na produção industrial nacional de 8,3%. Sendo a maior taxa de crescimento desde o Plano Cruzado, em 1986. Esse incremento foi possível, imediatamente, sobretudo pela capacidade ociosa nas indústrias, 29,5% na média de 2003. A dinamização do setor produtivo se deveu tanto ao mercado interno como ao externo. Principalmente, em relação a este último que apresentou crescimento extraordinário em 2004 comparado a 2003. As exportações, que tinham crescido 21% em 2003, apontaram um percentual de 32% em 2004. Aliado a esse cenário interno, os sinais de recuperação da economia mundial apresentavam um aumento no PIB mundial, iniciado em 2003 com crescimento de 2,5% e, em 2004, elevou-se para 3,8%. O

principal responsável por esse aumento nas exportações brasileiras, bem acima das exportações mundiais, se deveu à política de comércio exterior que incentivou e desenvolveu a diversificação e abertura de novos mercados internacionais.

O mercado doméstico, de acordo com Souza (2007), também apresentou aquecimento, sendo um dos fatores que contribuiu foi o acesso ao crédito. Contudo, a fim de conter um potencial consumo intenso que poderia desestabilizar a economia, como ocorreu no Plano Cruzado e que levou ao seu fracasso, o governo retraiu a política monetária, elevando os juros reais, com o intuito de manter o crescimento do PIB dentro do patamar determinado. Cabe destacar, que apesar da economia brasileira ter apontado um crescimento inferior ao da economia mundial, o Brasil melhorou sua classificação no *ranking* mundial, passou da 15^a para a 11^a posição. Souza (2007) salienta que mesmo com essa retração na economia, os investimentos subiram, em 2004, para 19,6%.

Em razão de todos os aspectos descritos acima, segundo Souza (2007), o PIB elevou-se em 4,9%, um pico no crescimento superado somente em 1994; e a taxa de desemprego reduziu-se, após três anos de elevação. Sendo que, nos primeiros três anos do governo atual, houve a criação de 8,131 milhões de empregos no país.

Em consequência, Souza (2007) especifica que a massa salarial, em 2004, cresceu 2,3%, em termos reais, e apenas o setor da indústria concedeu um aumento nos salários em torno de 9%. O aumento do salário real, a partir de 2004 permitiu uma melhor distribuição de renda no país. De acordo com os dados, o autor demonstra que houve uma movimentação entre a renda dos 10% mais ricos através da queda na sua participação, ao redor de 4%, e em contrapartida, um aumento na mesma proporção distribuído entre as demais classes sociais brasileiras. Essa situação é confirmada pelo Índice de Gini que também reduziu. Essa redução na desigualdade de renda resulta, sobretudo, do aumento do poder de compra do salário mínimo. Este, por sua vez, obteve expressivo aumento no governo atual. Somente no primeiro triênio, elevou-se em 25,7%, o que corresponde a 2,2 cestas básicas por mês, enquanto que no final do governo anterior, correspondia a apenas 1,3 cesta básica.

Souza (2007) assinala que a política fiscal também constitui um meio para exercer a redistribuição de renda e provocar a dinamização do mercado doméstico. Através da adoção de programas sociais que, além da renda, abrange a educação, saúde e habitação, entre outros aspectos. O governo atual lançou mão desses programas, os quais vêm apontando bons resultados. Como por exemplo, o Bolsa Família que compreende a transferência de renda condicionada, ou seja, para ter direito à ajuda financeira (limitada a um determinado teto de

valor), as famílias devem cumprir com as condições exigidas, e que tem demonstrado ser um instrumento fundamental para reduzir a pobreza e executar a distribuição de renda.

Outras medidas aplicadas para dinamizar o mercado interno, de acordo com Souza (2007), podem ser citadas: fim da cumulatividade de alguns impostos; extinção de determinadas alíquotas sobre produtos da cesta básica e; estímulo ao microcrédito produtivo orientado, a fim de promover a inclusão social.

Face dessas medidas adotadas pelo governo atual, a pobreza vem apresentando redução, gradativamente.

Conforme afirma Celso Furtado, citado por Souza (2007), o desenvolvimento econômico resulta da combinação do crescimento econômico (aspecto da produção de riqueza) com mudanças nas estruturas econômicas, aumento da produtividade do trabalho e a distribuição de renda mais eqüitativa.

O próximo capítulo verifica o desempenho e as oscilações dos indicadores econômicos e sociais, os quais se entendem que tenham relação com a condição social dos indivíduos. Essa análise foi efetuada para o Brasil e para os estados brasileiros nos períodos pré e pós-estabilização econômica.

2 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O BRASIL E OS ESTADOS BRASILEIROS

Neste capítulo é apresentada uma análise dos indicadores considerados importantes para entender a mobilidade social no Brasil. Para tanto, utilizou-se dois tipos de indicadores, que buscam refletir meios ou fins num processo de desenvolvimento. É importante deixar claro desde já, que alguns indicadores são difíceis de serem classificados por se constituir ao mesmo tempo em meios e fins.

Os indicadores classificados como meios são os que formam as bases da condição social da população e o instrumento para se atingir uma qualidade de vida mais elevada. Na linguagem utilizada na abordagem das capacitações, estes seriam, por exemplo, os recursos necessários, mas que não são desejados por si só, e sim porque permitem alcançar algo que as pessoas consideram importante. Dentre os quais podem ser destacados: **a) Crescimento Econômico** medido pelo PIB (Produto Interno Bruto); **b) Infra-Estrutura**, o acesso aos elementos básicos e primordiais para elevar a qualidade de vida dos indivíduos, tais como, saneamento básico, energia e densidade populacional; **c) Ocupação**, muito ligado à educação, ou seja, o tipo de ocupação, além do talento, dependerá, em grande parte, do nível de escolaridade da pessoa e das oportunidades que o mercado oferece. E é através da ocupação que ocorre a geração de renda e, de acordo com a idéia de desenvolvimento como liberdade, renda obtida através do trabalho, tem um valor intrínseco maior do que renda recebida de doação ou ajuda governamental. ; **d) Renda Domiciliar per Capita**, que tradicionalmente é utilizada como indicador do grau de pobreza ou riqueza do indivíduo em determinada região.

A **Educação**, por sua vez, pode ser considerada tanto um meio como um fim e constitui-se em um exemplo importante, pois dependendo de como ela estiver sendo considerada, poderá exercer papel distinto no processo de desenvolvimento. Se a educação for considerada apenas como um meio para “treinar” os trabalhadores e aumentar a produtividade do trabalho, é um processo diferente do que se for considerada um fim em si mesma, capaz de proporcionar uma melhor visão de mundo, de comportamento dentro da sociedade, etc. Assim, a educação como meio é um importante instrumento para o desenvolvimento de uma região, principalmente, no que se refere à capacitação. Isto é, o nível de escolaridade proporciona aos indivíduos um maior poder de escolha, não apenas em relação à ocupação, mas também em diversas áreas. Como fim, de acordo com o descrito por Amartya Sen (2001), possibilita a liberdade substantiva de escolha do estilo de vida que o indivíduo pretende levar.

Nesse sentido, quanto mais alto nível de educação, maior a capacidade de raciocínio lógico e de igualdade das oportunidades, a fim de obter a liberdade para buscar seus objetivos. Desta forma, a educação é algo fundamental para que se possa exercer o que Sen chama de condição de agente do indivíduo.

Os indicadores fins são os que refletem o cenário socioeconômico brasileiro e o resultado do modo de utilização dos meios. Neste trabalho foram analisados os seguintes aspectos: **a) Condição Social Adequada**: que se refere ao poder aquisitivo das pessoas e, que mantém assegurado o atendimento às necessidades básicas. Nesse aspecto se utilizou a *proxy* Domicílios Indigentes e Pobres que indica a proporção da população que se encontra na linha de pobreza ou de extrema pobreza; **b) Igualdade de Renda**: para esse quesito, verificou-se a dimensão da desigualdade utilizando o Índice de Gini; **c) Segurança** esse item foi medido através da *proxy* Taxa de Homicídios, a qual mede a intensidade da violência no país e nos estados brasileiros.

A análise contempla o período de 1984 a 2004, porém avalia a evolução dos indicadores em cada década. Sendo assim, a análise baseia-se nos dados para os anos de 1984, 1994 e 2004, ou, na falta de informações para esses períodos, considerou-se o período mais próximo de uma dessas três datas.

Os dados estatísticos foram coletados na base de dados do Ipeadata. O Anexo A contém os conceitos dos indicadores, os quais foram transcritos textualmente do banco de dados do Ipeadata. Os indicadores sociais e econômicos foram classificados em seis aspectos específicos: a) crescimento econômico; b) infra-estrutura; c) educação; d) ocupação; e) nível de pobreza pelo aspecto da renda e; f) segurança.

Ao analisar os indicadores acima citados, observa-se que o país obteve bons resultados em algumas áreas, porém não conseguiu solucionar outros problemas que atingem a sociedade ao longo do tempo. O desempenho do país e de cada estado brasileiro pode ser verificado através da análise descritiva, gráficos e tabelas expostas a seguir para cada uma das seis áreas analisadas no decorrer do período considerado na análise.

a) Crescimento Econômico

PIB – Valor a Preços Constantes de 2000 e sua Variação Anual: Para a análise do crescimento econômico brasileiro foram utilizados o valor do PIB e seu comportamento anual, através de sua variação percentual.

Em termos de valores do Produto Interno Bruto, o Gráfico 1, exposto abaixo, mostra a evolução nos três períodos (1986, 1994 e 2004) para os estados brasileiros, exceto para São Paulo. Esse estado é um *out lier* no país. Seu PIB corresponde ao redor de 31% do PIB nacional. E por essa razão foi excluído do gráfico a fim de não inviabilizar a visualização do desempenho dos demais estados.

Observa-se, conforme o Gráfico 1, que a maioria dos estados obteve crescimento do PIB ao longo dos períodos. Somente Bahia, Rondônia, Roraima e Sergipe não apresentaram um crescimento ascendente constante. Esses quatro estados, em 1994, mostraram decréscimo no valor do PIB, porém recuperando em 2004, atingindo um patamar mais elevado do situado em 1986.

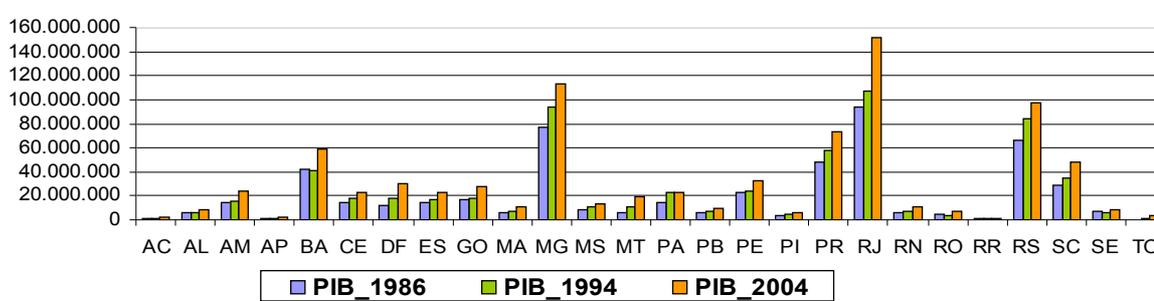


Gráfico 1 – Crescimento econômico: PIB a preços constantes: estados brasileiros, exceto o estado de São Paulo, 1986, 1994 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1986, 1994 e 2004).

O Gráfico 2, a seguir, mostra o desempenho do PIB no estado de São Paulo em comparação com a evolução do PIB do Brasil. Conforme foi argumentado anteriormente, esse estado foi incluído em um gráfico separadamente, dado ao seu PIB elevado em relação aos demais estados brasileiros. Visto que, o 2º estado com o PIB mais representativo é o Rio de Janeiro com 13% do PIB nacional, como mostra a Tabela 1 exposta abaixo.

Embora sua participação no PIB do país esteja reduzindo, a cada período (de 36% em 1986 para 31% em 2004), mesmo assim, ainda se destaca no âmbito nacional com uma participação significativa no crescimento econômico.

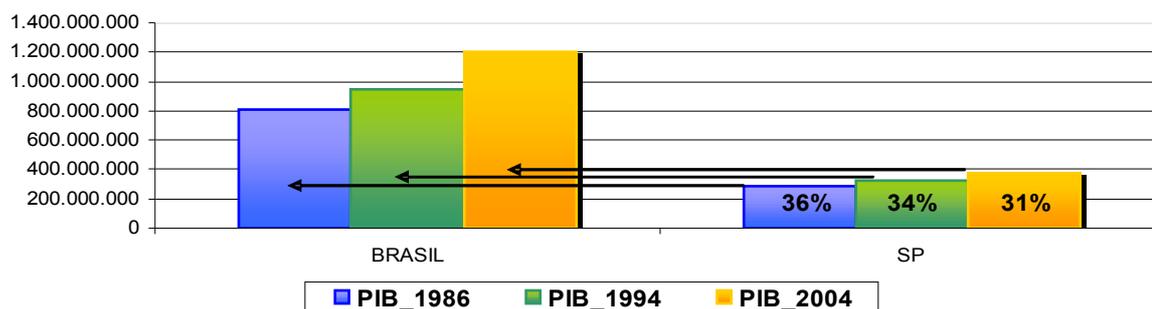


Gráfico 2 - Crescimento econômico – PIB a preços constantes: Brasil e o estado de São Paulo, 1986, 1994 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1986, 1994 e 2004).

Destaca-se que, ao excluir São Paulo, Rio de Janeiro é o que detém a maior parcela do PIB brasileiro, em torno de 13%, seguido de Minas Gerais com 9%, Rio Grande do Sul com 8% e Paraná com 6%. De acordo com a Tabela 1, ao considerar os cinco estados que detém acima de 5% da parcela do PIB nacional, constata-se que juntos correspondem a 67% do Produto Interno Bruto e que os 33% restante estão distribuídos entre as demais 22 unidades federativas. Nota-se, nesse ponto, a desigualdade econômica existente no país. Os cinco maiores estados em PIB são também os que detêm melhor condição social e qualidade de vida no Brasil em relação os demais estados brasileiros.

Tabela 1 – PIB em R\$ a preços constantes: Brasil e principais estados brasileiros, 2004

	PIB - R\$	% s/PIB Nacional
BRASIL	1.199.853.289	
São Paulo	371.244.295	31%
Rio de Janeiro	151.160.629	13%
Minas Gerais	113.142.064	9%
Rio Grande do Sul	97.037.285	8%
Paraná	73.826.095	6%
TOTAL	806.410.367	67%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

No cenário nacional, apesar do PIB ter apresentado aumento no valor, em termos percentuais a preços constantes manteve-se praticamente estável na última década analisada, em torno de 5% em 1994 e 2004.

No entanto, conforme é possível constatar no Gráfico 3 mostrado a seguir, 21 unidades federativas, em 2004, situaram, as suas variações percentuais, abaixo da média do país. Os estados que se destacaram com variação elevada em 2004 foram: Amazonas (11,59%), Mato Grosso (10,61%), Bahia (9,69%), São Paulo (6,59%), Santa Catarina (6,58%) e Pará (6,54%).

Cabe salientar, que o Amazonas é o que apresentou a maior elevação no PIB nos períodos de 1994 e 2004 (23,69% e 11,59%, respectivamente).

Nota-se que os estados que apresentaram elevada variação percentual em 1986, não obtiveram o mesmo desempenho nos demais períodos, dentre os quais podem ser citados, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e Sergipe. O mesmo fato ocorreu no período de 1994 em relação a 2004, onde grande parte dos estados que obtiveram alta variação positiva no PIB, não mantiveram a variação no período seguinte, situam-se, geralmente, bem abaixo do que vinha apresentando.

Inversamente há a Paraíba que em 1994 apresentou uma variação do PIB ainda mais elevada (12,96%) em comparação à registrada em 1986 (7,73%). Apesar disso, em 2004 sua variação foi pífia (1,59%). Os estados de Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte praticamente mantiveram suas variações no período de 1994, com pequena oscilação.

Mato Grosso, Amapá e Rio de Janeiro vêm apresentando constante queda ao longo do período de 1986 a 2004. Sendo que, o Rio de Janeiro foi o que obteve uma variação abaixo de dois pontos percentuais (1,89%), seguido por Rio Grande do Norte com 1,87% e Paraíba com 1,59%, a variação de seu PIB.

As piores situações verificaram-se em 1994, com o Pará sendo o único estado a apresentar variação negativa no PIB (-1,60%) e em 2004, o Mato Grosso do Sul, o estado com desempenho negativo (-1,38%).

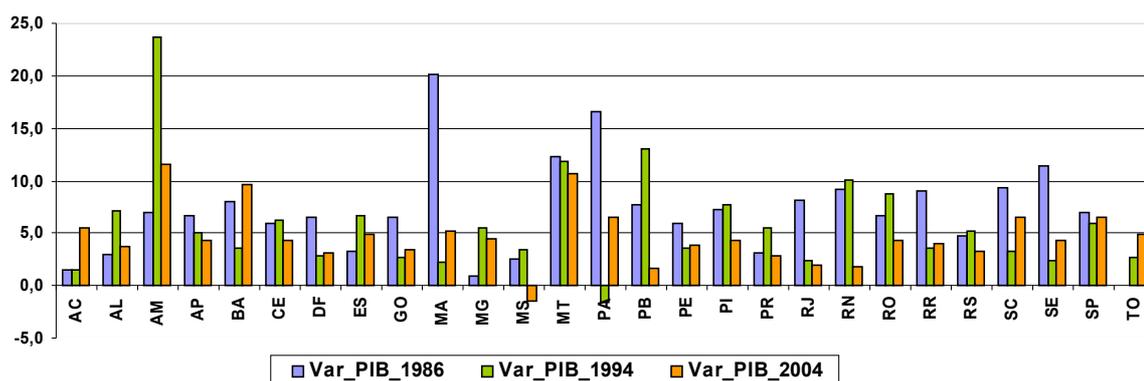


Gráfico 3 - Crescimento econômico em variação percentual anual: estados brasileiros, 1986, 1994 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1986, 1994 e 2004).

Observa-se que, em 2004, a maioria dos estados brasileiros obteve variação percentual inferior ao verificado para o Brasil no mesmo período. E apenas seis estados foram responsáveis por elevar a média nacional ao redor dos 5%. Esses estados apresentaram variação no PIB bem superior aos demais estados e ao Brasil.

A seguir será apresentada uma análise da Infra-Estrutura no cenário brasileiro, divididos nos seguintes grupos: água potável, instalação adequada de esgoto, densidade nas habitações e consumo de energia elétrica.

b) Infra-Estrutura

Habitação - Água Potável na Rede Geral: No cenário nacional, conforme mostra o Gráfico 4 apresentado a seguir, o acesso à água potável cresceu gradativamente ao longo dos períodos. No entanto, esse crescimento não foi homogêneo entre os estados brasileiros, apesar de se verificar que metade das unidades federativas situara-se acima da média do país (82%). Ao detalhar mais a análise, nota-se que alguns estados obtiveram um incremento elevado no percentual de pessoas com disponibilidade de água potável, enquanto outros estados apresentaram um aumento ínfimo.

De acordo com o que mostra o Gráfico 4, apenas Acre e Amazonas obtiveram queda em 2004 em relação a 1993, porém mantiveram um índice superior ao registrado em 1984. O Amapá, por sua vez, mostrou queda em 1993 e em 2004 recuperou-se com um índice superior ao registrado em 1984. Um dos motivos prováveis para que esses estados tenham apresentado queda no acesso à água potável, talvez seja o aumento da população em ritmo mais acelerado do que o acesso à água potável.

Cabe salientar, que apenas cinco estados se encontram com um percentual de água potável inferior a 70%, quais sejam: Acre (45%), Maranhão (49%), Pará e Piauí (60% para cada um) e Alagoas (69%). O Maranhão apesar de ser o 2º estado em pior situação de abastecimento de água potável, mostra o esforço para inverter essa situação. Em 1984 e 1993 liderava como o estado com menor índice de água potável nas habitações (16% e 26%, respectivamente).

Entre os estados com menores índices de água potável, o Piauí que detinha o 2º lugar em 1984 e 1993, passou em 2004 para a 3ª colocação. Foi o estado que mais cresceu em termos de acesso à água potável, de 19% em 1984 para 60% em 2004.

Outro estado que merece destaque é o Rio Grande do Norte que vem mostrando um ótimo desempenho. Em 1984 indicava um percentual de apenas 36% e em 2004, saltou para 81% a proporção de pessoas com disponibilidade de água potável, situando-se muito próximo da média brasileira. Comportamento semelhante é verificado em Goiás, Sergipe e em Mato Grosso. A Bahia, Ceará e o Tocantins também mostraram um comportamento na mesma direção, porém atingiram um índice mais baixo, na faixa dos 70%.

Observa-se, ainda, que a Bahia e o Ceará vêm mantendo o nível de crescimento entre os períodos. A Bahia cresce a uma taxa em torno de 40% a cada período; e o Ceará a uma taxa ao redor de 60%.

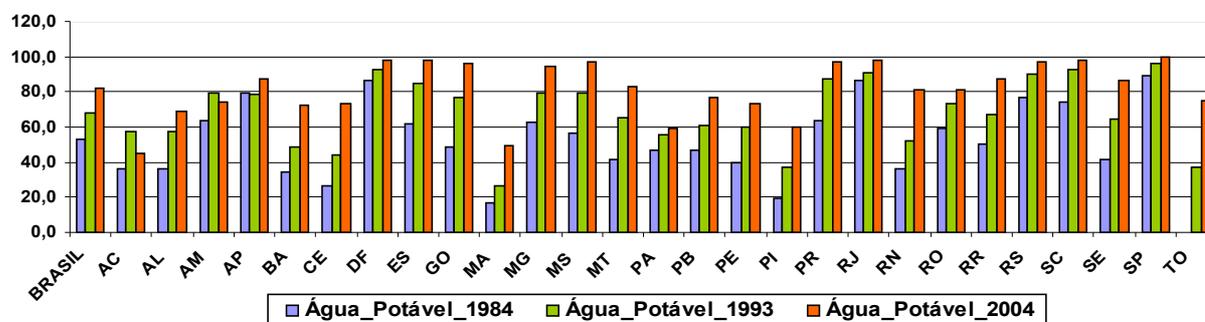


Gráfico 4 - Infra-Estrutura - percentual de pessoas com acesso à água potável: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

No aspecto do acesso à água potável em muitos estados brasileiros houve considerável evolução. Porém, há estados que necessitam de maiores investimentos nessa área.

Concomitantemente, há outro fator também muito importante para a saúde da população e a elevação da qualidade de vida das pessoas, trata da instalação adequada de esgoto nas habitações. Segue abaixo uma análise desse aspecto, com o intuito de mostrar em que situação se encontra e como foi seu desempenho durante o período de 1984 a 2004.

Habitação – Instalação Adequada de Esgoto: Ao dar continuidade na análise do quadro da infra-estrutura no cenário brasileiro, será demonstrada, através do Gráfico 5, exposto a seguir, a situação do país referente ao acesso ao esgoto adequado pela população. Em virtude desse índice, estar muito associado com o de água potável far-se-á comparações entre ambos indicadores.

Conforme se pode visualizar no Gráfico 5, 11 estados situam-se acima da média nacional, que gira em torno de 53%, e apenas quatro estados indicam um percentual acima de 80% na instalação de esgoto, os quais podem ser citados, Distrito Federal (95%), São Paulo (90%), Rio de Janeiro (88%) e Santa Catarina (80%). Contudo, Rio Grande do Sul e Roraima, (79% para cada estado, em 2004), permaneceram muito próximo de Santa Catarina.

Em contrapartida, os estados com infra-estrutura mais precária na área de instalação de esgoto, considerando um percentual inferior a 20%, se encontram três estados a saber: Mato Grosso do Sul com 11%, Alagoas com 13% e Amapá com 17%. Como é possível observar no Gráfico 5, Amapá, em 1993, havia atingido um percentual de 39%, retornando em 2004

praticamente ao mesmo patamar de 1984. Pela mesma razão explanada anteriormente para o indicador da água potável, esse fato pode ter ocorrido em virtude de um acentuado aumento populacional não acompanhada em igual proporção na instalação de esgoto adequado.

Rondônia e Amapá regrediram nos índices de instalação adequada de esgoto. Em 1993, ambos os estados apresentaram satisfatória elevação (um incremento superior a 40%). No entanto, em 2004, esse indicador obteve uma queda acentuada situando-os em um patamar próximo ao de 1984.

Cabe destacar, Maranhão e Piauí que foram os estados com piores indicadores de acesso de água potável. Maranhão indicou um crescimento mais elevado na instalação de esgoto do que no acesso à água potável. Porém, como, em 1984, o indicador referente ao esgoto era inferior ao da água; em 2004, situou-se em 46% quase no mesmo percentual da água, 49%. Piauí apresentou desempenho próximo do verificado no Maranhão. Sendo que o acesso à água potável permanece, em 2004, superior à instalação de esgoto adequado (60% e 50%, respectivamente).

Destaque maior está em Sergipe que obteve uma evolução bem superior aos demais estados brasileiros, o que resultou numa posição satisfatória para esse estado no que se refere à instalação de esgoto. O indicador que era de 14% em 1984 saltou para 73% em 2004, percentual muito acima da média do país.

Vale ressaltar, ainda, o estado de Tocantins, que apesar de possuir dados a partir de 1993, devido a sua constituição em 1992, ao comparar o indicador em 2004 com o de 1993, observa-se um desempenho muito além dos demais estados brasileiros, apesar de indicar um percentual muito baixo. Apenas 27% das pessoas utilizavam esgoto adequado em 2004, em comparação aos 4% de 1993, um crescimento de 575%.

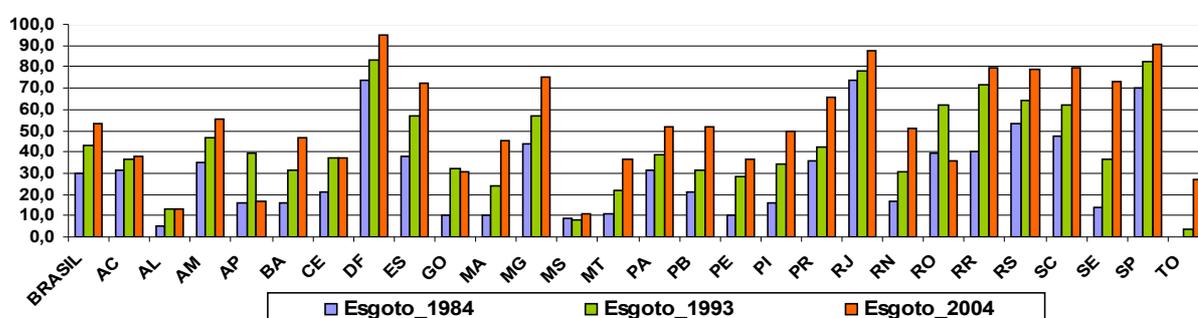


Gráfico 5 - Infra-Estrutura - percentual de pessoas com acesso à instalação adequada de esgoto: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Conforme se pôde visualizar no Gráfico 5 mostrado acima, o índice de instalação adequada de esgoto é bem menor se comparado com o acesso de água potável, tanto no Brasil, apesar da gradativa expansão, como na maioria dos estados brasileiros.

Prosseguindo na análise da infra-estrutura, o indicador seguinte tratará da densidade de pessoas por dormitórios em suas habitações.

Habitação - Densidade Acima de Duas Pessoas por Dormitórios: Conforme pode ser visualizado no Gráfico 6, exposto abaixo, esse indicador é inverso aos dois indicadores sobre a infra-estrutura analisados anteriormente. Ou seja, quanto menor, melhor.

Assim como o Brasil, quase a totalidade dos estados brasileiros indica queda em seus índices de densidade populacional nas habitações. O Brasil, por exemplo, reduziu praticamente pela metade esse indicador. Em 1984, era de 40% e em 2004, situou-se em 21% a parcela da população que reside em habitações com densidade superior a duas pessoas por dormitório. A exceção ficou por conta do Acre e Roraima que apresentaram um desempenho diverso do verificado no restante do país.

O Acre que em 1993 havia indicado uma redução na densidade de seus domicílios (de 56% em 1984 para 41% em 1993); em 2004 apresentou um retrocesso, elevando para 47% o percentual da população que vive em habitações com densidade acima de duas pessoas por dormitório. Embora tenha permanecido abaixo dos 56% registrados em 1984, foi o estado que permaneceu com maior percentual nesse indicador no Brasil.

Roraima que, em 1984, apresentou um índice de 39%; em 1993 elevou seu indicador ao patamar de 45% das pessoas em moradias com densidade superior a duas pessoas por dormitório e; em 2004, apontou queda, situando esse indicador em 42%. Apesar da queda do índice em 2004, ainda manteve-se acima do registrado em 1984. Resultado que coloca Roraima em 4º lugar na lista dos estados com maior densidade nas habitações, ficando abaixo somente do Acre (47%), que lidera com o pior indicador no país, do Amapá e do Amazonas (45% e 44%, respectivamente). Em síntese, acima da média brasileira encontra-se nove estados brasileiros.

Em contrapartida, vale destacar os estados com índice de densidade inferior a 10%: Santa Catarina (7%), Minas Gerais (9%) e Goiás (10%).

Considerando que esse índice refere-se ao percentual de pessoas que residem em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitórios, excluindo o banheiro e a cozinha, observa-se que esse indicador é ainda muito elevado no Brasil. A densidade brasileira, em 2004, aponta 21% das pessoas vivendo nesse tipo de habitação no país. Tendo a

premissa que a maioria dos pobres no âmbito nacional vive em habitações de apenas um cômodo e que essas famílias são freqüentemente numerosas, observa-se que o percentual de indivíduos pobres no país é elevado.

O nível de pobreza o qual mostra o percentual de pessoas pobres e indigentes será visto mais adiante neste trabalho.

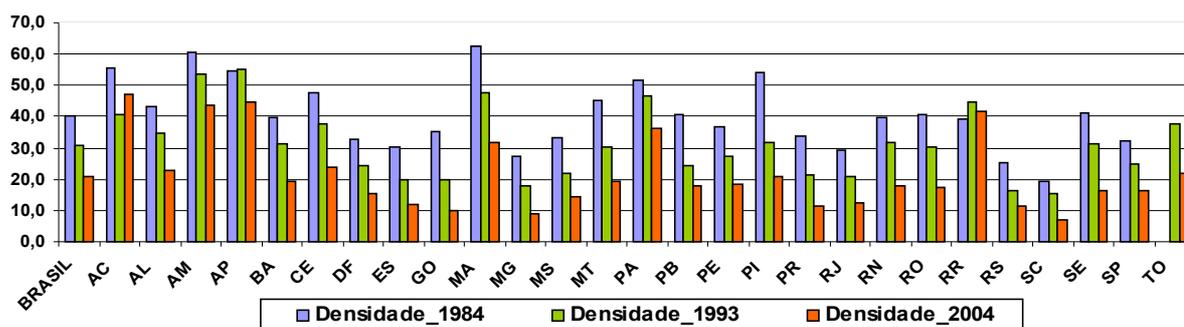


Gráfico 6 - Infra-Estrutura - habitação com densidade acima de duas pessoas por dormitórios: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Para finalizar a análise sobre a infra-estrutura, será abordado, logo em seguida, o indicador de consumo de energia elétrica pelas residências no Brasil e nos estados brasileiros.

Habitação – Consumo de Energia Elétrica: Os Gráficos 7 e 8 apresentados abaixo referem-se ao consumo de energia residencial, medido em gigawatts - gwh. A razão dessa separação ocorreu devido às séries contendo os dados do Brasil e São Paulo apresentarem valores muito acima dos demais estados brasileiros, o que prejudicava a visualização gráfica. Destaca-se que somente São Paulo consome cerca de 30% de toda a energia gasta nas residências brasileiras. O restante encontra-se distribuído nos demais estados, porém Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná detêm uma considerável parcela do consumo no Brasil, que somados chegam a um valor em torno de 32% do total consumido no país. Todos os demais estados consomem, conjuntamente, os 38% restante.

Em virtude de todos os estados brasileiros apresentarem evolução ascendente em todos os períodos, conforme é mostrado no Gráfico 7, para esse indicador foi realizada uma análise por regiões, a fim de captar alguma característica específica.

Observa-se, que a região Norte é a que apresenta o menor consumo de energia elétrica no país em todos os seus estados, exceto o Pará, que indica um consumo de 1.495 gwh acima de muitos estados de outras regiões brasileiras, seguido pelo Amazonas com 970 gwh. Na

outra extremidade estão Roraima e Acre como os de mais baixo consumo de energia (170 e 175 gwh, respectivamente) tanto em relação à região Norte quanto ao Brasil.

Na região Nordeste, o maior consumo concentra-se na Bahia com 2.851 gwh e o menor volume encontra-se em Sergipe com 450 gwh, seguido de Piauí (549 gwh) e Alagoas (563 gwh). Nota-se que Maranhão, assim como Piauí, é um dos estados mais pobres do país e, apesar de seu extenso território, seu consumo de energia é de apenas 972 gwh. Ao compará-lo com a Bahia, que também tem grande extensão territorial e situa-se na mesma região, nota-se a disparidade entre o consumo desses dois estados. Outro fato a relatar diz respeito a Pernambuco, um estado pequeno em território e com alto nível de pobreza, conforme será abordado mais adiante, e um consumo de energia de 2.295 gwh, próximo com o da Bahia. Conjectura-se que pode ser em função do turismo o alto consumo de energia elétrica de Pernambuco. O mesmo ocorre com Ceará (1.666 gwh). Visto que, os estados nordestinos com maior concentração de turismo são Bahia, Pernambuco e Ceará, seguidos de Alagoas e Rio Grande do Norte.

Na região Centro-Oeste, Goiás se destaca no consumo de energia (2.050 gwh), sendo o mais desenvolvido na região e o de menor consumo é o Mato Grosso do Sul (916 gwh).

Para a região Sudeste, na análise do Gráfico 7, ao excluir São Paulo, o qual é o líder no país e detém parcela considerável do PIB nacional, conforme mostrado no Gráfico 8 abaixo, obtém Rio de Janeiro como o estado com o maior consumo (9.126 gwh) e Espírito Santo, sendo o menor estado da região e o menor consumidor em energia (1.202 gwh).

A região Sul, embora mostre um equilíbrio nesse indicador, revela o Rio Grande do Sul como o maior consumidor em energia elétrica, 5.260 gwh e em contrapartida Santa Catarina com o menor índice, 3.051 gwh.

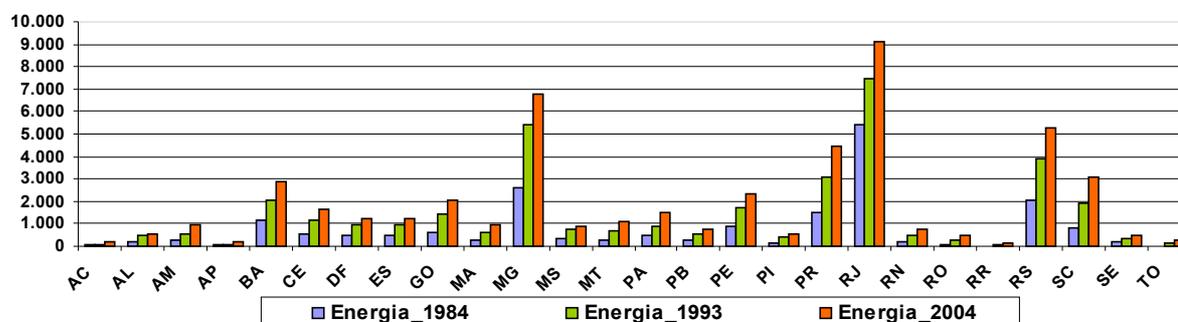


Gráfico 7 - Infra-Estrutura - consumo de energia elétrica medido em gigawatts (gwh) nas residências: estados brasileiros, exceto Brasil e o estado de São Paulo, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

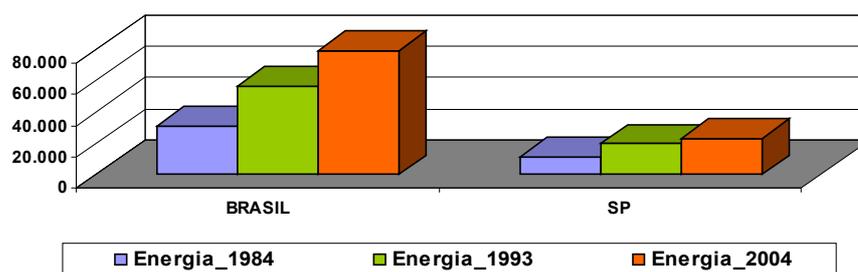


Gráfico 8 - Infra-Estrutura - consumo de energia elétrica medido em gigawatts (gwh): Brasil e o estado de São Paulo, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Observa-se na Tabela 2 que o consumo de energia elétrica se aproxima do desempenho do PIB nacional, conforme foi comentado anteriormente. A Tabela 2 apresentada abaixo mostra a comparação entre ambos os indicadores para os estados brasileiros com o maior consumo de energia elétrica. Cabe salientar, que o indicador de energia elétrica, tratado neste trabalho, não inclui o consumo das empresas instaladas no país, mas somente o volume consumido pelas residências brasileiras.

Tabela 2 - Comparação entre a variação percentual do PIB e o percentual do consumo de energia elétrica pelas residências: estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, 2004

	% s/PIB Nacional	% s/Consumo de Energia Elétrica
São Paulo	31%	30%
Rio de Janeiro		
Minas Gerais	36%	32%
Rio Grande do Sul		
Paraná		
TOTAL	67%	62%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

As habitações no Brasil mostraram-se com melhores condições de saneamento (água potável e esgoto), e uma redução em torno de 50% no índice de densidade nos domicílios. A energia elétrica, por sua vez, apresentou um aumento no consumo em gigawatts, portanto, não é possível afirmar que um maior número de residências foi beneficiado com o serviço. Pois pode ter ocorrido uma melhora nas condições socioeconômicas das pessoas que já utilizavam este tipo de energia e, como consequência, um maior volume em aparelhos eletrodomésticos. A partir das condições de infra-estrutura, o país busca atender o aspecto Educação, pois esses itens estão muito interligados. E para desenvolver uma região, é necessário que todos os aspectos que visem uma melhor condição de vida estejam sendo atendidos.

c) Educação:

No que tange à educação brasileira, verifica-se um melhor desempenho nos itens analisados (Taxa de Analfabetismo, Anos de Estudo e Frequência Escolar), no decorrer das duas últimas décadas, conforme descrito a seguir.

Taxa de Analfabetismo: O analfabetismo, em termos nacionais, aponta uma redução gradativa, tanto na análise dos dados gerais, quanto na análise desagregada por gênero. No entanto, quando se desagrega a análise por estado, os dados revelam uma realidade não uniforme. Desse modo, conforme mostra o Gráfico 9 abaixo, verifica-se um índice com desempenho não favorável para a região Norte. O Pará e Roraima foram os estados que em 2004 aumentaram sua Taxa de Analfabetismo em relação a 1993. Cabe salientar, que Roraima, em 2004, foi a única unidade federativa a elevar essa taxa acima do obtido em 1984, uma piora em torno de 12%. Nesse mesmo período, Rondônia foi o estado que apresentou o menor percentual de redução dessa taxa, que gira em torno de 20%, inferior, inclusive, à média nacional de 28%.

Há 11 estados brasileiros com Taxa de Analfabetismo acima da média do país. Alagoas é o estado que lidera com o pior resultado, em 2004, 59%, seguido de Piauí e Paraíba com 55% e 51%, respectivamente. No outro extremo, ou seja, os que apresentam as menores taxas, em 2004, encontram-se o Distrito Federal (8,45%), Rio de Janeiro (9,56%) e Santa Catarina (9,57%). O Pará que em 1984 e 1993 situava-se abaixo da média brasileira, em 2004, permaneceu no mesmo patamar, enquanto que a Taxa de Analfabetismo do Brasil reduziu ao redor dos 28%, praticamente igualando-se com a taxa do Pará, que também girou em torno desse mesmo valor percentual.

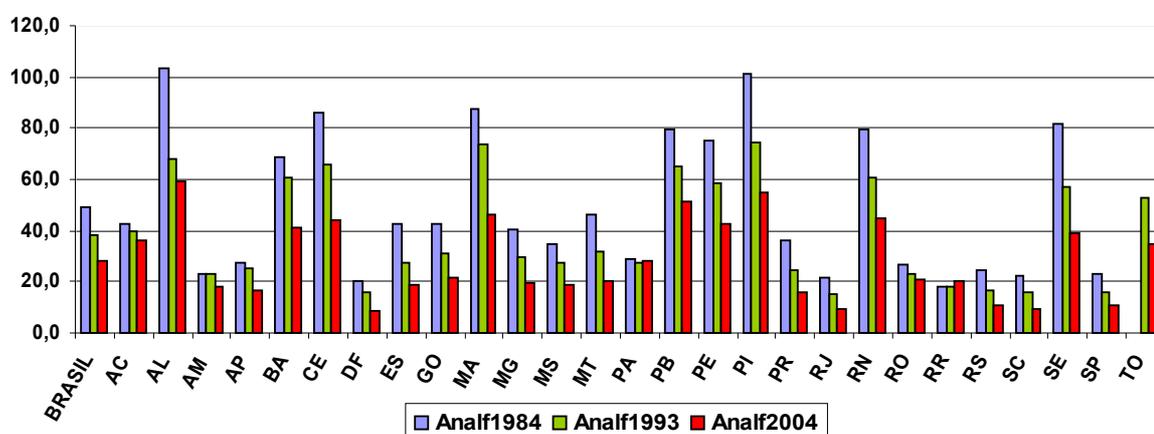


Gráfico 9 - Taxa de analfabetismo: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Embora a taxa de analfabetismo ainda permaneça alta em muitos estados brasileiros, observa-se que ao longo dos períodos vem ocorrendo uma sensível redução nesse índice. A maior redução é observada no grupo feminino, conforme pode ser visualizada nos Gráficos 10 e 11 expostos abaixo, bem como, a análise da Taxa de Analfabetismo em relação ao Gênero.

Taxa de Analfabetismo em relação ao Gênero: Conforme pode ser observado nos Gráficos 10 e 11 e Tabela 3 abaixo, em 1984 as mulheres detinham uma taxa de analfabetismo maior em relação aos homens. A partir da década de 1990 esta relação se inverteu, e as pessoas do sexo feminino apresentam um percentual cada vez menor de analfabetos do que as do sexo masculino. Verifica-se que as mulheres, na maioria dos estados, obtiveram uma redução maior, em termos percentuais, quando comparada com a queda do analfabetismo masculino. Fato que resultou em um índice de analfabetismo para o grupo feminino, menor em relação ao dos homens.

Apenas alguns estados apresentaram elevação no percentual de analfabetismo em algum determinado segmento. Nota-se que o Acre e o Amazonas apresentaram elevação no percentual de analfabetos no grupo masculino, e no Amapá houve aumento desse índice entre as mulheres em 1993, contudo em 2004 compensou com uma significativa redução, situando o indicador em um patamar inferior ao percentual de analfabetismo feminino verificado em 1984. Contrariamente, ocorreu para Roraima, onde o grupo feminino também apresentou aumento em 1993, porém a redução em 2004 não foi capaz de retroceder o indicador de analfabetismo para o percentual atingido em 1984. Rondônia, por sua vez, em 2004, apresentou crescimento em sua taxa de analfabetismo entre os homens, no entanto, o indicador permaneceu abaixo do índice registrado em 1984.

Roraima foi o único estado que apresentou taxa de analfabetismo, em 2004, maior que a registrada em 1984. Tanto no âmbito geral como no grupo masculino, essa taxa vem mostrando um contínuo crescimento ao longo do período.

Cabe destacar, ainda, que somente no Pará, houve crescimento gradativo nos três períodos analisados entre os indivíduos do sexo masculino, enquanto que o feminino nesse mesmo estado mostra uma evolução inversa. Resultando em um índice menor para as mulheres que o dos homens e uma taxa de analfabetismo, no aspecto geral, constante.

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo nos aspectos geral, homens e mulheres: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

	Geral - %			Homens - %			Mulheres - %		
	1984	1993	2004	1984	1993	2004	1984	1993	2004
BRASIL	49,43	38,66	28,24	24,41	19,54	15,00	25,02	19,12	13,24
AC	42,82	39,47	36,22	20,26	21,72	19,86	22,56	17,75	16,37
AL	103,32	67,62	59,23	51,30	33,98	31,63	52,02	33,65	27,61
AM	23,19	22,80	18,09	10,49	11,77	9,95	12,70	11,03	8,14
AP	27,51	25,22	16,57	11,62	8,19	7,00	15,89	17,03	9,57
BA	68,86	60,87	40,87	32,80	30,94	20,92	36,06	29,93	19,95
CE	86,28	65,52	43,82	48,04	37,84	24,89	38,24	27,68	18,93
DF	20,44	16,22	8,45	9,49	7,59	4,52	10,94	8,62	3,93
ES	42,88	27,70	18,93	19,57	11,87	8,60	23,31	15,84	10,32
GO	42,74	30,97	21,42	20,10	15,54	11,53	22,65	15,43	9,89
MA	87,67	73,39	46,50	43,85	40,32	26,38	43,82	33,08	20,12
MG	40,50	29,52	19,69	18,09	13,76	9,12	22,42	15,76	10,57
MS	34,43	27,64	19,00	14,60	11,17	8,90	19,83	16,47	10,10
MT	46,48	31,67	20,20	21,67	15,86	10,52	24,81	15,82	9,68
PA	28,57	27,40	28,17	13,62	13,69	15,07	14,95	13,71	13,10
PB	79,66	65,36	51,01	43,87	36,79	29,81	35,79	28,56	21,20
PE	74,95	58,26	42,71	38,13	30,12	22,52	36,82	28,13	20,19
PI	101,08	74,59	54,72	52,57	40,48	30,39	48,52	34,12	24,34
PR	36,24	24,92	15,82	15,13	10,50	6,60	21,12	14,42	9,22
RJ	21,35	15,34	9,56	8,64	6,14	4,19	12,71	9,20	5,37
RN	79,18	60,36	44,79	44,71	34,29	25,54	34,47	26,07	19,25
RO	26,51	22,83	21,21	11,03	9,77	10,45	15,48	13,06	10,77
RR	18,36	17,86	20,57	10,87	5,45	11,77	7,49	12,41	8,79
RS	24,83	16,50	10,95	11,21	7,58	5,27	13,62	8,93	5,68
SC	22,51	15,89	9,57	10,63	7,62	4,43	11,89	8,27	5,14
SE	81,89	57,25	39,01	43,81	30,35	22,25	38,08	26,90	16,76
SP	23,09	16,20	10,93	8,66	6,21	4,45	14,43	9,99	6,48
TO	-	52,55	34,43	-	28,11	18,32	-	24,44	16,11

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

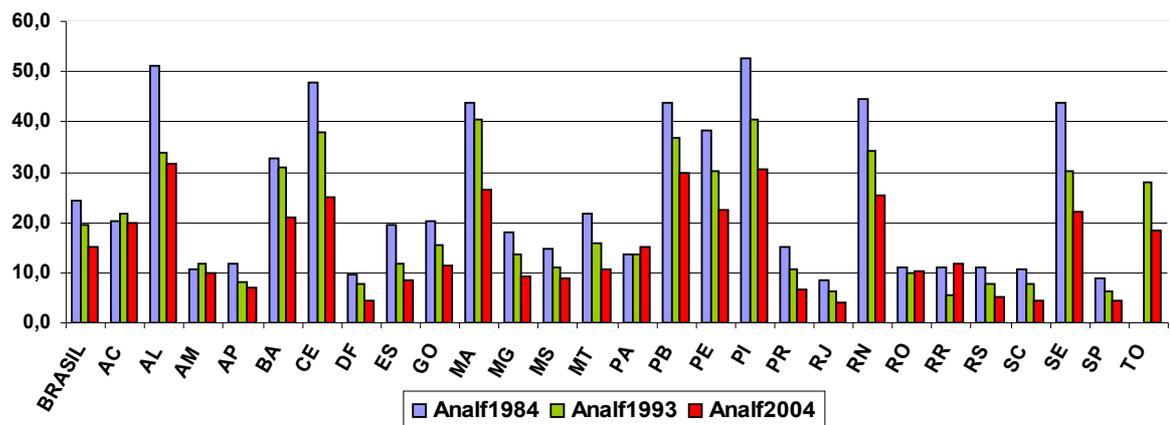


Gráfico 10 - Taxa de analfabetismo - percentual do grupo masculino: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

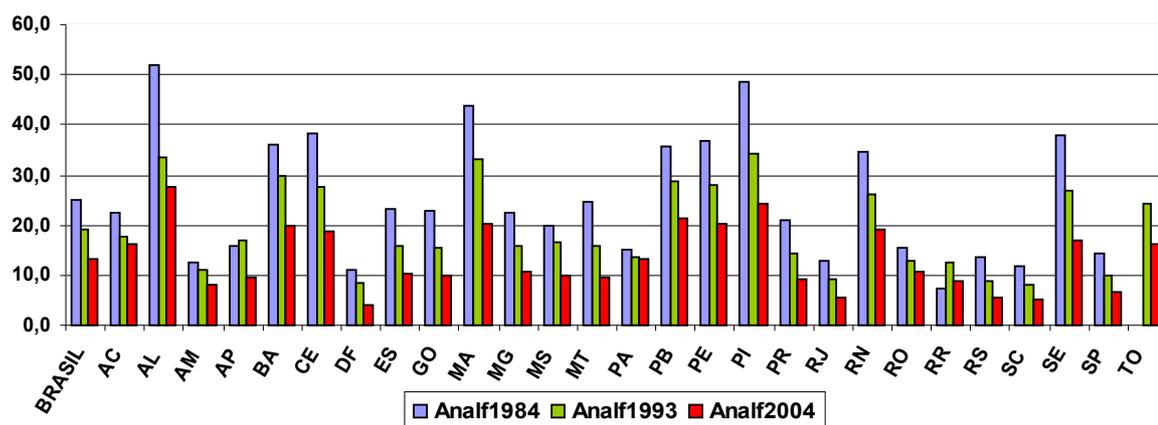


Gráfico 11 - Taxa de analfabetismo - percentual do grupo feminino: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Observa-se que o interesse do grupo feminino pelos estudos vem se intensificando devido ao crescimento do percentual das mulheres no mercado de trabalho, o qual exige maior qualificação. Contudo, essa qualificação gera uma maior permanência nos bancos escolares, independente de gênero, raça ou idade. Conforme é possível verificar, nos demais indicadores da Educação descritos logo a seguir.

O próximo indicador a ser analisado é o da frequência escolar, que possibilita ter um panorama de como o Brasil está se encaminhando no aspecto Educação.

Frequência Escolar: De acordo com os gráficos, 12 e 13, demonstrados abaixo, no Brasil, a frequência escolar também vem apresentando gradativo avanço.

Na década de 2000, o ensino fundamental atingiu 96% da população brasileira, enquanto que o Ensino Médio situou-se em 80%. Embora o Ensino Médio seja mais significativo para o desenvolvimento de uma região comparado ao Ensino Fundamental, o fato do Ensino Fundamental ter atingido quase a totalidade de seu público gera uma expectativa de aumento no Ensino Médio, a médio e longo prazo.

Observa-se que no Ensino Fundamental a evolução da frequência é mais uniforme entre os estados brasileiros, situando-se no intervalo dos 90%, em 2004. A maioria seguiu o desempenho do país, exceto Amapá, Rondônia e Roraima.

Conforme pode ser constatado através do Gráfico 12 e da Tabela 4 expostos abaixo: o Amapá apresentou uma redução em seu índice em 1993, retornando em 2004 a um patamar um pouco menor do registrado em 1984; Rondônia em 1993 apresentou queda na frequência do grupo masculino, mas devido ao bom desempenho no grupo das mulheres, o índice geral

do estado não foi afetado, além de indicar crescimento e; Roraima apresentou leve queda no indicador geral e por gênero, em 2004. Apesar disso, permaneceu com um percentual maior do verificado em 1984.

Tabela 4 - Taxa de frequência no ensino fundamental: estados do Amapá, Rondônia e Roraima, 1984, 1993 e 2004

		1984	1993	2004
Amapá	Geral	97,05	88,64	96,67
	Homens	97,03	86,75	96,90
	Mulheres	97,07	90,32	96,47
Rondônia	Geral	85,63	88,74	94,34
	Homens	87,03	86,47	93,93
	Mulheres	84,37	90,65	94,79
Roraima	Geral	94,90	99,07	97,53
	Homens	96,23	98,18	97,17
	Mulheres	93,35	100,00	97,86

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

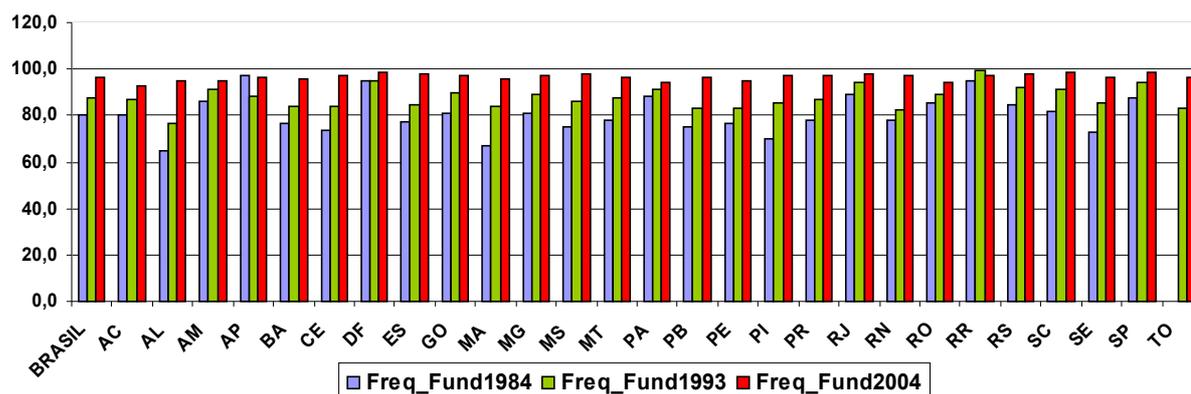


Gráfico 12 - Taxa de frequência no ensino fundamental: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Ao analisar a frequência para o Ensino Médio no Brasil, conforme mostra o Gráfico 13, observa-se que a frequência escolar, no aspecto geral e por gênero, é mais baixa, próxima dos 80%, se comparada ao Ensino Fundamental. O mesmo desempenho ocorre para a maioria dos estados brasileiros, porém alguns estados apresentam indicadores distintos do âmbito nacional.

Nesse sentido, destaca-se, o estado do Amazonas que permaneceu estagnado durante o decênio 1984-1993, no âmbito geral e por gênero. Contudo, em 2004, apresentou um crescimento significativo, isto é, em 1993 a frequência no Ensino Médio girava ao redor de 70% e, em 2004, apontou um percentual em torno de 80%. Inversamente, o Pará apresentou redução no Ensino Médio, recuperando-o em 2004, porém próximo ao registrado em 1984.

Outras oscilações são apresentadas na Tabela 5 exposta a seguir, tais como, Amapá e Rondônia que mostraram retração na frequência no Ensino Médio em 1993, variando seus indicadores no intervalo dos 60%. Porém, ambos os estados obtiveram, em 2004, um aumento substancial em seus índices, situando-se no intervalo dos 80% e 70%, respectivamente. Observa-se que o crescimento mais relevante situou-se no gênero feminino. Entretanto, segundo a Tabela 5, Acre e Roraima indicaram uma situação inversa. Reduziram a frequência no Ensino Médio em 2004, causado, principalmente, pelo grupo feminino.

Para os demais estados brasileiros, a frequência escolar para os Ensinos Fundamental e Médio tem se mostrado em gradativa expansão ao longo do período de 1984 a 2004.

Tabela 5 - Taxa de frequência no ensino médio: estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, 1984, 1993 e 2004

		1984	1993	2004
Acre	Geral	72,17	78,57	75,92
	Homens	71,42	73,17	79,48
	Mulheres	72,72	86,22	72,45
Amapá	Geral	79,99	67,74	84,89
	Homens	81,24	67,74	82,95
	Mulheres	78,94	67,74	86,59
Rondônia	Geral	67,71	62,42	76,41
	Homens	65,64	65,75	74,09
	Mulheres	69,36	59,21	79,23
Roraima	Geral	72,00	91,66	81,29
	Homens	75,00	89,99	82,69
	Mulheres	70,59	93,76	79,93

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

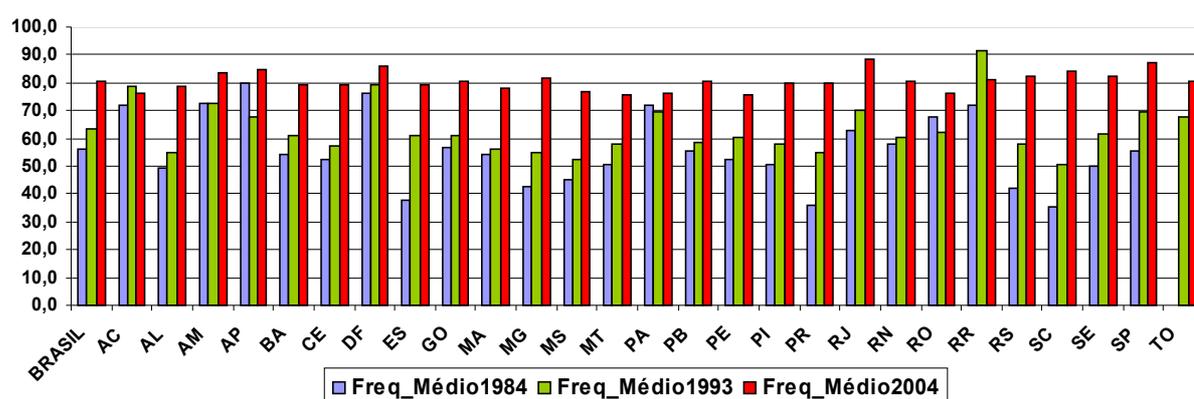


Gráfico 13 - Taxa de frequência no ensino médio: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Ao considerar que o nível de escolaridade influencia na carreira profissional das pessoas e, conseqüentemente, em sua renda, constata-se que o grau de instrução, a ocupação e

a renda, estão fortemente relacionados. Esse fato ocorre devido à crescente concorrência no mercado, onde as empresas buscam trabalhadores mais capacitados para desenvolver suas tarefas e assim atuar de forma mais ágil e competitiva no ramo de atividade em que estão inseridas.

Enquanto a frequência escolar indica o percentual de indivíduos matriculados em relação à população na faixa etária que deveria estar cursando a devida série escolar, o indicador Anos de Estudo informa o nível de escolaridade de uma pessoa adulta (25 anos ou mais de idade).

Nível de Escolaridade (Anos de Estudo): Esse indicador para o Brasil também apresentou um desempenho positivo. Segundo é mostrado no Gráfico 14, exposto abaixo, houve um aumento contínuo no decorrer do período, embora ainda encontra-se em um nível muito baixo, isto é, inferior a seis anos de estudo.

No âmbito estadual, de um modo geral, os estados brasileiros apresentaram elevação nos anos de estudos ao longo do período analisado, exceto Acre e Roraima que, em 2004, obtiveram queda em seus índices comparados com 1993, provocada pelo grupo masculino, conforme se pode verificar na Tabela 6, apresentada abaixo. No entanto, o nível de escolaridade para esses dois estados permanece acima do obtido em 1984 e ao redor da média nacional. Também é destacado Rondônia que, em 2004, apresentou queda no nível de escolaridade entre os homens, entretanto não afetou o índice geral do estado, que cresceu devido ao crescimento significativo do grupo feminino, que também pode ser verificada através do Gráfico 14 e da Tabela 6.

Observa-se, no Gráfico 14, que todos os estados que compõem a região Nordeste situaram-se abaixo da média brasileira, em termos de nível de escolaridade, ao contrário das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul que se encontram acima da média do Brasil.

Ressalta-se que os estados com menor média de anos de estudo em 2004 também são os estados nordestinos. Alagoas é o de pior nível de escolaridade com apenas 4,18 anos de estudo, enquanto que a média do país encontra-se em 5,96. Logo a seguir, está Piauí e Maranhão com 4,37 e 4,59 anos de estudo, respectivamente.

Em relação aos estados brasileiros que se encontram acima da média do Brasil, verifica-se que os três primeiros colocados são: o Distrito Federal (8,75), Rio de Janeiro (7,63) e São Paulo (7,44).

Tabela 6 – Educação: Nível de escolaridade: estados do Acre, Rondônia e Roraima, 1984, 1993 e 2004

		1984	1993	2004
Acre	Geral	4,33	5,56	5,18
	Homens	4,44	5,61	4,86
	Mulheres	4,23	5,51	5,52
Rondônia	Geral	4,75	5,30	5,56
	Homens	4,94	5,51	5,42
	Mulheres	4,55	5,09	5,70
Roraima	Geral	4,97	6,45	6,25
	Homens	5,11	6,58	5,89
	Mulheres	4,84	6,33	6,65

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

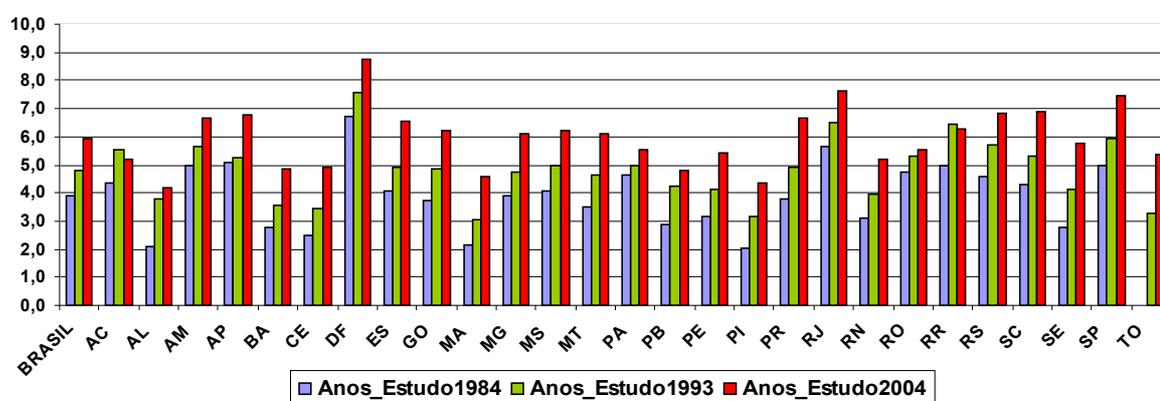


Gráfico 14 - Nível de escolaridade: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

O número de anos de estudo ainda permanece baixo no Brasil. Sendo que, para essa área específica, as ações surtem resultados somente a médio e a longo prazo.

Conforme foi observado acima, a taxa de analfabetismo tem apresentado queda, enquanto que a taxa de frequência no Ensino Fundamental tem crescido paulatinamente. Entretanto, a taxa de frequência no Ensino Médio apenas indicou um desempenho mais acentuado a partir da estabilização econômica brasileira.

A escolaridade do país gira em torno de seis anos de estudo, o que significa que, em média, o brasileiro não conclui nem o Ensino Fundamental, que seriam oito anos pelo modelo escolar antigo. Cabe explicar que a criação da Lei 11.274/2006 estabelece o ensino fundamental em nove anos, tendo sua total implantação em 2010. Fato que indica que essa decisão ainda não influenciou nos resultados dos indicadores e nem atingiu os períodos analisados neste trabalho.

Nesse sentido, uma pessoa sem qualificação adequada terá dificuldade em obter um emprego de qualidade e que preserve os direitos de um trabalhador. Provavelmente esse

trabalhador ao não conseguir uma colocação no mercado de trabalho, irá para o setor informal em um subemprego que gera renda mais baixa e raramente terá carteira assinada.

Sendo assim, a seguir é apresentada a evolução das ocupações no Brasil nos amplos setores da economia.

d) Ocupação

Conforme se pode verificar nos gráficos abaixo, os setores da economia, de um modo geral, apresentaram desempenhos bem distintos entre si. Observa-se que ao longo dos períodos, o país deixa de ser um agro-exportador, passa pela explosão industrial e desponta no setor terciário, tornando este último um dos principais setores da economia brasileira.

Percentual de Pessoas no Setor Rural: Segundo o que se pode visualizar no Gráfico 15 e na Tabela 7 a seguir, observa-se que no Brasil, o setor rural vem gradativamente reduzindo sua participação na economia. Somente os seguintes quatro estados brasileiros aumentaram seus percentuais nesse setor em 2002, em comparação com 1984: o Acre elevou sua participação no setor Rural ao dobro do que detinha em 1984 (de 7% para 14%); Amapá foi o estado que apresentou o menor crescimento (de 2% para 3%), porém ao compará-lo com 1993, observa-se uma retração de 9% para 3%; Rondônia elevou sua participação no setor Rural, de 8% em 1984 para 11% em 2002, embora tenha reduzido em relação a 1993 que indicava 13% e; Roraima, que apesar de ter apresentado, em 2002, um percentual superior ao registrado em 1984 (3%), manteve o mesmo índice verificado em 1993 (7%).

Cabe destacar, Alagoas que embora tenha obtido crescimento no setor Rural (de 40% em 1993 para 43% em 2002), permaneceu abaixo do apresentado em 1984 (59%). Outro ponto a salientar, refere-se aos estados do Amazonas, Distrito Federal e Pará, que apesar de terem incrementado o setor Rural em 1993, em 2002 obtiveram uma redução significativa situando abaixo do percentual registrado em 1984.

Tabela 7 - Percentual de ocupação no setor rural: Brasil e estados brasileiros que não acompanharam a evolução do país, 1984, 1993 e 2002

	1984	1993	2002
BRASIL	31	28	23
AC	7	6	14
AP	2	9	3
RO	8	13	11
RR	3	7	7
AL	59	40	43
AM	8	14	6
DF	3	5	1
PA	13	15	10

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2002).

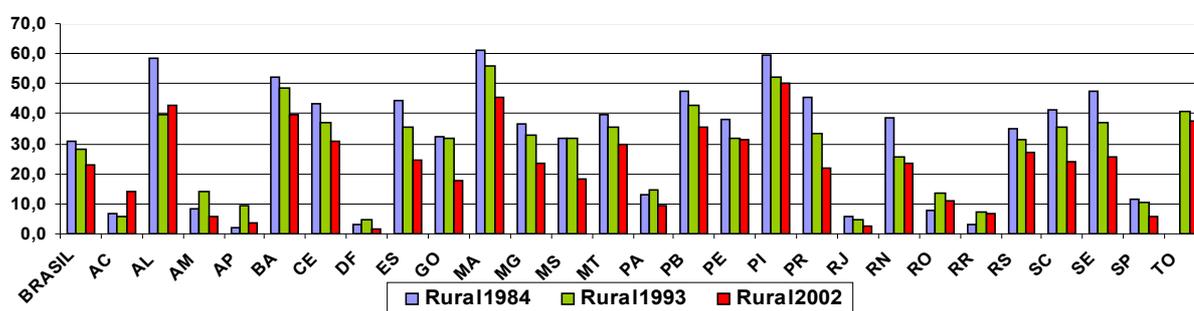


Gráfico 15 - Percentual de pessoas ocupadas no setor rural: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2002).

Em resumo, dos 27 estados brasileiros somente oito não apresentaram redução gradativa, em consonância com o que vem ocorrendo no Brasil e nas demais Unidades Federativas. Apesar disso, o país passou pelo ciclo de produção primária para a manufatureira a partir da década de 1970, a qual também se encontra em retração frente ao crescimento do setor terciário, principalmente, na última década, conforme pode ser constatado a seguir.

Percentual de Pessoas no Setor da Indústria: O setor da Indústria, que na década de 1970 apresentou-se como atividade dinâmica, entretanto, desde 1984 tem se mostrado constante e com pouca oscilação. Mesmo assim, alguns estados se destacaram, conforme mostram o Gráfico 16 exposto abaixo.

Ao confrontar os dados de 2002 com os de 1984, observa-se que o maior crescimento da indústria ocorreu no estado do Paraná (75%), isto é, de 8% em 1984 passou para 14% em 2002. Logo em seguida, aparecem Minas Gerais e Mato Grosso com um acréscimo em torno de 50% cada estado, de 10% para 15% e de 5% para 10%, respectivamente.

Espírito Santo e Rio Grande do Sul apresentaram crescimento contínuo, porém tímido ao longo dos períodos. Contudo, o Rio Grande do Sul (17% em 2002) ainda permanece bem acima do percentual brasileiro (10% em 2002).

Merece destaque o estado de Santa Catarina que apresentou a maior participação do país no setor da Indústria em 2002 e em ascensão no decorrer das décadas analisadas. Sua participação que era de 18% em 1984 se elevou para 21% em 2002, passando à frente do estado de São Paulo, que se encontra em declínio, de 25% em 1984 para 19% em 2002.

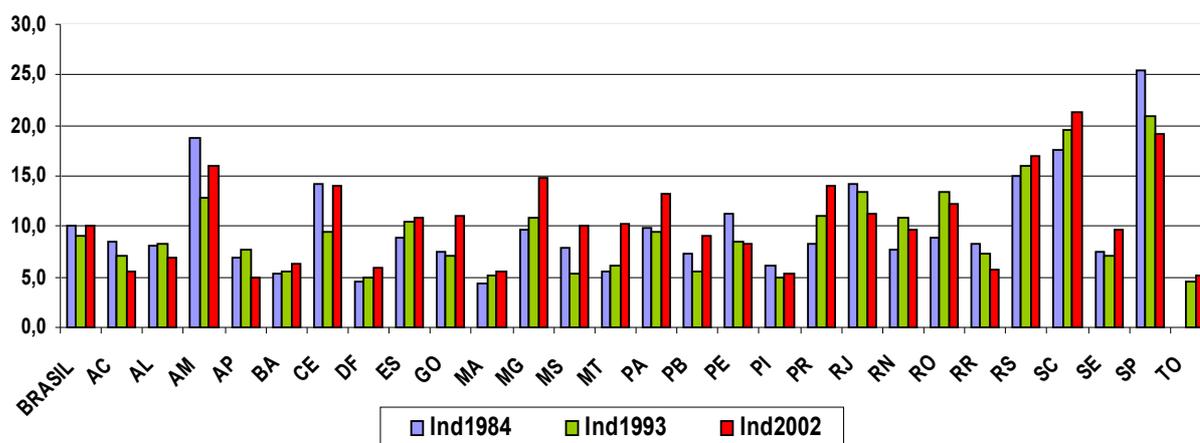


Gráfico 16 - Percentual de pessoas ocupadas no setor da indústria: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2002).

Esse crescimento industrial em alguns estados brasileiros, segundo foi verificado acima, não significa, necessariamente, que tenha aumentado o número de empresas nesse setor. Contudo, pode ter ocorrido uma expansão das indústrias já existentes no Brasil, bem como ter colocado em funcionamento sua plena capacidade produtiva.

Ressalta-se, também, que a elevação no setor da Indústria pode não corresponder à igual incremento no volume de emprego. Dado que, com a modernização das indústrias e a automação do parque fabril, diversas vezes eliminam postos de trabalho, ao invés de criá-los. Porém, é provável que essa modernização gere emprego em outras atividades, basicamente, em serviços relacionados com a manutenção dos equipamentos. Visto que, os setores do comércio e serviços crescem a cada década, especialmente o setor serviços, que já participa com 35% na economia brasileira, conforme será detalhado adiante.

Percentual de Pessoas no Setor do Comércio: Com base no Gráfico 17 mostrado a seguir, o Brasil cresce a cada decênio. Considerando as décadas, 1980 e atual, o Comércio cresceu em todos os estados. Em 2002, obteve um aumento, situando em 18% sua

participação no mercado, quase o dobro do setor da Indústria. O Acre foi o único estado que, em 2002, reduziu seu índice de ocupação nesse setor. Mesmo assim, manteve em patamar superior ao verificado em 1984 e acima da média nacional, um volume de 19% em ocupação.

Rondônia permaneceu com seu índice estabilizado durante o período de 1984 a 1993. Contudo, em 2002 apontou um crescimento que o fixou em torno de 21% a ocupação da população, percentual superior registrado no país (18%).

Destaca-se que, em 2002, nove estados ultrapassaram a média nacional, os quais podem ser citados: Pará (25%); Amazonas (22%); Amapá, Mato Grosso do Sul e Rondônia (21% cada um dos estados) e; Acre, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo (19% cada estado).

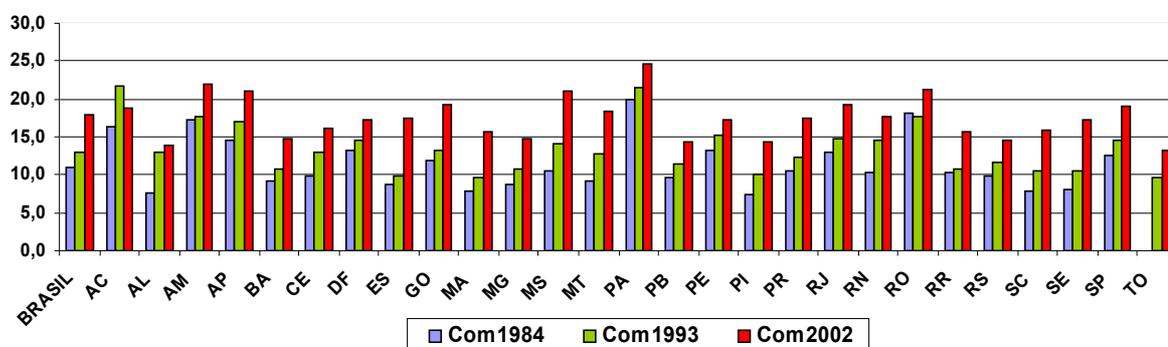


Gráfico 17 - Percentual de pessoas ocupadas no setor de comércio: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2002).

Observa-se que os estados com menor participação no setor Comércio são os que se encontram concentrados no setor Rural, fato que foi constatado com Tocantins (13%) e Alagoas, Paraíba e Piauí (14% cada um desses estados). E, conforme o índice de ocupação no Comércio cresce; o de Serviços também tende a se elevar e, conseqüentemente, reduz o do setor Rural, havendo uma migração das pessoas pelos setores.

Percentual de Pessoas no Setor Serviços: Conforme pode ser visto no Gráfico 18, exposto a seguir, o setor Serviços apresentou crescimento gradual no decorrer de todo o período analisado. Apenas dois estados brasileiros apresentaram queda em 1993, Amapá e Roraima. Contudo, essa oscilação não afetou o desempenho de 2002 que registrou um percentual superior ao alcançado em 1984. Ambos os estados acompanhados do Distrito Federal e do Acre foram os estados com o maior crescimento e concentração de pessoas nesse setor, em 2002. O estado do Rio de Janeiro também apresentou um elevado percentual, além de manter um contínuo aumento ao longo dos períodos.

Observa-se que os estados que, em 1993, permaneceram com as ocupações, praticamente, estagnadas no setor Serviços, em 2002, apresentaram significativa elevação. Dentre os quais se destaca: Acre (de 37% passou para 46%), Amapá (de 33% para 51%), Minas Gerais (de 27% para 32%) e Santa Catarina (19% para 26%).

Ressalta-se, ainda, que Maranhão e Piauí foram os que apresentaram os menores índices de ocupação no setor Serviços. Observa-se que ambos os estados estão entre os mais pobres do país.

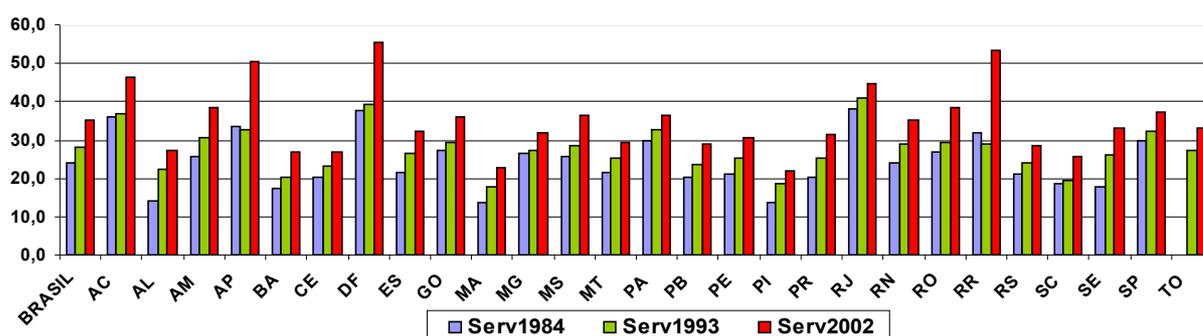


Gráfico 18 - Percentual de pessoas ocupadas no setor de serviços: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2002).

Além dos setores da economia, também é importante verificar as oscilações ocorridas nas ocupações formais no mercado de trabalho entre os estados brasileiros. Sendo assim, a seguir é apresentada a análise do setor Formal.

Percentual de Pessoas com Carteira Assinada (Setor Formal): Primeiramente, cabe elucidar que esse indicador refere-se ao número de pessoas que declararam estarem ocupadas na semana de referência da pesquisa. Desse modo, conforme apresentado no Gráfico 19 abaixo, constata-se que o emprego formal no Brasil tem crescido gradativamente ao longo do período, passando dos 37% em 1984 para 55% em 2002. Contudo, observa-se que esse crescimento reduziu seu ritmo a cada decênio analisado.

Entretanto, os estados da região Norte e Alagoas na região Nordeste mostraram queda em 2002 em relação a 1993. Além disso, verificou-se um processo de estagnação no volume de carteiras assinadas, durante o período de 1993 a 2002, para os seguintes estados: Amazonas, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins. Destaca-se, ainda, que Piauí (33%) e Tocantins (45%) permaneceram com um índice inferior ao registrado pelo país (55%). Dez estados se encontram abaixo da média nacional. Piauí e Maranhão são os que apresentam os menores percentuais de carteira assinada no país, 33% e 36%, respectivamente. O Rio Grande do Sul

situa-se na média brasileira. Dentre os estados que se encontram acima da média do país, destacam-se o Distrito Federal (79%), Rio de Janeiro (71%) e São Paulo (70%).

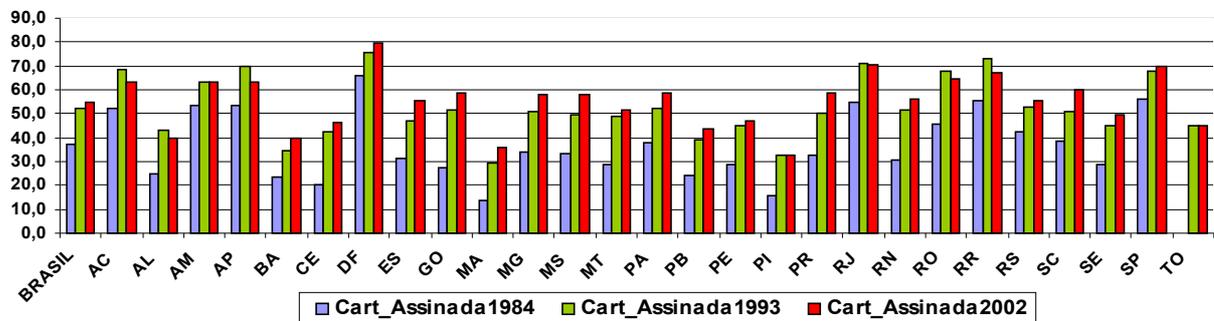


Gráfico 19 - Percentual de pessoas ocupadas no setor formal: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2002).

Em virtude, da intensa informalidade ocorrida na década de 1990, sugere que este aumento no setor formal tenha sido resultado de um crescimento vegetativo, ou seja, o emprego com carteira assinada, embora tenha se elevado, não acompanhou o crescimento da população.

Um dos aspectos positivos do emprego formal é a sua contribuição ao aumento do poder de compra do trabalhador, pois as pessoas, normalmente, auferem um salário maior do que se estivessem na informalidade. Nessa linha de estudo, segue uma análise do desempenho da renda no Brasil nos períodos pré e pós-estabilização.

e) Nível de Pobreza pelo aspecto da Renda

Renda Domiciliar per Capita: Conforme o Gráfico 20 mostrado abaixo, o Brasil, durante o período de 1984 a 2004, obteve um crescimento na Renda Domiciliar per Capita em torno de 12% a cada decênio. Contudo, mantém-se baixa, R\$ 282,72 em 2004, levemente acima do salário mínimo vigente em 2004 (R\$ 260,00, a partir de Maio/2004).

Observa-se que, durante as duas décadas analisadas, dez estados brasileiros obtiveram um incremento maior que 50%, sendo cinco estados da Região Nordeste, dois da Região Centro-Oeste, um da Região Sudeste e dois da Região Sul.

Cabe destacar, que o Piauí foi o estado que apresentou o maior crescimento nesse indicador, o qual dobrou a sua renda no decorrer desse período. Em 1984, sua Renda Domiciliar per Capita era de R\$ 87,88 e em 2004 apontava para R\$ 174,72. No entanto, ainda

permanece como uma das rendas mais baixas do país, superando apenas os estados do Maranhão (R\$ 162,82) e Alagoas (R\$ 150,20).

Amazonas e Rondônia que obtiveram queda em 1993, voltaram a crescer em 2004. Mesmo assim, situaram-se abaixo da renda registrada em 1984. O Acre é o único estado que apresentou declínio em sua renda em todos os períodos analisados. Amapá, Pará e Roraima, também se fixaram em 2004 em um patamar abaixo do verificado em 1984, devido à queda na renda obtida no último período. Destaca-se que Roraima obteve uma queda expressiva (52%), em comparação aos demais estados, de R\$ 395,81 em 1993 para R\$ 188,60 em 2004.

A Bahia foi o estado com o menor crescimento na renda, durante o período de 1984 a 2004, com apenas 7%. Sendo que, no intervalo de 1993 a 2004, permaneceu praticamente constante. A Região Norte também não apresentou crescimento contínuo em sua renda, no decorrer do período entre 1984 e 2004, exceto Tocantins, porém este se manteve abaixo da média nacional. Verifica-se que as regiões Norte e Nordeste não apontam nenhum estado com Renda per Capita Domiciliar acima da média de Renda do país. Ou seja, são as regiões mais pobres do Brasil.

Em contrapartida, a maior Renda Domiciliar per Capita do país encontra-se no Distrito Federal, com um valor de R\$ 604,00, seguido do Rio Grande do Sul (R\$ 442,43) e Rio de Janeiro (R\$ 434,42). Estes dois últimos estados, os quais superaram a renda média, em 2004, até mesmo de São Paulo, indica que um dos motivos para esse resultado ocorreu em consequência da aplicação do salário mínimo regional no final da década de 1990.

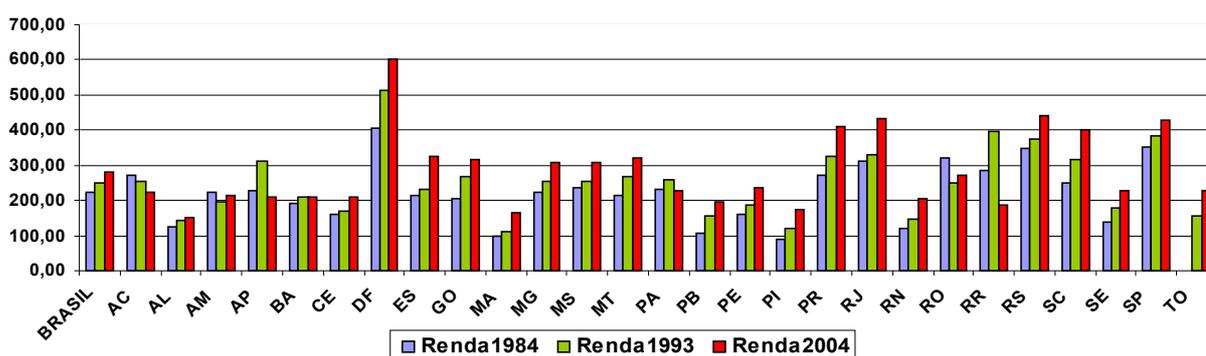


Gráfico 20 - Renda domiciliar per capita em reais: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Apesar do Brasil, apresentar uma Renda Domiciliar per Capita baixa, praticamente, em torno do salário mínimo nacional, conforme descrito acima, a maioria dos estados brasileiros encontra-se abaixo dessa média, embora tenha havido crescimento nas respectivas

rendas, o que aponta um alto índice de pobreza em determinadas regiões do país. Os estados com renda superior à brasileira são os que detêm maior dinamicidade nos setores da economia e nível de escolaridade mais elevado.

Como pôde ser visto, nem todos os estados brasileiros apresentaram elevação na renda, além de verificar uma enorme variação em seu valor entre as esferas estaduais, o que evidencia a enorme desigualdade social existente no país. Conforme demonstra a Tabela 8 abaixo, há uma ampla diferença na Renda per Capita Domiciliar entre os estados. Enquanto o Distrito Federal, em 2004, indicou uma renda de 2,14 vezes à média nacional, Alagoas detinha apenas 53% dessa renda.

Tabela 8 - Coeficiente sobre a renda domiciliar per capita dos estados brasileiros em comparação com a renda per capita domiciliar do Brasil, 2004

Estados com menores Rendas			Estados com maiores Rendas		
UF	Renda per Capita Domiciliar - R\$	Coeficiente sobre a Renda Nacional	UF	Renda per Capita Domiciliar - R\$	Coeficiente sobre a Renda Nacional
AL	150,20	0,53	DF	604,00	2,14
MA	162,82	0,58	RS	442,43	1,57
PI	174,72	0,62	RJ	434,42	1,54
RR	188,60	0,67	SP	426,51	1,51
PB	195,07	0,69	PR	409,37	1,45
RN	204,07	0,72	SC	403,43	1,43
CE	208,24	0,74	ES	324,27	1,15
AP	208,45	0,74	MT	321,52	1,14
BA	208,81	0,74	GO	316,09	1,12
AM	216,09	0,76	MS	309,62	1,10
AC	223,34	0,79	MG	307,82	1,09
PA	227,58	0,80	BRASIL	282,72	1,00
SE	228,62	0,81			
TO	229,27	0,81			
PE	234,33	0,83			
RO	273,67	0,97			

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

Embora, atualmente se considera a multidimensionalidade da pobreza, os indicadores referentes ao percentual de pobres e indigentes ainda são calculados em função do valor da renda obtida pelos indivíduos. Sendo assim, o nível de renda da população de um país determina o percentual de pobreza nessa região. A seguir é feita uma breve análise sobre o nível de pobreza durante o período de 1984 a 2004.

Condição Social Adequada: Proxy Percentual de Pobreza (Domicílios de Indigentes e Pobres): De acordo com o que pode ser constatado nos gráficos e tabelas abaixo, observa-se que o Brasil está reduzindo o nível de pobreza absoluta, quando se

considera apenas a renda, no decorrer de todo o período, tanto em percentuais de indigentes, quanto de pobres. Esta redução foi mais acentuada na última década analisada (1993 a 2004), girando ao redor de 30%, enquanto que na década anterior (1984 a 1993) a queda foi em torno de 5%. As oscilações dos Domicílios Pobres e dos Indigentes são muito semelhantes e seguem o desempenho da renda.

Quanto aos Domicílios Pobres, se destaca que a média brasileira, ainda permanece elevada, 34%, e a variação entre os estados é alta, segundo a Tabela 9. Enquanto Santa Catarina aponta um percentual de 10%, Maranhão apresenta um índice de 56%, seguido por Alagoas com 55%. Isto é, mais da metade da população nesses dois estados são considerados pobres.

Conforme o Gráfico 21 observa-se que o Acre e Roraima foram os únicos estados que elevaram seus índices em 2004, situando-se acima da média nacional. Amazonas, Amapá e Rondônia, após apresentarem alta em 1993, reduziram seus percentuais em 2004, porém não foi suficiente para retornar aos níveis de 1984. Destes apenas Rondônia ficou abaixo do índice brasileiro. O Pará, que também obteve elevação em 1993, conseguiu reduzir seu percentual em 2004 ao um patamar inferior ao registrado em 1984, no entanto, permaneceu superior ao índice do país.

Tabela 9 - Comparação entre os estados brasileiros e o Brasil com relação ao percentual de domicílios pobres, 2004

UF com menores % Pobres		UF com maiores % Pobres	
UF	Domicílios Pobres - %	UF	Domicílios Pobres - %
SC	10	MA	56
MT	16	AL	55
GO	16	PI	52
SP	16	PE	51
RS	17	PB	48
MS	17	CE	48
RJ	17	RR	47
ES	18	BA	45
MG	18	RN	44
PR	18	AC	40
DF	21	AP	40
RO	28	PA	40
BRASIL	34	SE	38
		AM	37
		TO	36

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

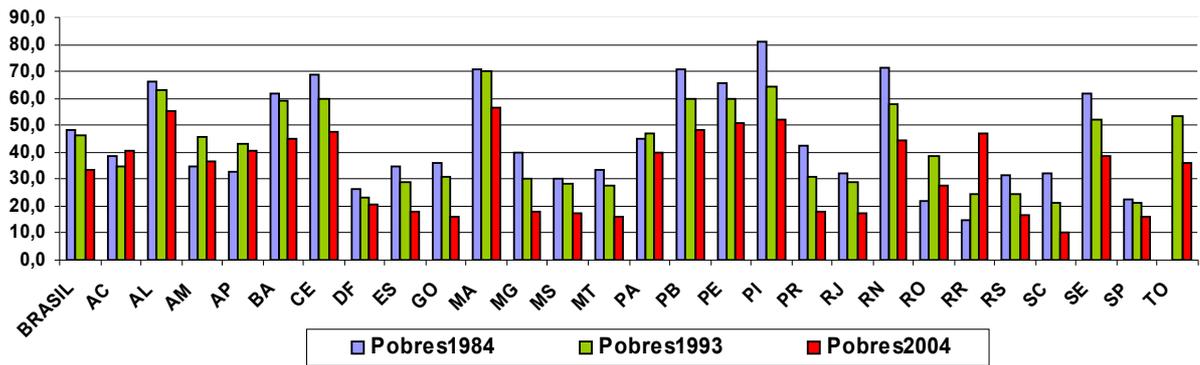


Gráfico 21 - Percentual de domicílios pobres: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Quanto aos Domicílios Indigentes, a média do Brasil gira em torno de 13% e em contínuo declínio, de acordo com o Gráfico 22. A variação entre os estados, também, é significativa. Novamente, se destacam os mesmos estados brasileiros, conforme mostra a Tabela 10: com menor percentual se encontra Santa Catarina (2%) e Maranhão lidera com 31%, seguido de Alagoas com 26%.

Roraima mostrou crescimento nesse indicador em todos os períodos analisados, situando-se acima da média do país. O Distrito Federal, por sua vez, encontra-se estacionado em 8% desde 1984, no entanto, quase a metade do nível nacional.

Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo permaneceram estacionados durante o período de 1984 a 1993, e em 2004 apresentaram redução nesse indicador. Amapá registrou o efeito inverso, elevou seu percentual de indigentes em 1993 e permaneceu com o mesmo índice em 2004.

Amazonas e Rondônia, apesar da queda em 2004, ainda se situa acima do percentual de 1984. Roraima, por sua vez, obteve um contínuo crescimento da pobreza nesses 20 anos. No início do período apresentava 2% de indigentes e 15% de pobres elevando-se para 24% o número de pessoas indigentes e 47% de pessoas pobres no final do período.

Tabela 10 - Comparação entre os estados brasileiros e o Brasil com relação ao percentual de domicílios indigentes, 2004

UF com menores % Indigentes		UF com maiores % Indigentes	
UF	Domicílios Indigentes - %	UF	Domicílios Indigentes - %
SC	2	MA	31
MT	4	AL	26
GO	4	PI	24
ES	5	RR	24
SP	5	PE	23
MS	5	PB	21
MG	5	CE	20
RS	5	BA	19
RJ	5	RN	18
PR	6	AC	16
RO	7	AP	16
DF	8	SE	14
PA	13	AM	14
BRASIL	13	TO	14

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

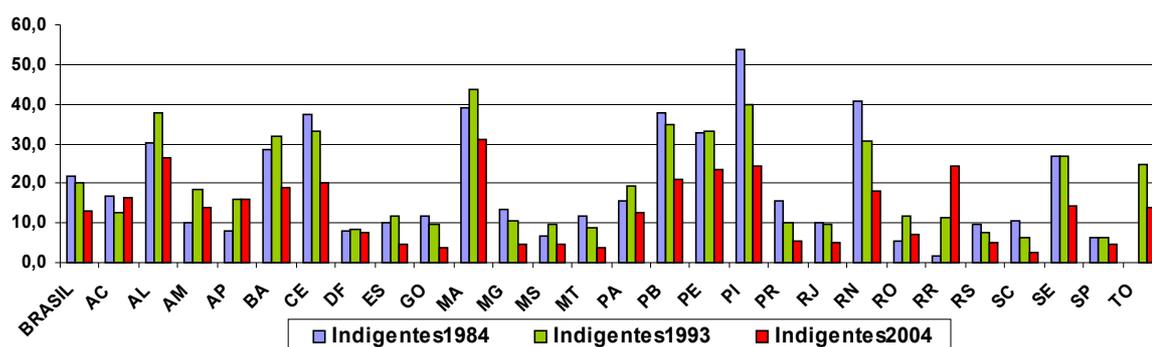


Gráfico 22 - Percentual de domicílios indigentes: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Outra relação que pode ser feita é quanto ao nível de pobreza e o grau de desigualdade do país. O indicador utilizado neste trabalho para medir a desigualdade foi o Índice de Gini.

Igualdade de Renda: Proxy Índice de Gini: Conforme indica o Gráfico 23 e a Tabela 11 a seguir, o Índice de Gini apresenta-se elevado em todos os estados brasileiros. Os Estados de São Paulo e Ceará, em 2004, foram os que permaneceram com a desigualdade no mesmo patamar de 1984, 0,53 e 0,58, respectivamente. Este último encontra-se acima da média nacional que era de 0,57 em 2004.

Em 1984, Roraima era o estado com menor desigualdade no Brasil, no entanto, em 2004, esse índice elevou-se em 48% atingindo um dos maiores patamares do país, situando-se

acima da média nacional. Roraima e o Distrito Federal foram os que apresentaram aumento no índice de Gini nos três períodos analisados. Apesar do Distrito Federal, ter apresentado os melhores índices do país em termos de Educação e Renda Domiciliar per Capita, em 2004, liderou em desigualdade no Brasil (0,63), bem acima da média brasileira. A segunda colocação em desigualdade foram os estados, Pernambuco e Maranhão, com índice de 0,61.

Um ponto a destacar refere-se à Santa Catarina que vem mostrando redução gradativa da desigualdade ao longo do período analisado. Em 2004, esse Estado obteve um índice de Gini de 0,46, colocando-o como o estado de menor desigualdade no Brasil, bem abaixo da média nacional. O Rio Grande do Norte também apresentou declínio ao longo dos períodos, situando-se, em 2004, na média do país.

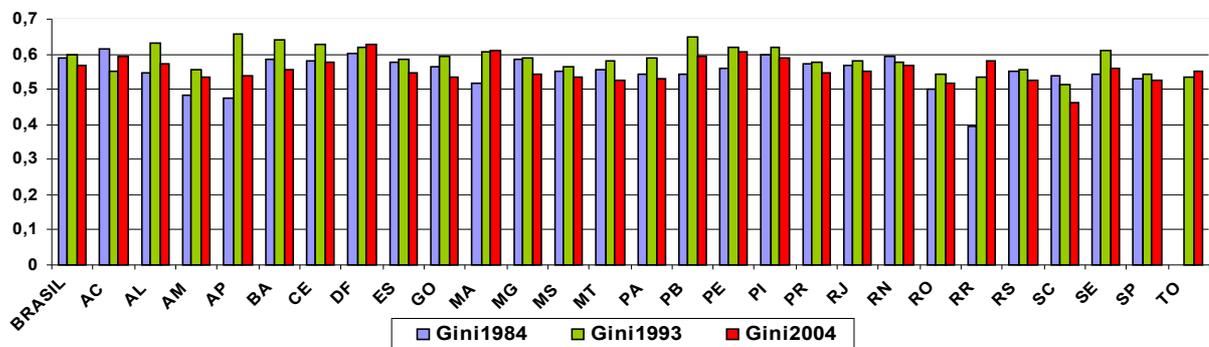


Gráfico 23 - Índice de Gini: Brasil e estados brasileiros, 1984, 1993 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1993 e 2004).

Tabela 11 - Comparação entre os estados brasileiros e o Brasil com relação ao índice de Gini, 2004

UF com menores Índice de Gini		UF com maiores Índice de Gini	
UF	Índice de Gini	UF	Índice de Gini
SC	0,46	DF	0,63
RO	0,52	MA	0,61
MT	0,53	PE	0,61
SP	0,53	PB	0,59
RS	0,53	AC	0,59
PA	0,53	PI	0,59
GO	0,54	RR	0,58
MS	0,54	CE	0,58
AM	0,54	AL	0,57
AP	0,54	RN	0,57
MG	0,54	BRASIL	0,57
PR	0,55		
ES	0,55		
RJ	0,55		
TO	0,55		
BA	0,56		
SE	0,56		

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

Cabe salientar, ainda, que os estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul encontram-se abaixo da média brasileira, exceto o Distrito Federal.

Apesar de o Brasil ter aumentado a renda domiciliar per capita em 26% no período compreendido entre 1984 e 2004 e, da taxa de pobreza (indigentes e pobres) ter reduzido, o índice de desigualdade de Gini não apresentou oscilação significativa. Ou seja, a desigualdade no Brasil ainda é muito elevada. Esse fato sugere que a renda domiciliar per capita cresceu mais nas classes de maior poder aquisitivo do que nas de baixa renda, resultando em uma ampla distância entre a renda mínima e a máxima.

A desigualdade quando é muito extensa causa outros problemas sociais para o país. Não somente em termos de oportunidades, as quais não são criadas de modo igualitário para todos os indivíduos, mas também em relação à perda da segurança e bem-estar social. O próximo tópico irá analisar o índice de violência através da Taxa de Homicídios como *proxy* da segurança.

f) Segurança

Taxa de Homicídios: Esse indicador apresentou um resultado preocupante durante o período de 1984 a 2002. Conforme pode ser visualizado abaixo no Gráfico 24, a taxa de homicídios vem se agravando a cada período, sendo que, o maior volume de casos ocorreu no sexo masculino, atingindo uma taxa no país ao redor de 60 casos por 100.000 habitantes. Porém entre as mulheres apontou um aumento bem menor, de acordo com a Tabela 12. A Taxa de Homicídios no Brasil entre as mulheres, no período entre 1984 e 2002, cresceu 32%, apesar de ser um percentual elevado, apresenta-se relativamente baixo quando comparado à Taxa de Homicídios do Grupo Masculino, o qual cresceu 80% nesse mesmo período.

Tabela 12 - Taxa de homicídios em 100.000 habitantes e a variação percentual: Brasil, 1984, 1994 e 2002

	1984	1994	2002	Var. % 2002-1984
Geral	17,0	23,5	30,1	77%
Homens	31,4	43,3	56,5	80%
Mulheres	5,0	6,4	6,6	32%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1994 e 2002).

Quanto aos estados brasileiros, essa taxa elevou-se em todas as unidades federativas na comparação de 2002 com 1984, como pode ser visualizado no Gráfico 24 e na Tabela 13 abaixo.

Observa-se que, em 2002, havia 12 estados com Taxa de Homicídios acima da taxa do país, dentre os quais se destacam: Rio de Janeiro (57 casos por 100.000 habitantes); Pernambuco (56,3 casos) e Espírito Santo (53,4 casos) como os três estados que apresentaram elevadas taxas de violência.

No outro extremo, em 2002, os estados com as menores Taxas de Homicídio foram Santa Catarina (12,9 casos por 100.000 habitantes), Rio Grande do Norte (13,9), Maranhão (15,2), Bahia (17,0), Piauí (17,7) e Amazonas (19,1), apenas para citar os com taxa inferior a 20 casos por 100.000 habitantes.

O que não significa que esses estados não tenham apresentado fortes aumentos em suas taxas ao longo do período analisado, conforme pode ser verificado no Maranhão que cresceu 104,6% apesar de sua Taxa de Homicídios ser a terceira mais baixa do país. Assim como Bahia e Piauí que também são estados com baixo índice de violência e cresceram em torno de 97% e 127,5%, respectivamente.

Em contrapartida, os estados com menor oscilação em seus indicadores foram Rio Grande do Norte e Amazonas (13,5% e 14,1%, respectivamente) e, também, estão entre as menores taxas do Brasil, conforme descrito acima. Cabe salientar que Tocantins, em seu primeiro decênio após sua criação, apresentou uma redução de 1,42% em sua Taxa de Homicídios.

Contrariamente, verifica-se que houveram estados que ao longo deste período obtiveram acréscimos bastante elevados em suas Taxas de Homicídios. Destaca-se Sergipe que, em 1984, registrou apenas 9,1 casos por 100.000 habitantes e, em 2002, apresentou uma taxa de 33,0, um acréscimo de 262,6%. Salienta-se que Sergipe, em 1984, era o 4º estado com a menor Taxa de Homicídios, entretanto, em 2002, foi o maior crescimento registrado entre os estados brasileiros, fixando-se acima da taxa nacional. A seguir, estão os estados, Espírito Santo e Rio de Janeiro, com um crescimento de 171,1% e 170,7%, respectivamente.

Vale ressaltar, também, o Rio Grande do Sul que apresentou no período total (1984 a 2002) uma variação de 109% em sua Taxa de Homicídios, e ainda permanece abaixo na média do país com 21,1%.

Tabela 13 - Taxa de homicídios nos aspectos geral, masculino e feminino: Brasil e estados brasileiros, 2002

UF com menores Índices de Homicídios				UF com maiores Índices de Homicídios			
UF	Geral	Masculino	Feminino	UF	Geral	Masculino	Feminino
SC	12,86	23,30	5,51	RJ	57,01	110,57	7,65
RN	13,90	26,94	3,55	PE	56,32	109,35	8,97
MA	15,16	29,37	3,77	ES	53,36	98,22	11,74
BA	16,96	32,69	3,99	RO	43,76	78,99	9,21
PI	17,65	34,40	4,66	SP	39,79	75,84	6,44
AM	19,11	35,80	3,78	AP	38,05	71,13	5,91
CE	20,40	38,41	5,17	MT	37,59	67,05	10,20
TO	20,89	38,88	7,63	RR	37,30	65,86	9,16
RS	21,06	39,13	5,85	AL	36,86	70,25	7,45
MG	21,31	40,01	5,83	DF	34,67	67,01	5,00
PA	23,77	44,99	4,25	MS	33,30	59,59	9,91
PR	25,47	47,50	6,31	SE	33,02	64,06	6,36
PB	26,10	49,59	5,56	BRASIL	30,12	56,48	6,64
GO	27,63	50,30	7,48				
AC	30,03	55,60	8,01				

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

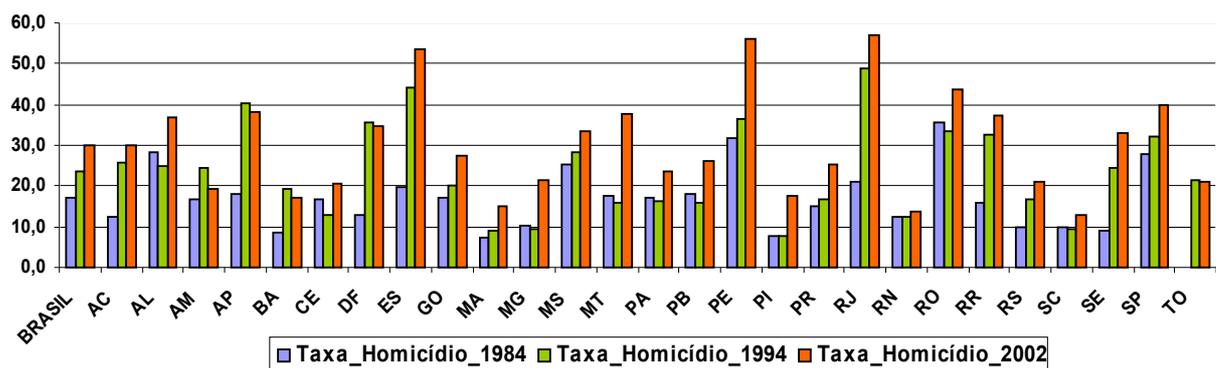


Gráfico 24 - Taxa geral de homicídios (100.000 habitantes): Brasil e estados brasileiros, 1984, 1994 e 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (1984, 1994 e 2002).

Em linhas gerais, verifica-se que apesar, do maior nível de escolaridade, da melhor infra-estrutura e redução do nível de pobreza, estes não foram suficientes para diminuir a desigualdade e a criminalidade no Brasil. Uma provável causa do aumento da criminalidade pode estar relacionada ao êxodo rural e da baixa empregabilidade dessa população. As pessoas migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, porém o setor industrial desde a década de 1980 tem se mostrado estagnado. O crescimento acelerado da indústria ocorrido até a década de 1970, não mais ocorreu nos anos seguintes. Embora os setores do comércio e serviços tenham absorvido boa parte desse contingente de trabalhadores, não foi suficiente para manter o nível de emprego da população, agravado,

ainda pelos baixos salários desses dois setores comparados com os da indústria, principalmente para os indivíduos sem especialização.

No Gráfico 25 é mostrado o comportamento da Taxa de Homicídios em cada estado brasileiro relacionado com a Renda Domiciliar per Capita para 2002. Ou seja, os estados foram distribuídos no eixo horizontal do gráfico em ordem crescente de renda, inclusive o Brasil. Sendo assim, os estados, que se encontram do lado esquerdo do Brasil, apontam para uma Renda Domiciliar per Capita menor que a média brasileira; e os do lado direito, àqueles que se situam acima da média nacional. A linha contínua (verde) destacada no Gráfico 25 refere-se à Taxa de Homicídios do Brasil.

Cabe ressaltar, ainda, que em função dos dados existentes sobre a violência serem até 2002, todos os demais indicadores analisados com a taxa de homicídio também foram coletados para o mesmo período (2002), possibilitando, dessa forma, maior uniformidade.

Observa-se que, em grande parte dos estados, quanto menor a renda da população, menor é a incidência de violência. Como por exemplo, Maranhão que indicou a mais baixa renda per capita do país em 2002 (R\$ 152,04), apresentou uma das menores Taxa de Homicídios do país, apenas 15,16 casos por 100.000 habitantes, neste mesmo período, em contrapartida, Rio de Janeiro que deteve a quarta maior renda per capita do país (R\$ 439,15), aponta a mais elevada Taxa de Homicídios do Brasil (57,01).

Deve-se considerar que uma renda per capita maior não significa necessariamente que as pessoas alcançaram melhores condições de vida, porém, pode ter ocorrido que uma pequena parte dessa população tenha alterado suas rendas substancialmente, tornando a distância entre a maior e a menor renda muito extensa, e conseqüentemente a média da renda per capita elevar-se-ia, aumentando a desigualdade. Através da análise do Gráfico 25, se verifica que dos 14 estados brasileiros que detém uma renda per capita abaixo da renda per capita nacional, somente 35,7% desses estados apresentam índice de violência maior que a Taxa de Homicídios nacional. E para os estados com renda per capita acima da renda per capita brasileira, 53,9% apontam para um percentual de violência mais elevado que o do país.

Contudo, não é possível determinar apenas um fato isolado, gerador da crescente taxa de criminalidade no país. Porém, esse resultado é conseqüência de uma série de situações que contribuem para o cenário atual.



Gráfico 25 - Comportamento da violência em relação à renda domiciliar per capita: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

No Gráfico 26 é mostrada a incidência de violência relacionada com o nível de escolaridade, medida em anos de estudo e disposta no eixo das abscissas. Esses dados também foram coletados para 2002 pelo mesmo motivo de padronização descrito anteriormente. Verifica-se que apenas 36,4% dos estados que tem baixo nível de escolaridade, apresentam taxa de criminalidade mais elevada que a média do país, e para os estados com nível de escolaridade acima da média brasileira esse percentual eleva-se para 50,0% os que indicam altos índices de violência.

Verifica-se que, praticamente, permanece a mesma classificação da violência em relação à renda, conforme o Gráfico 25, a única exceção, constatada no Gráfico 26, é Amapá que detém um nível de escolaridade (6,8 anos de estudo) acima da média nacional, porém apresenta uma renda (R\$160,35) menor que a registrada no país, e, no entanto, apresenta um índice alto de criminalidade (38,1), acima da Taxa de Homicídios do Brasil que se encontra em 30,12 casos por 100.000 habitantes.

Em um primeiro momento, parecem contraditórios, os estados com melhores rendas e nível educacional apresentarem altos índices de violência. Como por exemplo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

Porém, conforme já foi descrito anteriormente neste trabalho, os estados com Renda Domiciliar per Capita mais elevada são, salvo exceção, os mais desenvolvidos setorialmente e com grande desigualdade de renda. Ou seja, deve-se tomar cuidado com a renda per capita, se a analisarmos separadamente de outros aspectos. Geralmente, nesses estados, a distância entre a renda mínima e a máxima é bem maior, do que nos estados com renda per capita mais baixa.

O mesmo ocorre com o nível de escolaridade. As pessoas com melhores rendas e, portanto, com poder aquisitivo mais elevado, são, em sua maioria, as que concluem seus

estudos até o Nível Superior. Dessa forma, essa parcela da população, embora pequena, eleva a média dos anos de estudo de sua região.

Em consequência, essa desigualdade social gera, entre tantos sentimentos desfavoráveis relativo à justiça social, o aumento da criminalidade, tão comum nos centros urbanos do país.

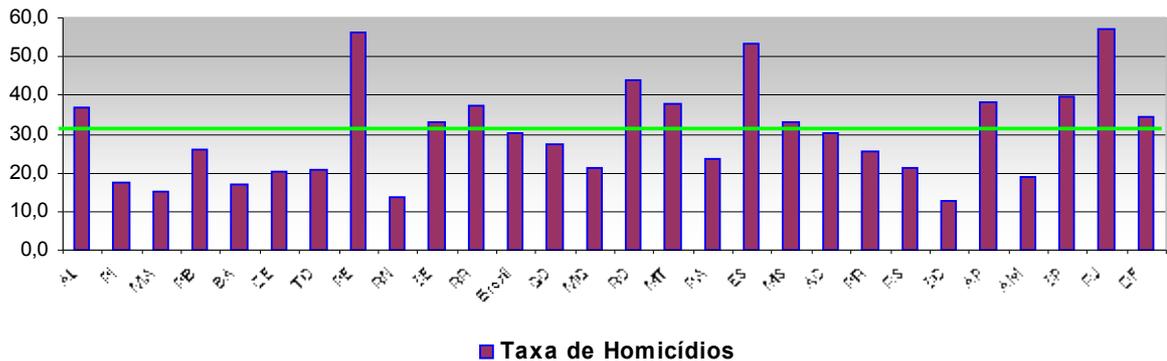


Gráfico 26 - Comportamento da violência em relação ao nível de escolaridade em anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

No Gráfico 27 é comparada a Renda Domiciliar per Capita com a Educação em 2002, no qual os estados foram distribuídos em ordem ascendente da esquerda para a direita por anos de estudo, incluindo o Brasil. Cabe ressaltar que a linha contínua verde destacada no gráfico refere-se à média da Renda Domiciliar per Capita brasileira.

Observa-se que os estados que possuem renda per capita abaixo da média brasileira, também são os que apresentam anos de estudo menores que a média de escolaridade do país. Exceto Pará, Amapá e Amazonas que apesar de obterem renda abaixo da renda do Brasil, são os que apresentam índices de anos de estudo acima da registrada no Brasil (5,76). Destaca-se que todos os estados brasileiros, sem exceção, com Renda Domiciliar per Capita maior que a verificada no país, obtiveram anos de estudo acima da média de escolaridade brasileira.

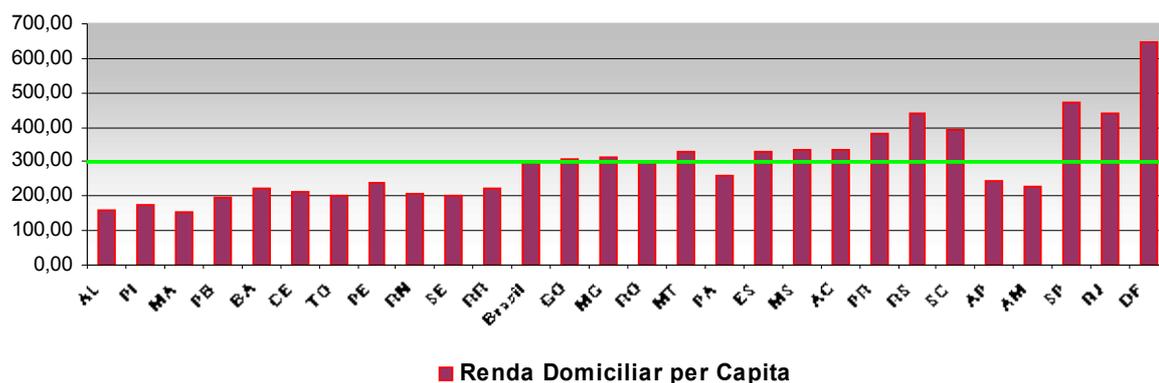


Gráfico 27 - Comportamento da renda domiciliar per capita em relação ao nível de escolaridade em anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

Ao analisar conjuntamente os três indicadores (Nível de Escolaridade em Anos de Estudo, Renda Domiciliar per Capita e Violência – Taxa de Homicídios) verifica-se que apesar do grau de escolaridade estar positivamente relacionado com o nível de renda da população, também está diretamente relacionado com o índice de criminalidade. Esses dados corroboram com a teoria de que a criminalidade não necessariamente está ligada somente com a pobreza. Mas que, conforme mostram as estatísticas, é possível fazer dois pressupostos: a taxa de homicídios tem um percentual elevado nas classes, média e alta; e nas localidades onde a desigualdade é muito ampla (fato que eleva a renda e a educação, embora se encontre muito concentrada não revelando a real situação).

Nesse sentido, os dois gráficos a seguir comparam o volume de Carteira Assinada em relação à Renda Domiciliar per Capita e ao Nível de Escolaridade. No Gráfico 28, os estados brasileiros foram distribuídos de acordo com a Renda Domiciliar per Capita, e no Gráfico 29, conforme os Anos de Estudo. Ambos em ordem crescente do percentual do indicador nessa distribuição.

Nota-se que a Renda Domiciliar per Capita indica uma oscilação mais acentuada do que o Nível de Escolaridade em relação ao percentual de pessoas ocupadas no Setor Formal.

Conforme o Gráfico 28 verifica-se que todos os estados brasileiros com Renda Domiciliar per Capita superior a da nacional, indicam percentual de Carteira Assinada igual ou acima da declarada pelo país (55%). Com exceção de Mato Grosso, o qual possui renda acima da média do Brasil, e aponta um percentual no Setor Formal de 52%, índice abaixo do registrado no país. Provavelmente, a situação desse Estado ocorre devido a sua economia ser essencialmente agrícola, conforme foi mostrado nos gráficos sobre a ocupação nos setores, descritos acima. Sendo o plantio de soja fortemente desenvolvido nessa região, e como

característica dessa cultura, exige grandes extensões de terra e produção mecanizada, o que resulta em pouco emprego de mão-de-obra e gera alta concentração de renda. Além disso, nesses mesmos gráficos mostrados anteriormente, verifica-se que o setor de Serviços é o segundo maior setor do estado. O que sugere que as pessoas que trabalham nas lavouras não possuem contrato de trabalho, mas autônomos, formando uma economia informal.

Contudo, essa constatação não exclui a possibilidade nos estados com renda inferior, predominar o Setor Formal, como é o caso de Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Destaque para esse último que se situa em um patamar elevado de carteira assinada dentro do contexto brasileiro (67%), permanecendo abaixo somente de São Paulo (70%), Rio de Janeiro (71%) e Distrito Federal (79%).

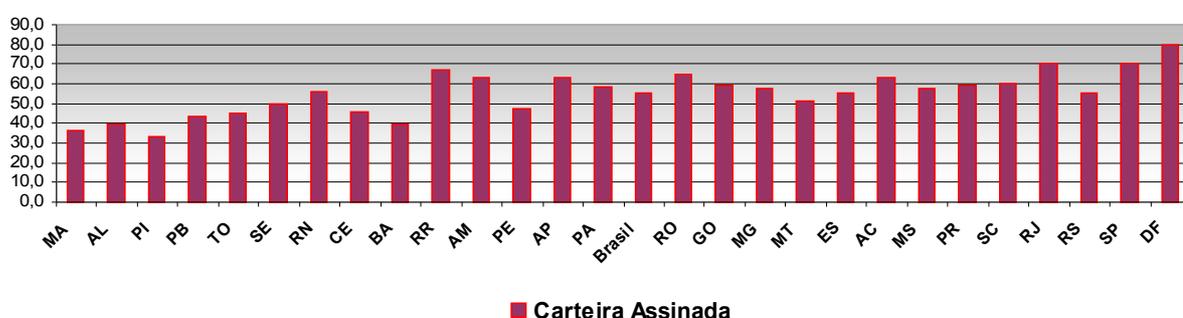


Gráfico 28 – Comportamento da ocupação no setor formal em relação à renda domiciliar per capita: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

O mesmo fato ocorre para a relação entre o Setor Formal e Anos de Estudo, de acordo com o Gráfico 29. Observa-se que os estados que possuem nível de escolaridade mais elevado, são os que apresentaram um percentual mais alto de carteira assinada. Exceto para Rio Grande do Norte e Roraima que detêm um percentual de Carteira Assinada (56% e 67%, respectivamente) acima da média do país, e possui um Nível de Escolaridade baixo (5,2 e 5,5, respectivamente), porém próximo à média nacional (5,8 anos de estudo). Outra exceção, porém de modo inverso, é novamente o estado de Mato Grosso, que possui um nível educacional de 6,0 anos de estudo, superior ao registrado pelo país, mas mantém um percentual de Carteira Assinada (52%) abaixo da média do Brasil (55%).

Em suma, os dados estatísticos mostram que o nível de escolaridade facilita o acesso ao emprego formal, devido à maior qualificação da mão-de-obra e, portanto, melhor remuneração, e, conseqüentemente, influencia a Renda Domiciliar per Capita a tornar-se mais elevada.

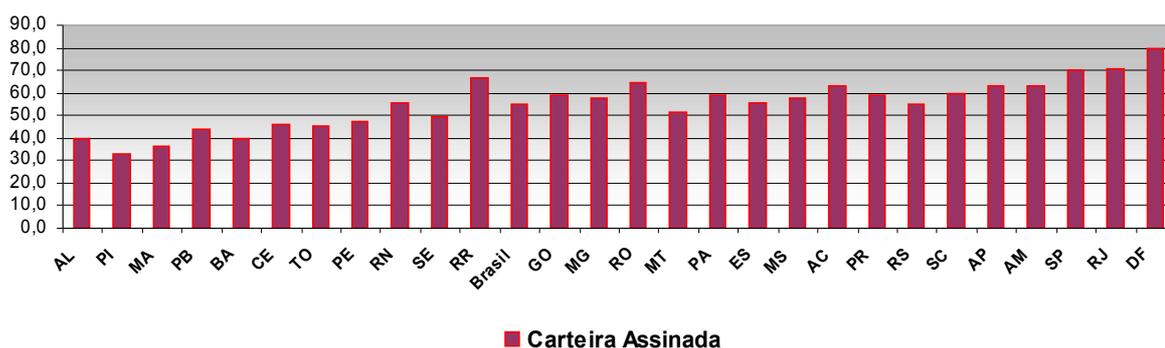


Gráfico 29 – Comportamento da ocupação no setor formal em relação ao nível de escolaridade: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

No Gráfico 30 está demonstrado a relação entre o Nível de Escolaridade e a Ocupação nos setores da economia (Rural, Indústria, Comércio e Serviços) separadamente. Este gráfico segue os mesmos padrões dos demais, em que os estados brasileiros estão distribuídos em ordem crescente de Anos de Estudo.

Observa-se, claramente, que nos estados com maior Nível Educacional, o setor Rural perde força e o setor Serviços eleva-se gradativamente. O mesmo não ocorre para os setores, Indústria e Comércio, que mantém um determinado grau de independência do nível de escolaridade, visto que, esses setores são capazes de admitirem pessoal menos qualificado para executarem a maior parte de suas tarefas. Esse comportamento da ocupação sugere que as pessoas que permanecem na região agrícola encontram maior dificuldade de avançarem em seus estudos. Visto que o acesso às escolas é precário e na maioria das vezes não é ofertado, nem mesmo pelo governo, níveis de ensino mais elevados. Muitas pessoas, em busca de melhores condições de vida, migram para os centros urbanos, a fim de concluírem seus estudos e obterem maiores oportunidades de emprego. Conforme vão concluindo seus cursos e tornando-se mais especializados, vão assumindo funções que exigem maior qualificação e, por conseguinte, obtêm maiores níveis salariais.

O setor Serviços, por sua vez, agrega muitas profissões que exigem um nível intelectual mais desenvolvido, sendo necessário admitirem indivíduos que possuem um nível de escolaridade mais avançado. Observa-se que a sociedade, ao longo de tempo, passa por ondas nos setores econômicos. Até a década de 1950, o Brasil era basicamente agrícola; nos anos 60 e, mais fortemente, nos anos 70, o país apresentou uma aceleração industrial em diversos setores; e a partir da década de 1980, o país passou a incrementar seu comércio, mas expandiu de forma significativa o setor de serviços, que passou a ser responsável por um considerável número de postos de trabalho. Contudo, as ocupações, geradas pelo setor

Serviços, nem sempre correspondem ao emprego formal. A partir da década de 1990, verifica-se uma elevada disseminação de trabalhadores terceirizados e estagiários, sem os direitos trabalhistas e com tendência a baixos níveis salariais. Nesta década chega, finalmente, a estabilidade econômica, após um longo período de inflação e até mesmo de hiperinflação, porém cresce o setor informal. E de acordo com o que foi descrito no Capítulo 1 e pela constatação dos dados estatísticos, a estabilidade econômica brasileira foi atingida, mas a um custo social muito alto.

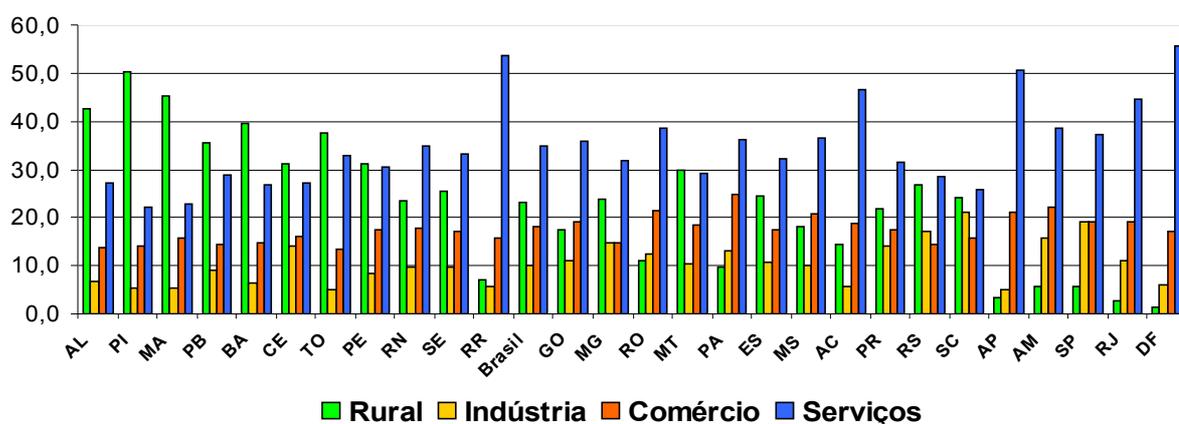


Gráfico 30 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao nível de escolaridade em anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

No Gráfico 31 é apresentado o comportamento da Ocupação nos setores econômicos em relação ao Nível de Desigualdade. Os estados foram distribuídos no eixo das abscissas, segundo a ordem crescente do Índice de Gini, inclusive o Brasil.

Verifica-se que Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, apesar de apresentarem um nível de desigualdade inferior ao do Brasil, mantêm concentrados no setor Rural. No sentido inverso, observa-se que nos estados brasileiros que obtiveram, em 2002, índice acima do nível de desigualdade nacional, predominou o setor Rural, exceto Acre e Distrito Federal, os quais são os estados mais desiguais do país, e encontram-se centrados no setor Serviços.

No outro extremo, situa-se Santa Catarina, cujo estado é o de menor desigualdade no país. Verifica-se que esse estado aponta um equilíbrio entre os setores no percentual de pessoas ocupadas. Contudo o setor Serviços mantém a liderança com 26%, seguido do Rural com 24%, Indústria com 21% e Comércio com 16% dos postos de trabalho.

O Rio Grande do Sul que ocupa o quarto lugar como o estado de menor desigualdade, mantém os setores, Serviços (28%) e Rural (27%), na liderança das ocupações, seguidos pelos setores, Indústria (17%) e Comércio (15%) que também apresentam um desempenho

semelhante entre si. Minas Gerais, apesar de apresentar uma desigualdade um pouco superior que a do índice gaúcho, tem uma participação no mercado de trabalho muito próxima do Rio Grande do Sul, onde os setores, Serviços (32%) e Rural (24%), também lideram nas Ocupações e, a Indústria e o Comércio com percentuais de Ocupações em 15% cada um destes setores. O Paraná também é outro estado que possui os setores de sua economia com certo equilíbrio entre si, em termos de postos de trabalho, além de ser o segundo estado de menor desigualdade no país.

Essa relação entre o nível de desigualdade e o percentual de ocupação nos setores da economia, sugere que quando se busca desenvolver todos os setores de um determinado local, cria-se vagas de emprego nos mais diferentes tipos de profissões. Dessa forma, oportunizando as pessoas, com as mais variadas especialidades, o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, a obter rendimentos que permitam melhorar sua qualidade de vida.

Nesse sentido, tornam-se importantes as políticas públicas que geram emprego e renda para a população, pois direcionam para o alcance da igualdade social.

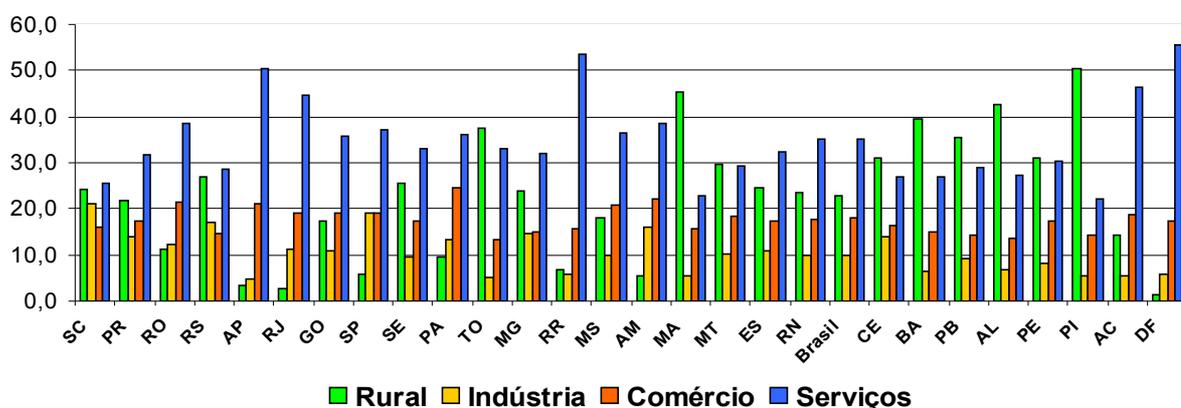


Gráfico 31 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao nível de desigualdade - índice de Gini: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

Prosseguindo na análise das ocupações nos setores econômicos, confrontou-se com o nível de pobreza, em termos percentuais de indigentes e de pobres. Nos Gráficos 32 e 33 é demonstrado o predomínio dos setores econômicos, dada às Ocupações em cada estado brasileiro, incluindo o Brasil. Sendo que, os estados foram ordenados de modo crescente do percentual de pobreza e de indigentes, de acordo com o gráfico correspondente.

Nota-se que o nível de pobreza, tanto em relação a pobres quanto a indigentes, apresentam um desempenho muito próximo, apesar de alguns estados brasileiros terem alterado sua posição no eixo das abscissas, conforme o indicador que se utiliza na análise.

Nesse sentido, constata-se que conforme cresce o percentual de pessoas pobres ou indigentes, o setor Serviços tende a reduzir sua fatia no mercado e, em contrapartida, o setor Rural ganha espaço para a sua atividade. Esse fato ocorre porque, como o já foi visto anteriormente, o nível de pobreza está diretamente relacionado com os anos de estudo. E quanto mais o trabalho exige uma especialização, maior é a exigência da qualificação e, conseqüentemente, do nível de escolaridade. Dessa forma, a demanda por profissionais mais bem preparados para desempenhar suas funções no meio urbano possibilita às pessoas o acesso a melhores condições de emprego e maiores oportunidades em diversas profissões.

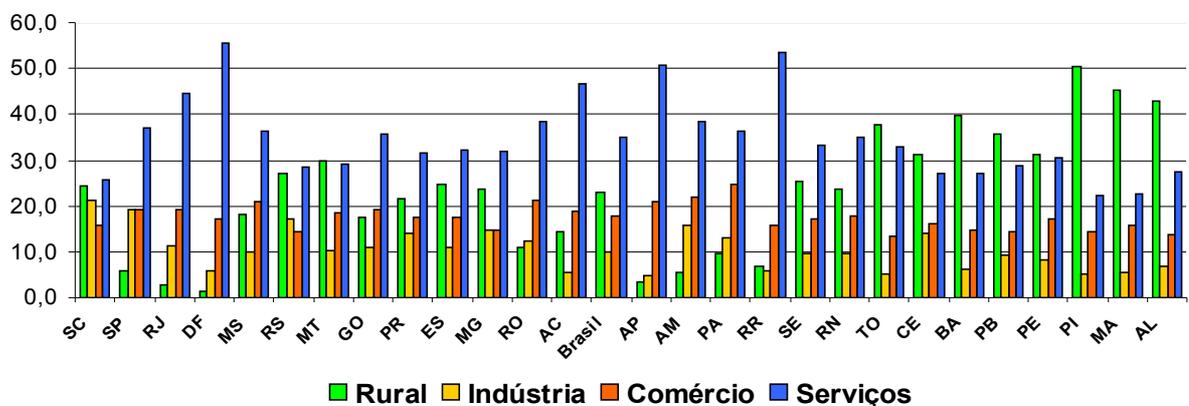


Gráfico 32 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao percentual de pessoas pobres: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

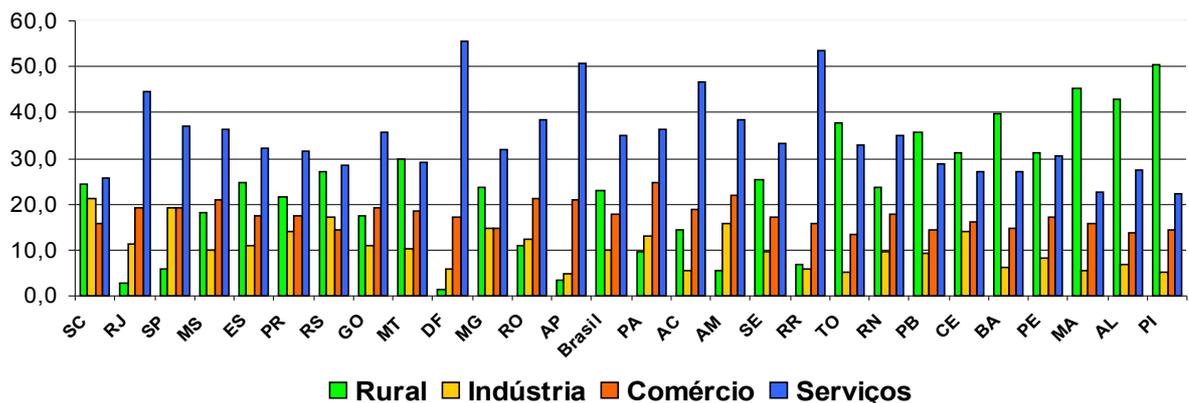


Gráfico 33 – Comportamento da ocupação nos setores econômicos em relação ao percentual de pessoas indigentes: Brasil e estados brasileiros, 2002

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2002).

No Gráfico 34 é mostrada a relação entre a desigualdade e os aspectos da infraestrutura, basicamente em saneamento básico (percentual de pessoas com acesso à água potável e à instalação de esgoto adequado) e o percentual de pessoas que vivem em domicílios

com densidade superior a duas pessoas por dormitórios. Os estados encontram-se distribuídos em ordem crescente do Índice de Gini.

Observa-se que os estados que se situam em um nível de desigualdade superior ao nível do Brasil, indicam um baixo índice de água potável. Com exceção o Distrito Federal, que embora detenha o maior nível de desigualdade do país (0,63), apresenta um elevado índice de acesso à água potável (98,3%), permanecendo abaixo somente de São Paulo (99,3%).

Quanto ao indicador de instalação de esgoto adequado, não há uma relação muito clara. Esse índice é muito variável, não sendo possível delinear um perfil com o nível de desigualdade. O único ponto que se pode observar, refere-se ao percentual elevado de instalação de esgoto adequado (ou seja, acima do percentual brasileiro), o qual se encontra concentrado nos estados com melhor índice de Gini do que o Brasil, exceto, novamente, o Distrito Federal, que apesar de apresentar o pior índice de Gini do país, possui 95,1% de esgoto instalado adequadamente. Mato Grosso do Sul e Alagoas são os que detêm o menor percentual em esgoto do país, apenas 10,6% e 13,0%, respectivamente, no entanto, o primeiro estado encontra-se com menor Índice de Gini que o índice do país e, o segundo um dos piores índices de desigualdade. .

O indicador que revela a densidade de pessoas nas habitações também não tem uma relação muito clara com o nível de desigualdade. O que se pode constatar é que os estados pertencentes à região Norte são os que indicam maior densidade no país, embora a desigualdade se situe em um patamar abaixo do índice brasileiro, exceto o Acre que possui um índice de Gini elevado. Os demais estados, com índice de Gini elevado, apresentam densidade nos domicílios ao redor da densidade brasileira.

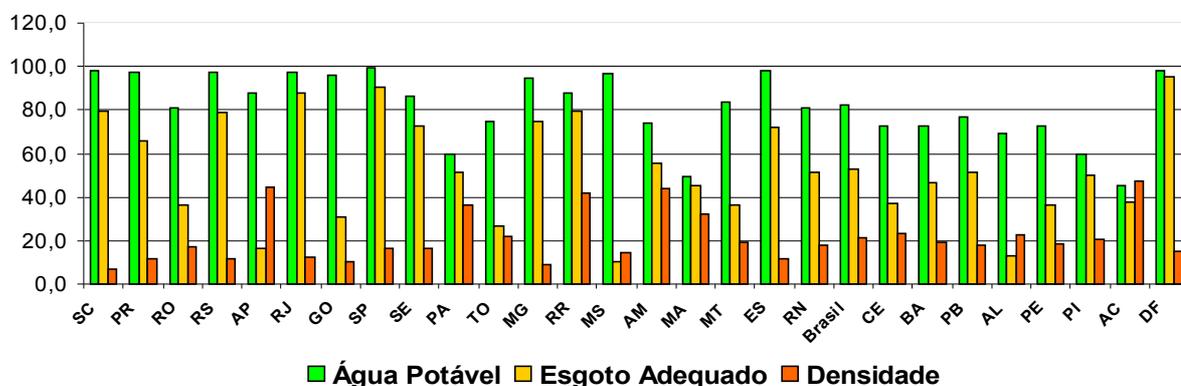


Gráfico 34 - Comparação entre o acesso à infra-estrutura e a desigualdade social: Brasil e estados brasileiros, 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

De um modo geral, observa-se que nos estados em que há um adequado saneamento básico, a densidade tende a diminuir consideravelmente. O Acre é o único estado com densidade em habitações acima do índice de saneamento básico.

No Gráfico 35 compara-se a Infra-Estrutura com a Educação. Os estados brasileiros foram dispostos no eixo das abscissas de acordo com a ordem crescente do indicador referente aos anos de estudo.

Verifica-se que a Infra-Estrutura apresenta melhores resultados nos estados com Nível de Escolaridade mais elevado. Com exceção de alguns estados das regiões Norte e Centro-Oeste que apontaram índices inversos aos obtidos pelos demais estados. Ou seja, apesar desses estados indicarem anos de estudo superiores à média brasileira, seus índices de água potável, esgoto adequado e densidade em habitações mantiveram-se em patamares não satisfatórios, em pelo menos, um desses itens. Cabe destacar, Sergipe que apresenta uma situação oposta, esse estado aponta uma média em anos de estudo inferior, mas próxima com a do Brasil, e obtém índices de saneamento básico superiores ao índice nacional e densidade nos domicílios menor que a do país.

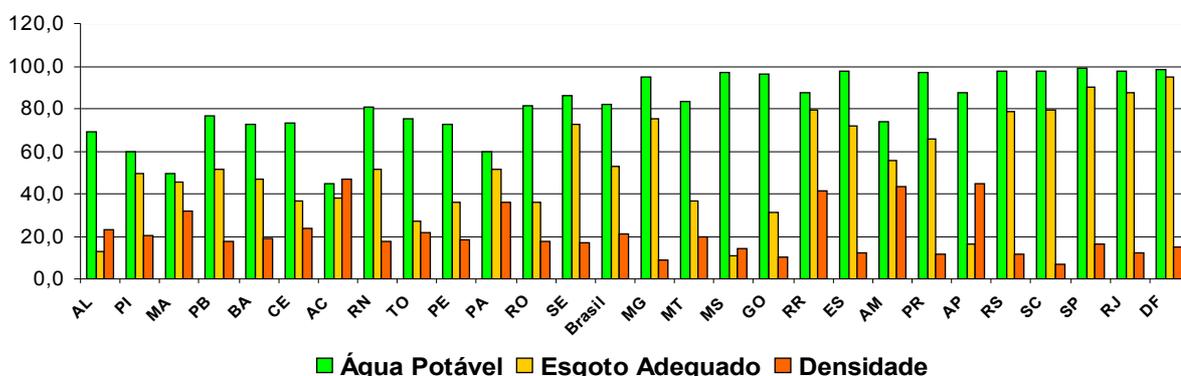


Gráfico 35 - Comparação entre o acesso à infra-estrutura e à educação - anos de estudo: Brasil e estados brasileiros, 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

No Gráfico 36 é mostrado o aspecto da Infra-Estrutura em relação à Renda Domiciliar per Capita. Os estados brasileiros encontram-se distribuídos no eixo horizontal em ordem crescente do valor dessa Renda.

Observa-se um movimento mais ou menos uniforme nas esferas estaduais, isto é, os estados com Renda Domiciliar per Capita elevada possuem um adequado saneamento básico, principalmente em água potável que atinge praticamente a totalidade da população, enquanto que a densidade de pessoas nas habitações tende a diminuir. Cabe destacar que em 2004, para os estados com renda superior à média brasileira, a densidade em habitações encontra-se

abaixo da indicada para o Brasil. Idêntica situação ocorre em relação ao indicador de água potável, onde todos os estados com renda superior à nacional apresentaram acesso à água potável, também, acima do índice brasileiro.

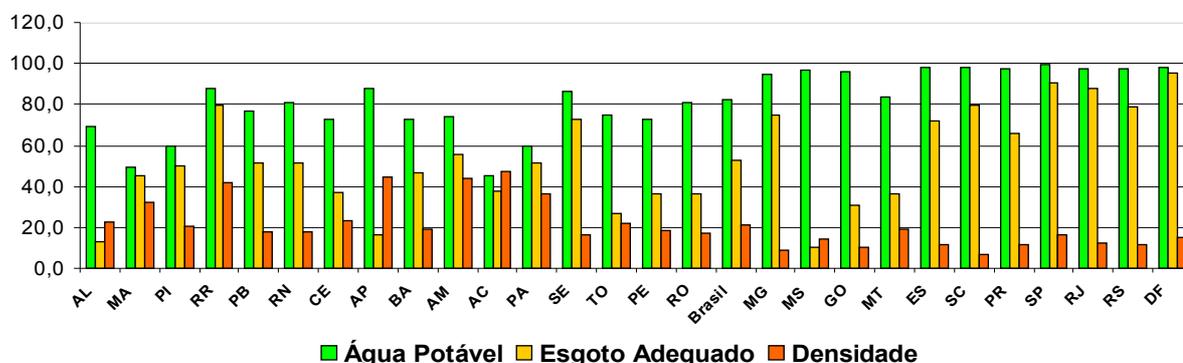


Gráfico 36 - Comparação entre o acesso à infra-estrutura e a renda domiciliar per capita: Brasil e estados brasileiros, 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ipeadata (2004).

A análise conjunta verifica que houve, de um modo em geral, um entrelaçamento entre os diversos indicadores apontados nesse trabalho. Embora o Brasil tenha alcançado uma freqüência no ensino fundamental em quase sua totalidade, é necessário que mais esforços políticos e sociais continuem sendo implementados no intuito de melhorar o nível de escolaridade da população brasileira. Ainda há muitas pessoas sem acesso à escola e à alfabetização, o que provoca a exclusão desses indivíduos na sociedade em que vivem. O mercado de trabalho é muito competitivo, o que induz à seleção dos trabalhadores mais qualificados. Conseqüentemente, proporciona ao indivíduo níveis salariais mais elevados e melhores condições de vida. Observa-se que muitos indicadores obtiveram melhoria nos resultados, porém não é prudente afirmar que houve inclusão social. Conforme se pode verificar, por exemplo, no Distrito Federal em que ocorreu um crescimento positivo em muitos indicadores, tais como, Educação, Renda, Carteira Assinada e Infra-Estrutura, e, no entanto, há também um elevado grau de desigualdade social e dos índices de violência.

Mesmo analisando o cenário socioeconômico brasileiro a partir da década de 1980, é sabido que nos anos 70 ocorreu o chamado “milagre brasileiro” quando houve a aceleração industrial, bem como o crescimento do PIB. Contudo, essa industrialização foi bastante concentrada, mais especificamente nas regiões Sudeste e Sul. Embora essa expansão industrial tenha sido responsável pelo desenvolvimento econômico, também teve considerável participação na concentração da renda nacional nessas regiões, o que aumentou a desigualdade no Brasil.

O nível de desigualdade situou-se alto durante a década de 1980, considerada a “década perdida”. A inflação crescente e, mais adiante a hiperinflação e a instabilidade econômica formaram os fatores que desencadearam a retração no quadro social.

Em meados dos anos 90, o país obteve a estabilidade econômica, contudo a desigualdade social permaneceu elevada. Os dados coletados referentes ao Índice de Gini para o período de 1993 mostram que os estados brasileiros em sua maioria, inclusive o Brasil, obtiveram retrocesso nesse indicador, reflexo do desempenho negativo da década passada.

Somente na década de 2000, o Índice de Gini apresentou redução no âmbito nacional.

Nota-se que o Brasil, tem implantado medidas de curto prazo, conforme o cenário político que se encontra, talvez seja a razão pelas quais os indicadores tenham obtido um lento crescimento favorável; enquanto deveria se pensar a prazos mais longos e de efeitos mais duradouros.

O próximo capítulo analisará a mobilidade das pessoas, propriamente dita, tanto no aspecto intrageracional quanto no intergeracional. E dessa forma, procurar responder as seguintes questões: Qual foi o movimento que ocorreu? E qual o cenário que se encontra a nova geração que está ingressando no mercado de trabalho na década de 2000.

3 MOBILIDADE DA RENDA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

No Capítulo 1, foram apresentados os conceitos e aspectos da mobilidade social e os estudos existentes que abrange aos interesses de diversas áreas da ciência, como economia, ciências sociais, filosofia e ciências políticas, etc. Além disso, foi feito um breve histórico da economia brasileira. O Capítulo 2 mostrou o desempenho do Brasil e dos estados brasileiros nos aspectos como, crescimento econômico, infra-estrutura, educação, ocupação, nível de pobreza, condição social adequada, igualdade de renda e segurança. A seguir é analisada a trajetória da mobilidade da renda média relativa, de uma amostra da população brasileira, e também os aspectos da Educação e da Ocupação nos setores da economia nacional, durante os períodos pré e pós-estabilização econômica. Nesse sentido, o capítulo analisa a mobilidade, intrageracional e intergeracional, ocorrida no Brasil e no Rio Grande do Sul, durante o período de 1984 a 2004.

A mobilidade intrageracional analisa a evolução da renda e a relação desta com a escolaridade e ocupação das pessoas durante um período de vinte anos. Para tanto, utilizou-se as pessoas nascidas no intervalo de 1963 a 1967, e verificou-se o movimento dessa população entre os decis da renda relativa, a partir de 1984, e assim a cada quinquênio até 2004. Em suma, analisou-se o comportamento das pessoas, mais precisamente, entre os 17 anos até os 41 anos de idade. Essa faixa etária foi escolhida por considerar que ao redor dos 20 anos a pessoa estaria entrando no mercado de trabalho. E, no outro extremo do intervalo, a faixa etária ao redor dos 40 anos de idade foi considerada, por ser uma etapa da carreira profissional que está consolidada para a maioria das pessoas, ou seja, salvo algumas exceções, dificilmente as pessoas mudariam de profissão nessa faixa etária, bem como, dariam grande impulso em sua carreira profissional.

E a mobilidade intergeracional compara o desempenho de duas gerações. Nesse caso, compara a mesma geração que se observou na mobilidade intrageracional com o perfil educacional e profissional da geração nascida entre 1983 e 1987 que estava ingressando no mercado de trabalho no último período analisado, 2004 e, portanto, com a mesma idade que entrou a geração da década de 1960 no mercado de trabalho.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização dessa análise, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, divulgada pelo IBGE. De acordo com o conceito do IBGE, trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características socioeconômicas. Sendo assim, essa amostra da população é aleatória em cada pesquisa e, portanto, não se trata de acompanhar as mesmas pessoas ao longo dos períodos.

Cabe destacar que apesar do período a ser analisado neste trabalho, ter sido determinado em função do plano de estabilização econômica implantado em 1994, a opção pela PNAD de 1995 se deu pelas seguintes razões: a) em 1994, não houve a realização da pesquisa, por motivos excepcionais do IBGE e; b) em 1993, embora tenha iniciado o processo do Plano Real, este ainda não havido sido implantado totalmente.

Outro procedimento a destacar na metodologia refere-se aos aspectos analisados na mobilidade da renda, tais como, Educação e Ocupação.

No aspecto Educação, salienta-se que o conceito de anos de estudo do IBGE diz respeito à última série ou ano concluído com aprovação. Dessa maneira, cada série ou ano concluído com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. E as pessoas que não declararam a série e o grau ou para as quais as informações estão incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados ou sem declaração”.

Com referência ao aspecto Ocupação, vale mostrar a classificação adotada para os setores da economia. Para analisar os setores da economia (Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Outros), seguiu-se rigorosamente o critério descrito nas Notas Metodológicas da PNAD de 2004, publicadas pelo IBGE, onde o mesmo pode ser consultado no Anexo B, deste trabalho. Resumidamente, o setor Agricultura engloba a agricultura, a criação de animais e a extração vegetal. A extração mineral, no entanto, foi classificada no setor da Indústria. A categoria Outros, por sua vez, é composta por variadas atividades, como por exemplo, instituições de crédito, de seguros, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, entre outras; além da parcela da população que não se encontrava ocupada ou que não declarou a atividade ou foi mal definida.

Após a obtenção dos dados foi efetuada a classificação, a qual se optou por classificá-los em dez classes de renda, denominados decis.

A metodologia aplicada nos decis baseou-se na variável Rendimento Mensal de Todos os Trabalhos, divulgada na PNAD, que abrange a remuneração mensal dos indivíduos de todos os trabalhos (principal, secundário e os demais trabalhos) realizados no mês de referência e a retirada mensal dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria. Salienta-se que os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc. (benefícios), como forma de rendimento de trabalho, foram incluídas como “sem rendimento”.

Com base nessa variável foi realizada a distribuição nos decis. Na Tabela 14, é mostrado o critério adotado para realizar a distribuição da renda média relativa nos decis em cada um dos períodos analisados (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004). A renda média relativa foi calculada com base no somatório da variável acima citada e dividida pelo total da população amostral constantes nas PNADs, conforme o ano da pesquisa.

Desse modo, o 1º decil é composto pelas pessoas sem rendimentos e pelo percentual de pessoas que recebem até 20% do valor da renda média relativa, enquanto que o 10º decil concentra o percentual de pessoas que estão nas faixas salariais acima de 80% da renda média relativa. A renda média relativa, nacional ou estadual (neste caso, Rio Grande do Sul), se encontra no 5º e 6º decil (100%), separando a distribuição em decis inferiores (1º ao 5º decil) e superiores (6º ao 10º decil) à renda média relativa.

Tabela 14 - Composição dos decis da renda média relativa

Decis	Renda Relativa
1º Decil	<= 20%
2º Decil	> 20% e <= 40%
3º Decil	> 40% e <= 60%
4º Decil	> 60% e <= 80%
5º Decil	> 80% e <= 100%
6º Decil	> 100% e <= 120%
7º Decil	> 120% e <= 140%
8º Decil	> 140% e <= 160%
9º Decil	> 160% e <= 180%
10º Decil	> 180%

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse procedimento visou eliminar dos parâmetros de classificação da renda, os efeitos da inflação e da constante troca de moedas ocorrida durante o período de 1984 a 2004. Visto que, o objetivo nesta análise é avaliar se houve ou não mobilidade e em que sentido ocorreu esse deslocamento, busca-se, também, entender como o nível de escolaridade influencia no

movimento da população, em função de sua renda, bem como, o rendimento obtido pelas pessoas ocupadas nos setores da economia.

3.2 ANÁLISE DA MOBILIDADE INTRAGERACIONAL DA RENDA

A análise a seguir, verifica o comportamento da renda média relativa das pessoas nascidas entre 1963 e 1967, ao longo dos períodos pré e pós-estabilização da economia brasileira, bem como, observa os aspectos de Educação e Ocupação, a fim de verificar se esses aspectos exerceram influência na mobilidade das pessoas na faixa etária em questão, em relação à renda média relativa.

Para determinar a mobilidade intrageracional ocorrida no Brasil e no Rio Grande do Sul, durante o período de 1984 a 2004, desenvolveu-se a análise em três partes. A primeira parte faz uma análise da mobilidade das pessoas, de acordo com a renda média relativa distribuída nos decis. A segunda parte verifica a concentração dos indivíduos nos decis da renda, conforme o nível de escolaridade. E a terceira parte observa a mobilidade das pessoas pelos decis da renda média relativa, conforme a ocupação nos setores da economia nacional.

3.2.1 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Brasil

O estudo direcionou seu foco para os decis inferiores à renda média brasileira, a qual se encontra no 5º decil, em virtude de concentrar a maioria da população nascida entre 1963 e 1967. Cerca de 70% das pessoas, de acordo com a Tabela 15, apresentada abaixo, encontram-se entre o 1º e 5º decil. Nota-se que apesar da média de renda dessa geração no país ser baixa, existe um vasto contingente de pessoas que obtém um valor inferior a essa média.

Constata-se que a desigualdade existente no Brasil é extensa, ou seja, há uma enorme distância entre a renda mínima e a máxima e, além disso, as rendas mais elevadas são extremamente altas, em comparação com a renda média, e estão concentradas em uma minoria da população. Fato que distorce a média da renda dessa geração. Na Tabela 15, é possível verificar que menos de 30% das pessoas em análise situam-se nos decis superiores.

A partir de uma análise mais minuciosa, observa-se que, comparando 1989 com 1984, a renda apresentou uma mobilidade negativa. Ou seja, a renda decresceu nos decis superiores e elevou-se nos inferiores. Enquanto que em 1984 a população concentrava-se no 5º decil, em 1989, a concentração situou-se no 2º decil, ou seja, um percentual da população que recebia em torno da renda média nacional, passou a obter uma renda inferior à verificada no país para essa geração. Esse quadro piorou em 1995 e 1999, concentrando-se no 1º decil, e, em 2004, sinalizou uma melhora, retornando a concentração ao 2º decil.

Ao comparar 1995, período que já havia iniciado o processo de estabilização no país, em relação a 1989, ano marcado por acentuada instabilidade, hiperinflação e descontrole da economia, verifica-se que houve um forte movimento das pessoas para o 1º decil da renda relativa. Além de uma considerável queda no 3º e 4º decil, o que indica que, percentualmente, as pessoas que migraram desses decis se moveram em direção aos decis inferiores.

Em 1999, a situação permaneceu, praticamente, nos patamares de 1995. Consta-se apenas uma inversão nos percentuais entre o 4º e 5º e o 8º e 9º decil, apontando uma redução no 5º e 9º decil e um aumento no 4º e 8º decil, o que sugere que tenha havido, também, nesse período, uma mobilidade decrescente na renda média relativa das pessoas.

Cabe ressaltar, que no decorrer do período de 1984 a 1999, somente o 10º decil mostrou aumento gradual no percentual de pessoas que obtiveram renda acima de 80% da renda média brasileira. Em 2004, porém, a partir do 8º até o 10º decil houve redução no percentual de pessoas alocadas nesses decis.

Observa-se que ao longo dos períodos analisados, houve um crescimento contínuo do percentual acumulado da população nos decis inferiores, em 2004 atingiu 74,7%, enquanto que em 1984 esse percentual era de 64,9%.

Verifica-se de um modo geral, de acordo com a Tabela 15, que no período pré-estabilização econômica a renda relativa era mais bem distribuída entre os decis, apesar de que, em 1989, essa situação começa a apresentar sinais de mudanças. No período pós-estabilização, houve maior concentração da renda no 1º e 2º decil, tanto em 1995 como em 1999. Porém, em 2004, observa-se uma tendência de reversão do quadro, principalmente até o 4º decil, e a maior concentração de pessoas retorna ao 2º decil.

Tabela 15 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, segundo os decis da renda média relativa: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

Decil	1984		1989		1995		1999		2004	
	Pes	Acum								
1º	5,4	-	10,2	-	34,8	-	34,4	-	15,6	-
2º	13,8	19,2	27,0	37,2	11,8	46,6	11,9	46,3	23,6	39,2
3º	14,1	33,3	13,4	50,6	9,1	55,7	9,0	55,3	14,7	53,9
4º	8,4	41,7	11,1	61,7	8,4	64,1	10,1	65,4	13,1	67,0
5º	23,2	64,9	9,6	71,3	8,5	72,6	7,4	72,8	7,7	74,7
6º	9,4	74,3	6,1	77,4	3,2	75,8	2,8	75,6	2,7	77,4
7º	6,7	81,0	4,7	82,1	4,2	80,0	3,9	79,5	4,3	81,7
8º	3,7	84,7	1,4	83,5	1,8	81,8	3,4	82,9	3,3	85,0
9º	4,5	89,2	3,5	87,0	3,2	85,0	1,9	84,8	0,8	85,8
10º	10,8	100,0	13,0	100,0	15,0	100,0	15,2	100,0	14,2	100,0
Total	100,0									

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Na Tabela 16 a seguir, é mostrada a mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967, em relação à renda média relativa ao longo dos períodos analisados².

Com exceção do 10º decil que apresentou um leve aumento (2,2 pontos percentuais), em 1989 comparado a 1984, observa-se que os demais decis, medianos (5º e 6º decil) e superiores, reduziram seu percentual (22 pontos percentuais, no total), enquanto que o 1º e o 2º decil elevaram substancialmente o percentual de pessoas alocadas, totalizando 18 pontos percentuais. Nesse sentido, nota-se uma mobilidade decrescente, nesse período, das pessoas da faixa etária em análise, em relação à renda média relativa.

Em 1995, ano seguinte ao da implantação do Plano Real, verifica-se que a mobilidade decrescente é ainda maior, visto que um quarto da população em questão se direcionou para o 1º decil da renda, adicionando-se às pessoas que já se encontravam nesse decil, resultando em uma concentração ao redor de 35%, conforme a Tabela 15 mostrada acima. De acordo com a Tabela 16, abaixo, esse movimento se verificou em diversos decis, inclusive dos superiores, embora esse deslocamento tenha sido mais intenso nos decis inferiores.

No período de 1999, constata-se, através da Tabela 16 que, praticamente, houve uma imobilidade da renda, pois as variações percentuais foram mínimas. Fato que confirma o baixo desempenho da economia brasileira, no período pós-estabilização e com o colapso do Plano Real em 1998, o qual refletiu no nível de desemprego e no padrão salarial.

² Essa mobilidade refere-se à diferença em termos de pontos percentuais na renda média relativa. Não se trata do percentual de variação, mas em quantos pontos percentuais foi acrescido ou decrescido, no período, em cada decil, em relação ao período anterior. Para um melhor entendimento, exemplifica-se através da análise da mobilidade das pessoas no 1º decil de 1989 comparado com 1984. Em 1989, o percentual de pessoas no 1º decil da renda foi de 10,2%, enquanto que, em 1984, apontou 5,4%, conforme os dados expostos na Tabela 15. Ou seja, a diferença (10,2 – 5,4) apresentada, em 1989, resultou em 4,8 pontos percentuais superior ao período de 1984, de acordo com a Tabela 16.

No entanto, em 2004, confirmando o que foi descrito no Capítulo 1 sobre a trajetória da economia do país, ocorreu uma reversão do processo que vinha se apresentando desde a década de 1980. Ou seja, observa-se uma acentuada mobilidade do 1º decil na direção aos demais decis inferiores da renda, em torno de 19%, quase anulando a mobilidade negativa registrada em 1995 ao redor de 25%, nesse decil.

Tabela 16 - Mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 pelos decis da renda média relativa: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

Decil	1984	1989	1995	1999	2004
1º	-	4,8	24,6	-0,4	-18,8
2º	-	13,2	-15,2	0,1	11,7
3º	-	-0,7	-4,3	-0,1	5,7
4º	-	2,7	-2,7	1,7	3,0
5º	-	-13,6	-1,1	-1,1	0,3
6º	-	-3,3	-2,9	-0,4	-0,1
7º	-	-2,0	-0,5	-0,3	0,4
8º	-	-2,3	0,4	1,6	-0,1
9º	-	-1,0	-0,3	-1,3	-1,1
10º	-	2,2	2,0	0,2	-1,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Observa-se, também, que a mudança no deslocamento das pessoas em relação à renda média relativa foi mais significativa nos decis inferiores, ou seja, a redistribuição de renda está sendo realizada entre a parcela da população que obtém renda inferior à do decil mediano e, não entre os ricos e os pobres do país.

Em síntese, constata-se, através da análise efetuada acima sobre a renda média relativa das pessoas que nasceram entre 1963 e 1967, que a estabilização não provocou, de imediato, índices sociais satisfatórios, que permitissem uma distribuição de renda mais igualitária entre a população brasileira. Contudo, somente uma década mais tarde, o cenário nacional começa a dar sinais de concreta estabilização e, em conseqüência, o surgimento de sinais de melhora nos indicadores socioeconômicos.

3.2.1.1 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Brasil, sob o Aspecto da Educação

A primeira comparação a ser feita, com relação à mobilidade intrageracional, relaciona a renda com o nível de escolaridade. Nesse sentido, foram feitos cruzamentos entre os decis da renda média relativa com as informações da variável Anos de Estudo. Em suma, essa

comparação visa verificar como a mobilidade da renda se relaciona com o nível educacional, conforme pode ser visualizado na Tabela 17 a seguir.

Para tanto, foram efetuadas duas análises: uma buscando verificar a mobilidade das pessoas nos decis da renda com base no grau de instrução no decorrer do período de 1984 a 2004; a outra análise visa observar a concentração em cada decil de um mesmo período, com o intuito de constatar alguma correlação entre o nível de escolaridade e a renda relativa da população brasileira.

Conforme a Tabela 17 é possível observar que, em 1984, a maioria das pessoas que se concentrava nos decis inferiores (totalizando 64,9%, de acordo com a Tabela 15), se situava no Ensino Fundamental. Cabe destacar que a maior concentração ocorreu no 5º decil da renda relativa (23,2%). Em 2004, a concentração de pessoas manteve-se nos decis inferiores, porém situou-se, principalmente, no 1º e 2º decil da renda (15,7% e 23,6%, respectivamente). Observa-se que as pessoas que se situavam no 1º e 2º decil da renda, em 1984, apresentavam nível de escolaridade no Ensino Fundamental, enquanto que as pessoas que se concentravam nesses mesmos decis em 2004 possuíam grau de instrução relativo ao Ensino Fundamental e Médio. Ou seja, as pessoas mesmo com mais anos de estudo não foram capazes de se moverem positivamente entre os decis da renda relativa. Em síntese, verifica-se uma retração na renda na passagem do período pré-estabilização para o período pós-estabilização.

Na segunda análise, através da Tabela 17 a seguir, nota-se que há indivíduos em todos os níveis de estudo com diferentes níveis de renda. Entretanto, ao longo do período, constata-se que grande parte das pessoas que se encontra nos decis superiores da renda relativa, possui nível de escolaridade mais elevado do que as pessoas que se situam nos decis inferiores.

Ao analisar cada período isoladamente, conforme a Tabela 17, verifica-se que, em 1984, a maior concentração nos decis inferiores foi com as pessoas que possuíam o Ensino Fundamental. E, desse modo, nos decis superiores da renda situaram-se as pessoas com grau de instrução do Ensino Médio e Superior.

Constata-se que o Ensino Superior foi o único nível de escolaridade que manteve sua maior concentração de pessoas no 10º decil da renda relativa, durante o decorrer dos períodos pré e pós-estabilização econômica. O que indica certo grau de solidez na carreira profissional dos indivíduos com esse nível de escolaridade.

Resumindo, observa-se que as pessoas que se encontram nos decis superiores possuem, em sua maioria, grau de estudo mais elevado. Esse fato sugere que quanto maior o nível educacional de uma pessoa, maior é a possibilidade em obter uma renda mais elevada,

embora se observe que há aumento no percentual de pessoas com nível de escolaridade mais elevado em alguns decis inferiores, ao longo dos períodos.

Verifica-se que a oscilação mais intensa ocorreu entre as pessoas com apenas o Ensino Fundamental, as quais apresentam maior vulnerabilidade às instabilidades econômicas. Nesse sentido, e por este nível de Ensino englobar a maioria da população brasileira, tal que a média nacional em anos de estudo situa-se em seis anos, cabe analisar o movimento desse nível de escolaridade em cada período.

Em 1984, a maior concentração nos decis inferiores foi com as pessoas que possuíam o Ensino Fundamental, principalmente, no 5º decil da renda relativa. Em 1989, porém, observa-se um movimento negativo em relação à renda, ou seja, a maioria das pessoas passou a se concentrar no 2º decil da renda. Sendo a maior parte dessas pessoas no Ensino Fundamental, apesar de verificar acentuado aumento percentual de pessoas no Ensino Médio. Em 1995, no início da estabilização, verifica-se uma retração, ainda, maior em relação à renda, onde as pessoas situaram-se no 1º decil, tanto para as pessoas no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Em 1999, a situação manteve-se, praticamente, nos mesmos patamares em todos os decis da renda e nos níveis de escolaridade. Em 2004, período em que o Brasil começa a consolidar seu processo de estabilização, verifica-se um movimento ascendente das pessoas em direção aos decis superiores da renda. Dessa forma, as pessoas com grau de instrução no Ensino Fundamental se concentraram entre o 1º e 3º decil da renda, esse mesmo movimento positivo ocorreu, também, para o Ensino Médio.

Tabela 17 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

1984						
Decil	Sem Instrução	1 a 4 anos de estudo	5 a 8 anos de estudo	9 a 11 anos de estudo	12 anos e mais de estudo	Renda
1º Decil	19,3	47,3	27,1	6,0	0,4	5,4
2º Decil	15,6	46,1	30,1	7,7	0,5	13,8
3º Decil	15,9	43,3	31,1	9,1	0,6	14,1
4º Decil	17,0	46,2	28,9	7,2	0,8	8,4
5º Decil	5,0	31,3	41,7	20,6	1,5	23,2
6º Decil	6,9	32,3	40,6	18,3	2,0	9,4
7º Decil	3,8	26,9	40,1	26,5	2,7	6,7
8º Decil	3,2	24,9	41,0	27,3	3,5	3,7
9º Decil	3,2	20,1	41,5	31,0	4,3	4,5
10º Decil	1,1	12,4	32,6	44,3	9,6	10,8
1989						
1º Decil	23,6	39,4	23,9	11,7	1,4	10,2
2º Decil	12,0	33,7	31,7	19,7	2,8	27,0
3º Decil	6,7	27,2	36,4	26,3	3,4	13,4
4º Decil	4,6	24,2	33,4	30,8	7,0	11,1
5º Decil	3,2	19,8	34,2	34,1	8,6	9,5
6º Decil	2,5	17,1	31,7	35,9	12,9	6,1
7º Decil	1,6	14,3	29,7	37,7	16,6	4,7
8º Decil	2,5	10,7	28,0	40,3	18,5	1,4
9º Decil	1,5	9,0	26,8	44,6	18,1	3,5
10º Decil	1,1	6,5	19,4	41,4	31,6	13,0
1995						
1º Decil	13,5	34,6	30,8	17,2	3,9	34,8
2º Decil	17,7	39,5	27,6	13,5	1,8	11,8
3º Decil	10,0	37,0	32,5	18,2	2,3	9,1
4º Decil	7,6	30,5	33,9	23,9	4,1	8,4
5º Decil	4,0	24,3	36,6	27,4	7,7	8,5
6º Decil	2,5	22,4	34,7	32,0	8,4	3,2
7º Decil	3,2	20,0	33,0	32,9	10,8	4,2
8º Decil	1,3	19,6	34,3	30,4	14,4	1,8
9º Decil	1,2	11,7	29,8	37,9	19,5	3,3
10º Decil	0,8	6,7	17,5	35,4	39,6	15,0
1999						
1º Decil	14,2	32,4	29,8	19,7	3,7	34,4
2º Decil	17,3	37,4	30,1	13,9	1,3	11,8
3º Decil	12,0	33,8	32,9	19,2	2,0	8,9
4º Decil	6,2	26,9	36,9	26,2	3,7	10,1
5º Decil	3,7	20,5	36,8	31,5	7,5	7,4
6º Decil	3,8	19,7	32,4	34,6	9,5	2,8
7º Decil	1,8	16,9	36,0	32,9	12,3	3,9
8º Decil	2,2	12,4	32,9	36,0	16,5	3,4
9º Decil	1,4	8,3	30,0	41,5	18,8	1,9
10º Decil	0,7	4,1	14,6	35,1	45,5	15,3
2004						
1º Decil	22,7	41,3	24,3	10,5	1,2	15,7
2º Decil	14,0	31,3	32,1	20,5	2,1	23,6
3º Decil	7,8	26,5	35,0	26,2	4,5	14,6
4º Decil	4,5	18,9	32,4	35,2	9,0	13,1
5º Decil	2,3	14,6	29,3	40,2	13,6	7,6
6º Decil	2,4	12,0	26,8	36,7	22,1	2,7
7º Decil	1,2	8,8	23,2	41,2	25,6	4,3
8º Decil	0,3	6,6	20,6	41,8	30,7	3,3
9º Decil	1,1	8,7	7,7	38,3	44,3	0,8
10º Decil	0,7	3,4	8,3	31,0	56,6	14,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

A Tabela 18 resume a mobilidade das pessoas na faixa etária em questão pelos decis da renda média relativa, segundo o nível educacional. Considerou-se somente o ano inicial (1984) e o final (2004) da análise, a fim de verificar a mobilidade resultante ao final do período de 20 anos. Período, este, marcado por diversas mudanças no cenário socioeconômico no país, desde uma instabilidade interna, que permaneceu do início até meados do período analisado; a implantação de um programa de estabilização, que foi capaz de conter a inflação crescente; até o final do período, quando ocorreram alterações significativas na política adotada pelo governo.

Observa-se, nessa tabela, que houve mobilidade ascendente no nível de escolaridade para a geração nascida entre 1963 e 1967. Sendo que, a categoria sem instrução e as pessoas com anos de estudo relativos ao Ensino Fundamental reduziram o volume de pessoas que se situavam nessas categorias, enquanto que, o Ensino Médio e Superior elevaram o percentual de pessoas que detém esses níveis de instrução. Destaca-se o Ensino Superior, o qual apresentou crescimento no percentual de pessoas dessa geração com 12 anos ou mais de estudo, de 2,3% em 1984 para 14,7% em 2004. Nesse sentido, a mobilidade da educação pode ser visualizada através da coluna referente à mobilidade nos períodos da Tabela 18, onde mostra, claramente, o movimento das pessoas dos níveis de escolaridade mais baixos em direção aos níveis mais elevados, em pontos percentuais³. Verifica-se que o volume de pessoas no Ensino Fundamental reduziu em 20 pontos percentuais, enquanto que, oito pontos percentuais situaram no Ensino Médio somando-se ao volume já existente nesse ensino e, 12 pontos percentuais da população em análise se moveram para o Ensino Superior, resultando em uma mobilidade positiva da educação para a geração em questão.

Contudo, a mobilidade da renda para esse mesmo período foi negativa, conforme descrito acima. Ou seja, as pessoas continuaram a investir em Educação, mesmo tendo mobilidade decrescente da renda, visto que, o retorno da renda não correspondeu aos acréscimos em anos de estudo.

³ Essa mobilidade refere-se à diferença em termos de pontos percentuais, acrescidos ou decrescidos, entre os períodos 1984 e 2004. O mesmo processo foi exemplificado na Nota de Rodapé nº 2, deste trabalho.

Tabela 18 - Mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 nos decis da renda média relativa, segundo o nível de escolaridade: Brasil, 1984 e 2004

	Anos	Decil	Decil	%	Mobil
	Estudo	Inferior	Superior	s/ total	nos períodos
1984	Sem	12,4	3,7	9,3	-
	1a4	40,3	22,8	34,2	-
	5a8	34,0	38,2	35,5	-
	9a11	12,4	30,4	18,7	-
	12mais	0,9	4,9	2,3	-
	% Total	65,0	35,0	100,0	
2004	Sem	11,7	0,9	9,0	-0,3
	1a4	28,6	5,8	22,8	-11,3
	5a8	30,8	14,4	26,6	-8,9
	9a11	24,1	35,0	26,9	8,2
	12mais	4,8	43,9	14,7	12,4
	% Total	74,6	25,4	100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984 e 2004).

Entretanto, as pessoas passaram a obter rendimentos menores, mesmo estando mais qualificadas. O que indica que a Educação não influenciou a renda dessa população para esse período, nem contribuiu para reduzir a desigualdade de renda de modo satisfatório que promovesse uma mobilidade positiva na renda dessa população.

3.2.1.2 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Brasil, sob o Aspecto da Ocupação nos Setores da Economia Brasileira

Este item trata da mobilidade intrageracional no mercado de trabalho. Para esta análise considerou-se a variável Ocupação para os seguintes setores da economia: Agrícola, Indústria, Comércio, Serviços e Outros.

Na Tabela 19 é mostrada a distribuição das pessoas pelos decis da renda, de acordo com a ocupação nos setores da economia.

Sendo assim, observa-se que o setor Agrícola, em 1984, apresentava-se bem distribuído, principalmente, até o 6º decil, e a maior concentração situava-se no 4º decil da renda relativa, com 36,5% das pessoas ocupadas nesse setor. Em 1989, período em que se intensifica o processo inflacionário no país, verifica-se uma retração das pessoas pelos decis da renda relativa, mantendo a população concentrada até o 4º decil, porém o maior percentual de pessoas encontrava-se no 1º decil da renda com 28,7%. No início do período de estabilização, 1995, a população permanece com maior concentração até o 4º decil, no

entanto, o 2º decil é o que detém o maior percentual de pessoas, 21,0%. Em 1999, período em que o Brasil apresentou o menor desempenho econômico, observa-se que a população ocupada no setor Agrícola permaneceu em patamares semelhantes aos registrados em 1995. Entretanto, o ano de 2004 indicou uma intensa retração na renda relativa das pessoas. As maiores concentrações ocorreram até o 3º decil, destacando o 1º decil com um percentual elevado de pessoas, 45,1%. Se comparar o período inicial (1984) e o final (2004) observa-se mobilidade negativa das pessoas ocupadas no setor Agrícola entre os decis da renda relativa.

No setor Indústria, verifica-se que durante o período pré-estabilização as pessoas desse setor encontravam-se ocupadas nos decis medianos e superiores da renda relativa. Porém ao longo do tempo, o movimento da população ocorreu em direção aos decis inferiores da renda, resultando, no período pós-estabilização, em um significativo aumento em todos os decis inferiores. Enquanto que a maior concentração, em 1984, situava-se no 8º decil da renda com 40,9% da população, em 2004, a concentração situou-se no 3º e 4º decil, em torno de 28% em cada um destes decis. Em síntese, em 1984, a Indústria ainda refletia os tempos áureos deste setor na década de 1970. No entanto, o período de instabilidade econômica retraiu a renda relativa das pessoas ocupadas na Indústria, porém foi no período pós-estabilização que ocorreu o movimento, mais acentuado, em direção aos decis inferiores da renda relativa.

No setor Comércio também se percebe o movimento decrescente das pessoas pelos decis da renda relativa. Porém, este movimento não foi tão intenso quanto o registrado na Indústria. Os decis inferiores, em 2004, apresentaram um elevado aumento no percentual de pessoas entre o 1º e o 4º decil da renda. Os decis superiores, nos períodos intermediários obtiveram retração no percentual de pessoas ocupadas, entretanto, em 2004, houve um acréscimo de pessoas distribuídas em alguns desses decis. A maior concentração, por sua vez, também apresentou movimento positivo no último período analisado. Enquanto que, em 1984, as pessoas concentravam-se em um maior percentual no 5º decil (inferior), em 2004, a concentração situou-se no 7º decil da renda relativa (superior). Em síntese, observa-se que apesar de ter havido movimento em direção aos decis inferiores da renda, a maior concentração permaneceu no decil superior no período pós-estabilização econômica.

No setor Serviços, conforme a Tabela 19 verifica-se, claramente, a mobilidade ascendente das pessoas ocupadas nesse setor entre os decis da renda relativa. Visto que, em 1984, a maior concentração situava-se entre o 1º e 2º decil com 68,6% e 65,1%, respectivamente. No decorrer dos períodos essa concentração se movimentou em direção aos decis superiores e, em 2004, o maior percentual de pessoas encontrava-se no 9º decil da renda relativa, em 65,6%. Cabe ressaltar, que o setor Serviços foi o que mais empregou os

indivíduos nascidos entre 1963 e 1967, neste último período, em todos os decis da renda, exceto o 1º decil que se concentrou no setor Agrícola.

A categoria Outros, a qual engloba diversas profissões, além das mal definidas, como por exemplo, as financeiras, corretoras, seguradoras, entre outras, conforme exposto no Anexo B, apresentou situação diversa em 1995 e 1999. Durante o período pré-estabilização econômica, essa categoria de atividades concentrava as pessoas nos decis superiores, porém, em 1995 e 1999, período de vigência do Plano Real até seu colapso em 1998, ocorreu um movimento acentuado pela população em direção ao 1º decil da renda relativa, registrando um percentual acima de 50% em cada um desses períodos. Em 2004, a situação retorna ao patamar do período pré-estabilização, concentrando-se nos decis superiores.

Nesse grupo entende-se que há um grande contingente de pessoas que não tem uma profissão definida, e que acabam executando diversos tipos de trabalhos eventuais e informalmente. Somando-se a isso, observa-se, na coluna Renda dessa mesma tabela, o 1º decil que, em 1984 e 1989, detinha apenas 5,4% e 10,2% da população, respectivamente, em 1995, aponta em torno de 35% o percentual de pessoas inseridas nessa faixa de renda. Cabe destacar, que o 1º decil engloba tanto as pessoas classificadas na categoria inferior da renda, como as pessoas que não possuem renda, mas que pertencem à faixa etária dos indivíduos que está sendo analisado. O que sugere que pode ter havido um aumento no desemprego nesse período para as pessoas nascidas entre 1963 e 1967, o que gerou alta concentração na categoria Outros, principalmente, nas ocupações mal definidas e sem carteira assinada. Em 2004, a situação se inverte. No entanto, é difícil determinar qual foi o fato gerador dessa extensa oscilação. Conjectura-se que parte desse movimento pode ter sido em função do nível de desemprego que aumentou na década de 1990 e nos anos 2000 apresentou redução. Além do impacto da flexibilização das leis trabalhistas que pode ter gerado ocupações mal definidas, dada a informalidade nos setores. E, na década de 2000, com o aumento do setor Formal, conforme o Capítulo 2, as pessoas passaram a melhor definir suas ocupações.

Tabela 19 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Brasil, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

1984						
Decil	Agrícola	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Renda
1º Decil	14,3	8,9	6,1	68,6	2,1	5,4
2º Decil	21,0	7,1	5,8	65,1	1,1	13,8
3º Decil	31,0	12,2	8,0	46,9	1,9	14,1
4º Decil	36,5	23,6	9,7	27,8	2,4	8,4
5º Decil	13,5	31,3	21,2	32,1	2,0	23,2
6º Decil	15,2	35,8	18,5	27,4	3,1	9,4
7º Decil	11,2	35,1	19,1	29,1	5,5	6,7
8º Decil	9,8	40,9	17,5	26,5	5,4	3,7
9º Decil	9,3	33,1	18,9	30,4	8,4	4,5
10º Decil	5,0	30,1	14,0	31,8	19,2	10,8
1989						
1º Decil	28,7	8,0	6,3	56,4	0,7	10,2
2º Decil	16,4	25,4	15,7	40,7	1,7	27,0
3º Decil	10,9	31,2	18,2	38,1	1,6	13,4
4º Decil	8,8	32,5	16,4	39,8	2,6	11,1
5º Decil	4,8	35,8	15,9	40,1	3,4	9,5
6º Decil	4,3	31,9	14,6	41,7	7,6	6,1
7º Decil	4,5	33,1	15,2	40,6	6,6	4,7
8º Decil	4,9	29,1	13,9	40,6	11,5	1,4
9º Decil	3,7	30,1	13,3	42,9	10,1	3,5
10º Decil	4,0	26,5	17,8	40,5	11,1	13,0
1995						
1º Decil	16,8	6,9	5,9	14,7	55,8	34,8
2º Decil	21,0	15,9	11,5	50,6	0,9	11,8
3º Decil	16,3	23,1	15,1	44,6	1,0	9,1
4º Decil	11,8	26,7	15,3	44,9	1,3	8,4
5º Decil	6,4	28,1	17,2	47,1	1,3	8,5
6º Decil	4,8	29,7	14,8	48,9	1,8	3,2
7º Decil	3,4	27,7	16,9	49,7	2,3	4,2
8º Decil	2,6	34,8	10,9	49,6	2,1	1,8
9º Decil	2,6	25,5	19,4	48,1	4,4	3,3
10º Decil	2,4	22,5	16,8	51,0	7,3	15,0
1999						
1º Decil	16,1	6,7	5,2	15,8	56,2	34,4
2º Decil	22,3	15,2	11,2	50,2	1,1	11,8
3º Decil	15,3	23,8	13,5	45,8	1,5	8,9
4º Decil	9,6	26,2	16,3	47,0	0,9	10,1
5º Decil	6,3	28,5	16,1	47,8	1,3	7,4
6º Decil	4,0	29,0	14,2	52,2	0,5	2,8
7º Decil	5,1	25,0	16,6	51,3	2,0	3,9
8º Decil	2,7	24,4	13,3	57,5	2,1	3,4
9º Decil	2,6	25,5	14,6	54,5	2,8	1,9
10º Decil	2,3	17,9	15,4	57,6	6,8	15,3
2004						
1º Decil	45,1	12,2	13,7	27,3	1,8	15,7
2º Decil	16,2	19,3	14,9	44,6	5,0	23,6
3º Decil	10,5	28,7	15,6	37,4	7,7	14,6
4º Decil	7,3	28,4	19,3	36,0	8,9	13,1
5º Decil	5,9	26,6	19,8	38,5	9,1	7,6
6º Decil	4,5	24,5	15,0	48,4	7,6	2,7
7º Decil	4,9	22,5	24,8	38,8	9,0	4,3
8º Decil	3,5	21,8	18,0	48,5	8,2	3,3
9º Decil	3,3	16,4	4,4	65,6	10,4	0,8
10º Decil	4,0	17,8	17,7	45,3	15,2	14,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Em síntese, o movimento das pessoas pelos decis da renda relativa pode ter sofrido influência de diversos fatores. De acordo com a análise da economia brasileira efetuada no Capítulo 1, foram considerados alguns aspectos que podem ter sido determinantes para a retração da renda. Em 1994, as importações se acentuaram com a combinação da abertura comercial e valorização do câmbio, o que gerou perda do mercado doméstico pelas empresas nacionais. Essa abertura comercial resultou em uma estrutura produtiva bem menos diversificada do que no início da década de 1990. De acordo com Carneiro (2002), a desaceleração do setor produtivo intensificou-se em meados de 1997, e entre 1998 e 1999 indicou declínio na produção. Bielschowsky (1999 apud Carneiro, 2002) analisa que o investimento na indústria, entre 1994 e 1997, concentrou apenas em alguns ramos de atividade, apesar do aquecimento na produção nacional, o que exprime a baixa capacidade de encadeamento entre os setores.

3.2.2 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Rio Grande do Sul

Neste tópico aborda-se a mobilidade intrageracional através do deslocamento ou não das pessoas entre os decis da renda relativa no Rio Grande do Sul, nos mesmos aspectos e métodos já utilizados anteriormente para o Brasil.

Nota-se, conforme exposto na Tabela 20 exposta abaixo, que a concentração de pessoas nos decis inferiores da renda média relativa no Rio Grande do Sul aumentou em 2004 em relação a 1984. Ou seja, em 1984, 64,8% da população situavam-se entre os decis inferiores e, em 2004, esse percentual passou para 70,2%.

Além disso, verifica-se um deslocamento significativo para o 1º Decil, no período pós-estabilização econômica, resultando em uma concentração em torno de 30%, enquanto que, no período pré-estabilização o percentual de pessoas no 1º Decil variou entre 3% e 5%. Contudo, em 2004, a concentração de pessoas no 1º Decil reduziu para 11,3%.

Observa-se a seguinte trajetória da distribuição da renda média relativa no Rio Grande do Sul: de 1984 até 1995, que foi uma época marcada pela instabilidade, de vários programas de estabilização até a implantação do Plano Real, houve uma mobilidade negativa das pessoas em relação à renda. Ou seja, em 1984, a população concentrava-se no 4º decil, em 1989, passou para o 2º e 3º decil e, em 1995, o movimento foi em direção ao 1º decil; em 1999, praticamente não ocorreu mobilidade entre os decis, que apresentaram uma pequena

movimentação, mas mantendo a concentração no decil mais inferior da renda, o que condiz com o baixo desempenho da economia, dada à dificuldade em evitar o retorno da inflação e; em 2004, em consonância com os sinais de recuperação econômica no cenário nacional, o estado apresentou uma mobilidade positiva reduzindo, substancialmente, a concentração de pessoas no 1º decil e situando-se, em grande parte, entre o 2º e o 3º decil. Apresentando uma situação bem próxima da verificada em 1989.

Tabela 20 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967 nos decis de renda média relativa: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

Decil	1984		1989		1995		1999		2004	
	Pes	Acum								
1º	2,9	-	4,6	-	30,4	-	29,1	-	11,3	-
2º	12,2	15,1	21,2	25,8	8,7	39,1	9,3	38,4	18,6	29,9
3º	6,3	21,4	20,7	46,5	15,0	54,1	12,9	51,3	21,8	51,7
4º	30,7	52,1	11,8	58,3	6,1	60,2	9,4	60,7	10,6	62,3
5º	12,7	64,8	13,0	71,3	8,9	69,1	7,9	68,6	7,9	70,2
6º	10,3	75,1	6,4	77,7	5,7	74,8	5,3	73,9	6,0	76,2
7º	7,5	82,6	4,6	82,3	5,9	80,7	5,0	78,9	4,1	80,3
8º	4,0	86,6	2,1	84,4	1,7	82,4	3,4	82,3	3,8	84,1
9º	3,9	90,5	4,1	88,5	2,2	84,6	3,2	85,5	1,4	85,5
10º	9,5	100,0	11,5	100,0	15,4	100,0	14,5	100,0	14,5	100,0
Total	100,0									

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Na Tabela 21, a seguir é apresentado o deslocamento das pessoas entre os decis no decorrer dos períodos⁴, observa-se, que apesar de haver ainda uma concentração no 1º Decil, a tendência é de uma inversão na situação.

Nota-se que a maior movimentação de pessoas ocorreu entre os decis inferiores, e na direção dos menores níveis de renda média relativa. Nessa tabela verifica-se, claramente, a trajetória descendente realizada pelas pessoas até 1999 e, em 2004, aponta uma mobilidade ascendente, apesar de a movimentação ter sido mais acentuada entre os decis inferiores. Porém, observa-se a tendência de um deslocamento em direção aos decis próximos à média da renda gaúcha ou aos decis superiores.

Conforme a Tabela 21, que sinaliza com valores negativos nos decis a origem do movimento, e os valores positivos, os decis de destino desse deslocamento, os quais incorporaram o percentual de pessoas que se moveram. Nesse sentido, verifica-se que, em 1989, houve movimento de saída de 27,6 pontos percentuais de pessoas situadas entre os decis superiores e os medianos. Essa trajetória foi em direção, principalmente, aos decis inferiores. Em 1995, houve deslocamento de 31 pontos percentuais de pessoas dos decis

⁴ Idem à Nota de Rodapé nº 2.

superiores e inferiores, sendo 25,8 pontos percentuais somente para o 1º decil. Em 1999, a movimentação foi mínima entre os decis, permanecendo, praticamente, na mesma situação do período anterior. Em 2004, entretanto, ocorreu uma inversão na mobilidade da renda, visto que o maior deslocamento ocorreu pelas pessoas que se encontravam no 1º decil da renda relativa. E, pela primeira vez durante o período que está sendo analisado, um contingente de pessoas considerável (17,8 pontos percentuais) saiu do 1º decil em direção aos decis mais próximos dos decis medianos.

Tabela 21 - Mobilidade das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 pelos decis da renda média relativa: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

Decil	1984	1989	1995	1999	2004
1º	-	1,7	25,8	-1,3	-17,8
2º	-	9,0	-12,5	0,6	9,3
3º	-	14,4	-5,7	-2,1	8,9
4º	-	-18,9	-5,7	3,3	1,2
5º	-	0,3	-4,1	-1,0	0,0
6º	-	-3,9	-0,7	-0,4	0,7
7º	-	-2,9	1,3	-0,9	-0,9
8º	-	-1,9	-0,4	1,7	0,4
9º	-	0,2	-1,9	1,0	-1,8
10º	-	2,0	3,9	-0,9	0,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Observa-se, conforme é mostrado no Gráfico 37 exposto abaixo, que o estado do Rio Grande do Sul segue o padrão nacional. No período pós-estabilização econômica, a retração da renda foi mais intensa. E, apesar, dos sinais positivos no último período (década de 2000) em relação à mobilidade da geração em análise, ainda mantém-se concentrada nos decis inferiores, em torno de 70% dessa população.

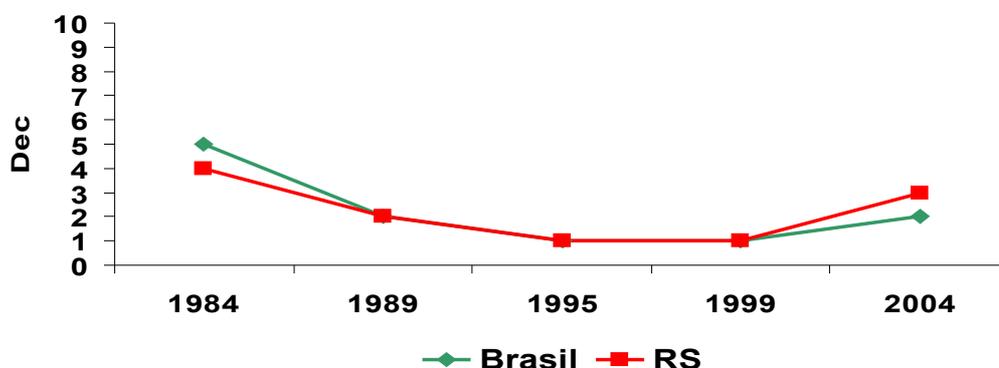


Gráfico 37: Mobilidade intrageracional da renda: Brasil e Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Para que se viabilize a distribuição de renda de uma maneira mais igualitária uma das preocupações deveria ser em função do nível educacional da população, a fim de qualificar as pessoas para o mercado de trabalho e proporcionar condições de crescimento em suas profissões.

3.2.2.1 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Rio Grande do Sul, sob o Aspecto da Educação

A seguir, é analisado o aspecto referente à Educação no Rio Grande do Sul com relação à mobilidade das pessoas, na faixa etária em questão, nos diferentes níveis de ensino durante o período de 1984 a 2004.

No capítulo 2 deste trabalho, foi mostrado que a média de anos de estudo no Rio Grande do Sul situou-se no Ensino Fundamental ao longo do período analisado, sendo 4,6 em 1984; 5,7 em 1993 e 6,8 em 2004, ou seja, maior que a média brasileira (3,9; 4,8 e 6,0 para os respectivos períodos). Entretanto, para a geração analisada no estado, conforme pode ser visualizado na Tabela 22 abaixo, o nível educacional correspondente ao Ensino Fundamental, se observa nas pessoas situadas nos decis inferiores da renda e, inversamente, as pessoas concentradas nos decis superiores possuem em sua maioria nível de escolaridade referente ao Ensino, Médio e Superior.

Verifica-se que quase a totalidade dos indivíduos sem instrução encontra-se nos decis inferiores da renda relativa. Outra constatação foi que o estado apresentou redução no percentual de pessoas no Ensino Fundamental, e aumento nos Ensinos, Médio e Superior. O maior crescimento ocorreu na faixa de 12 anos ou mais de estudo (Ensino Superior), apresentando um crescimento significativo em quase todos os decis da renda, principalmente, nos decis superiores. Em 1984, o maior percentual encontrava-se no 10º decil da renda com 11,9% e, em 2004, além de crescer, substancialmente, entre os decis medianos e os superiores, o 10º decil da renda relativa, por sua vez, apresentou um percentual de 64,7% as pessoas nascidas entre 1963 e 1967 que cursavam ou eram graduados no Ensino Superior. Constata-se que para o Ensino Superior, o 10º decil concentrou a maior parte da população em questão durante todo o período analisado.

Tabela 22 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

1984						
Decil	Sem	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e	Renda
1º Decil	7,5	43,4	37,7	7,5	3,8	2,9
2º Decil	2,7	35,4	47,8	13,7	0,4	12,2
3º Decil	6,0	40,5	36,2	12,1	5,2	6,3
4º Decil	1,9	26,5	50,1	19,9	1,6	30,6
5º Decil	0,4	21,6	51,3	22,5	4,2	12,7
6º Decil	1,6	24,3	52,4	19,0	2,6	10,2
7º Decil	-	13,6	52,1	27,9	6,4	7,6
8º Decil	-	18,7	57,3	20,0	4,0	4,0
9º Decil	-	16,4	38,4	39,7	5,5	3,9
10º Decil	-	9,6	31,6	46,9	11,9	9,6
1989						
1º Decil	12,5	33,9	41,1	8,9	3,6	4,5
2º Decil	5,3	28,8	45,5	17,4	3,0	21,2
3º Decil	3,5	18,6	48,4	23,3	6,2	20,7
4º Decil	-	16,2	48,6	25,7	9,5	11,9
5º Decil	0,6	13,0	42,9	28,0	15,5	12,9
6º Decil	-	2,5	41,3	36,3	20,0	6,4
7º Decil	-	8,8	43,9	28,1	19,3	4,6
8º Decil	-	7,7	38,5	23,1	30,8	2,1
9º Decil	-	3,9	29,4	31,4	35,3	4,1
10º Decil	-	4,2	22,2	36,8	36,8	11,6
1995						
1º Decil	5,0	28,0	44,3	18,1	4,6	30,6
2º Decil	7,0	41,7	37,4	12,3	1,6	8,7
3º Decil	4,7	28,0	48,0	16,2	3,1	14,9
4º Decil	0,8	25,8	47,7	18,9	6,8	6,1
5º Decil	2,1	17,8	39,3	28,8	12,0	8,9
6º Decil	0,8	13,2	38,0	33,9	14,0	5,6
7º Decil	-	8,6	41,4	28,1	21,9	6,0
8º Decil	-	11,4	34,3	28,6	25,7	1,6
9º Decil	-	8,5	40,4	27,7	23,4	2,2
10º Decil	0,3	4,5	16,9	31,1	47,1	15,4
1999						
1º Decil	4,0	25,1	45,0	20,7	5,3	29,1
2º Decil	3,8	35,7	47,9	11,7	0,9	9,4
3º Decil	3,8	26,7	55,6	11,8	2,1	12,7
4º Decil	4,8	18,2	47,4	23,0	6,7	9,2
5º Decil	1,7	13,4	45,8	31,3	7,8	7,9
6º Decil	0,8	13,6	42,4	28,0	15,3	5,2
7º Decil	0,0	8,0	39,8	33,6	18,6	5,0
8º Decil	0,0	3,8	30,8	41,0	24,4	3,4
9º Decil	0,0	6,8	28,8	34,2	30,1	3,2
10º Decil	0,6	1,5	12,0	31,3	54,5	14,7
2004						
1º Decil	6,3	38,6	44,4	9,9	0,9	11,3
2º Decil	4,9	29,0	45,6	17,2	3,3	18,6
3º Decil	1,9	24,1	45,4	25,1	3,5	21,7
4º Decil	1,0	10,6	43,8	36,5	8,2	10,6
5º Decil	3,2	11,0	36,8	34,2	14,8	7,9
6º Decil	0,8	6,7	24,4	34,5	33,6	6,0
7º Decil	-	3,7	23,5	43,2	29,6	4,1
8º Decil	-	6,6	13,2	36,8	43,4	3,9
9º Decil	-	10,7	25,0	21,4	42,9	1,4
10º Decil	-	2,4	9,8	23,1	64,7	14,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Em síntese, observa-se que, em termos percentuais, o período pré-estabilização econômica no estado obteve uma mobilidade positiva em educação mais acentuada do que o

período pós-estabilização. Esse fato é mostrado na Tabela 22 através do percentual nos decis ao longo dos períodos. Nesse sentido, observa-se que em ambos os níveis referentes ao Ensino Fundamental tenderam a uma redução no percentual de pessoas que possuíam esse nível de escolaridade. Enquanto que os decis da renda para o Ensino, Médio e Superior, obtiveram elevação no percentual de pessoas, embora o aumento tenha sido mais intenso na classificação acima de 12 anos de estudo.

Ao comparar a mobilidade intrageracional da renda, em termos educacionais no Rio Grande do Sul com a ocorrida no Brasil, verifica-se que a renda da geração no estado obteve maior retração, ou seja, uma mobilidade negativa da renda relativa maior do que a geração brasileira, nesse mesmo período. Esse fato pode ser observado nos Gráficos 38 e 39 a seguir, no qual é mostrada a mobilidade da mesma geração no país e no estado, respectivamente. O espaço entre as duas trajetórias é a extensão da retração da renda.

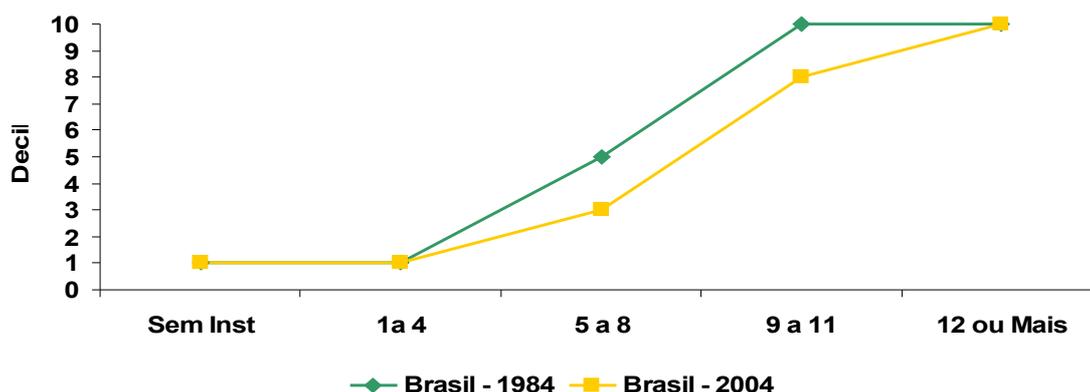


Gráfico 38: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da educação: Brasil, 1984 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984 e 2004).

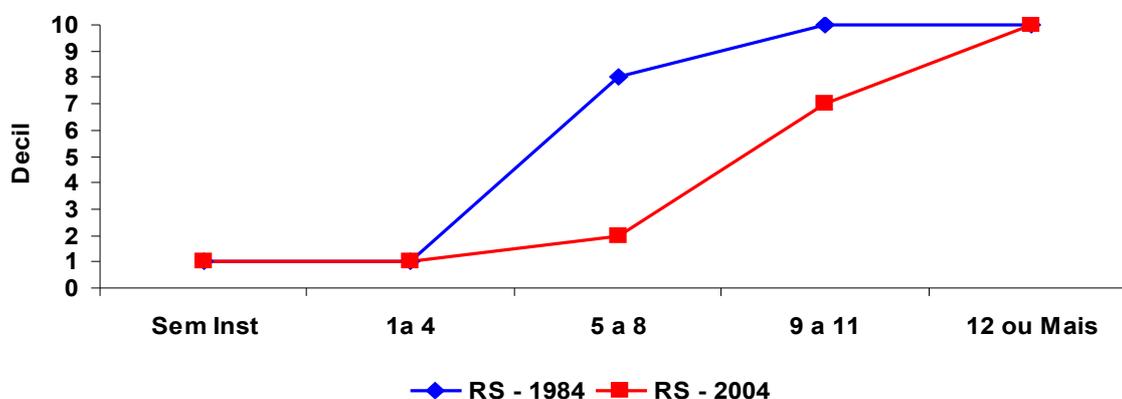


Gráfico 39: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da educação: Rio Grande do Sul, 1984 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984 e 2004).

Apesar de todo o incremento em anos de estudo nas duas maiores faixas de escolaridade não foi suficiente para provocar uma mobilidade ascendente em relação à renda, permanecendo a maior concentração de pessoas nos decis inferiores da renda relativa.

O que significa dizer, que houve mobilidade positiva no nível educacional das pessoas nascidas entre 1963 e 1967 no Rio Grande do Sul, mesmo depois na fase adulta, com idade para atuarem no mercado de trabalho. Visto que, o aspecto da escolaridade básica (ensino fundamental e médio) deveria ser uma condição elementar para preparar o indivíduo em sua carreira profissional e, apenas, manter um aperfeiçoamento de sua qualificação durante a sua trajetória ocupacional.

3.2.2.2 Análise da Mobilidade Intrageracional da Renda no Rio Grande do Sul, sob o Aspecto da Ocupação nos Setores da Economia

Na seqüência, é feita a análise do aspecto da Ocupação nos setores da economia em que se encontra a população (trabalhadores e conta própria) segundo o decil da renda relativa. Vale lembrar que a Tabela 23 abaixo também se refere apenas às pessoas nascidas entre os anos de 1963 e 1967 e sua mobilidade entre 1984 e 2004 no Rio Grande do Sul.

Ao analisar a atividade agrícola, na Tabela 23, percebe-se que, durante o decorrer de todo o período, as pessoas se situaram nos decis inferiores da renda relativa. No período pré-estabilização, a concentração das pessoas se verificava entre o 1º e o 3º decil, porém, no período pós-estabilização, observa-se uma retração na renda relativa e as pessoas tenderam a se concentrar até o 2º decil. Destaca-se que, em 2004, houve um intenso movimento em direção ao 1º decil, 49,6% das pessoas encontravam-se nesse decil da renda relativa. Desse modo, indica que houve uma mobilidade negativa da renda relativa para as pessoas ocupadas no setor Agrícola.

No setor Indústria, também, se observa, na Tabela 23, uma retração da renda relativa para as pessoas ocupadas nesse setor. No período pré-estabilização, a concentração das pessoas situava-se entre os decis, medianos e superiores, da renda relativa, sendo que o decil de maior concentração se situava entre o 8º e o 7º decil da renda relativa, o que pode ser, ainda, reflexo da intensa industrialização ocorrida no país na década de 1970. Ressalta-se que, no 1º decil da renda em 1984, não havia pessoas da geração em questão situada nesse decil. No entanto, se observa os primeiros sinais dessa retração, no final da década de 1980, quando

surge a hiperinflação no país, com uma redução, significativa, no percentual de pessoas concentradas nos decis superiores da renda. No período pós-estabilização, a retração da renda se acentua provocando um deslocamento das pessoas para os decis inferiores, inclusive no 1º e 2º decil da renda, que no período pré-estabilização, apresentavam-se como os menores percentuais do setor. E, em conseqüência, a maior concentração das pessoas se moveu para os decis inferiores, fixando-se entre o 3º e 4º decil da renda relativa.

No setor Comércio observa-se um maior deslocamento das pessoas que se encontravam nos decis medianos em direção às extremidades dos decis inferiores e superiores. No período pré-estabilização, o movimento foi mais acentuado para os decis superiores da renda relativa, tal que o maior percentual de pessoas que, em 1984, se situavam no 4º decil passou a se concentrar no 9º decil da renda relativa. No início da estabilização, verifica-se uma forte retração na participação desse setor no mercado de trabalho, porém as pessoas mantiveram-se em maior concentração nos decis superiores, permanecendo essa situação até 1999. Em 2004, nota-se uma mobilidade das pessoas dos decis superiores em direção aos inferiores, situando a maior concentração de pessoas no 5º decil da renda relativa. Nota-se que, neste último período, o Comércio aumenta seu percentual de pessoas ocupadas.

Verifica-se que o setor Serviços, ao contrário dos setores analisados acima, apresentou uma mobilidade ascendente em relação à renda média relativa, em direção aos decis superiores, a partir de 1995. No período pré-estabilização, a população concentrava-se no 1º decil da renda, ou seja, em 1984, 79,2% das pessoas concentravam-se nesse decil e, em 1989, apresentou forte redução, mesmo assim permaneceu elevado em 49,1% no 1º decil. No entanto, no período pós-estabilização, ocorre uma tendência de concentração entre 40% e 50% em todos os decis superiores. Esses dados corroboram com o indicado no capítulo 2, o qual analisou a participação da população total do Rio Grande do Sul no mercado de trabalho. Ambas as análises (com os dados agregados e com os microdados) demonstraram que o setor Serviços, no estado, é o que mais absorve mão-de-obra.

Em relação ao setor Outros, torna-se difícil fazer uma análise, visto que, não é informado separadamente o percentual que se refere às pessoas ocupadas nas atividades que compõem esse grupo e o percentual das pessoas que não declararam sua ocupação ou não a definiram. Porém, observa-se que, também, seguiu o padrão nacional. Enquanto que, no período pré-estabilização, as pessoas se concentraram nos decis superiores, no período pós-estabilização, houve um deslocamento intenso para o 1º decil, concentrando cerca de 50% da população em questão. Em 2004, verifica-se um retorno aos patamares registrados no período pré-estabilização, passando a concentrarem-se nos decis superiores da renda relativa.

Tabela 23 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Rio Grande do Sul, 1984, 1989, 1995, 1999 e 2004

1984						
Decil	Agrícola	Industria	Comércio	Serviços	Outros	Renda
1º Decil	17,0	-	1,9	79,2	1,9	2,9
2º Decil	14,2	5,3	3,1	75,2	2,2	12,2
3º Decil	20,7	16,4	8,6	50,9	3,4	6,3
4º Decil	7,6	35,0	20,4	33,7	3,3	30,7
5º Decil	3,8	47,0	19,5	23,7	5,9	12,7
6º Decil	1,6	51,1	18,9	20,5	7,9	10,2
7º Decil	5,0	44,3	15,7	25,0	10,0	7,5
8º Decil	-	62,7	6,7	25,3	5,3	4,0
9º Decil	2,7	41,1	16,4	19,2	20,5	3,9
10º Decil	3,4	31,6	13,6	34,5	16,9	9,5
1989						
1º Decil	22,8	10,5	14,0	49,1	3,5	4,6
2º Decil	11,7	28,7	14,0	41,9	3,8	21,2
3º Decil	6,9	39,8	18,1	33,6	1,5	20,7
4º Decil	4,1	45,9	14,9	31,8	3,4	11,8
5º Decil	4,3	37,0	11,1	38,9	8,6	13,0
6º Decil	2,5	35,0	17,5	36,3	8,8	6,4
7º Decil	3,5	47,4	14,0	24,6	10,5	4,6
8º Decil	3,8	23,1	23,1	38,5	11,5	2,1
9º Decil	3,9	29,4	29,4	23,5	13,7	4,1
10º Decil	4,2	34,0	18,1	34,7	9,0	11,5
1995						
1º Decil	20,0	9,1	6,5	15,8	48,6	30,4
2º Decil	13,2	25,4	10,6	49,7	1,1	8,7
3º Decil	11,7	37,8	10,8	36,9	2,8	15,0
4º Decil	7,5	39,1	13,5	39,1	0,8	6,1
5º Decil	5,7	33,3	15,1	43,2	2,6	8,9
6º Decil	4,1	29,3	16,3	47,2	3,3	5,7
7º Decil	3,9	30,2	21,7	40,3	3,9	5,9
8º Decil	8,3	36,1	11,1	41,7	2,8	1,7
9º Decil	2,1	35,4	18,8	41,7	2,1	2,2
10º Decil	2,4	24,3	15,9	47,6	9,9	15,4
1999						
1º Decil	16,3	9,3	6,6	17,4	50,4	29,1
2º Decil	19,6	26,6	6,5	43,9	3,3	9,3
3º Decil	8,5	38,6	11,2	39,7	2,0	12,9
4º Decil	7,9	37,7	16,7	35,3	2,3	9,4
5º Decil	6,1	28,2	13,8	49,7	2,2	7,9
6º Decil	5,9	30,3	10,1	47,9	5,9	5,2
7º Decil	0,9	28,1	13,2	56,1	1,8	5,0
8º Decil	1,3	26,6	13,9	58,2	-	3,4
9º Decil	2,7	23,0	17,6	55,4	1,4	3,2
10º Decil	3,0	21,3	12,3	55,3	8,1	14,5
2004						
1º Decil	49,6	11,2	14,7	21,4	3,1	11,3
2º Decil	13,1	27,2	18,0	34,1	7,6	18,6
3º Decil	8,4	38,3	16,2	28,5	8,6	21,8
4º Decil	9,0	35,2	15,2	31,4	9,0	10,6
5º Decil	10,3	28,8	20,5	32,1	8,3	7,9
6º Decil	1,7	26,9	14,3	46,2	10,9	6,0
7º Decil	4,9	28,4	14,8	44,4	7,4	4,1
8º Decil	2,6	21,1	18,4	44,7	13,2	3,8
9º Decil	10,7	17,9	14,3	46,4	10,7	1,4
10º Decil	5,2	21,3	14,0	44,8	14,7	14,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984, 1989, 1995, 1999 e 2004).

Ao comparar a mobilidade da renda sob o aspecto ocupação no Rio Grande do Sul com a verificada nos setores da economia no Brasil, observa-se uma trajetória muito semelhante entre ambos. Nos gráficos 40 e 41 expostos abaixo, é mostrado que os setores, Agrícola e Indústria, tanto no país quanto no estado, apresentaram mobilidade negativa da renda relativa. Entretanto, os setores Comércio e Serviços indicaram um movimento inverso, ou seja, uma mobilidade crescente da renda relativa no período de 1984 a 2004. Enquanto o Comércio apresentou uma tênue mobilidade positiva da renda relativa, o setor Serviços, por sua vez, moveu a geração em questão dos decis inferiores para os superiores da renda relativa. A categoria Outros, considerando apenas os anos extremos do período analisado, não demonstrou movimento para essa geração.

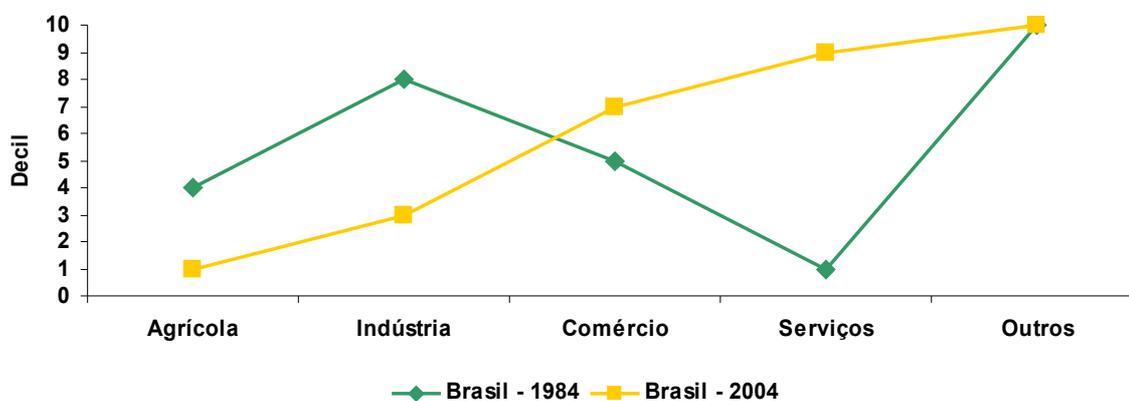


Gráfico 40: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da ocupação: Brasil, 1984 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984 e 2004).

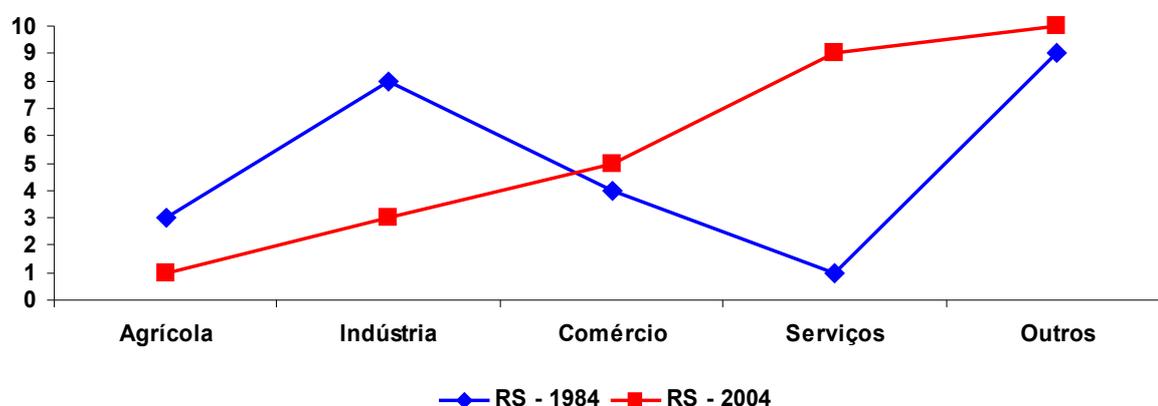


Gráfico 41: Mobilidade intrageracional da renda, sob o aspecto da ocupação: Rio Grande do Sul, 1984 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE – PNAD (1984 e 2004).

A seguir será efetuada a análise da mobilidade intergeracional para o Brasil e o Rio Grande do Sul para duas determinadas gerações.

3.3 ANÁLISE DA MOBILIDADE INTERGERACIONAL DA RENDA

Para uma completa análise sobre mobilidade social, será descrita a seguir a evolução da mobilidade intergeracional. Nesse sentido, serão analisadas duas gerações de pessoas, sendo uma das gerações a que foi analisada na mobilidade intrageracional, ou seja, as pessoas nascidas entre 1963 e 1967; e outra geração nascida entre 1983 e 1987. Salienta-se que os critérios serão os mesmos utilizados na mobilidade intrageracional.

O objetivo dessa análise será verificar como a nova geração, que está ingressando no mercado de trabalho na década atual, está distribuída em termos de renda média relativa, nível de escolaridade e ocupação, em comparação com a geração nascida entre 1963 e 1967.

Embora, alguns dos indivíduos da nova geração poderão ser filhos da geração da década de 1960, não será essa a preocupação para este trabalho. O objetivo será mostrar o perfil de cada geração no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como, os aspectos da Renda, da Educação e da Ocupação nos setores da economia que podem influenciar nos rendimentos das pessoas.

3.3.1 Análise da Mobilidade Intergeracional da Renda no Brasil

Para realizar a análise da mobilidade intergeracional no Brasil, primeiramente será mostrada a distribuição da renda entre os decis, de acordo com a Tabela 24 exposta abaixo, a qual compara ambas as gerações, no período de 1984 e 2004.

Observa-se, na Tabela 24, que, em 2004, a geração atual, a qual se encontra ao redor dos 20 anos de idade, apresentou uma distribuição mais homogênea entre os decis da renda média relativa, enquanto que a geração anterior concentrou-se, basicamente, cerca de 70%, nos decis inferiores. Ou seja, 46,5% da geração atual, abaixo da metade da população, que

estava iniciando sua carreira profissional, situaram-se nos decis inferiores. Significa que a desigualdade de renda não foi tão intensa para a geração atual.

Embora a maior concentração de pessoas dessa geração encontra-se no 1º e no 6º decil da renda, que corresponde ao 1º decil inferior e o 1º superior, respectivamente, ainda assim, aponta uma situação mais favorável para a nova geração, quando comparada com a geração anterior. Esta, ao iniciar sua carreira profissional, em 1984, concentrava-se em torno de 65% abaixo da renda média, conforme Tabela 24.

Tabela 24 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967 e as nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa: Brasil, 1984 e 2004

Decil	1984		2004			
	Geração Anterior 20 anos de idade		Geração Anterior 40 anos de idade		Geração Atual 20 anos de idade	
	% Pessoas	% Acum	% Pessoas	% Acum	% Pessoas	% Acum
1º	5,4	-	15,6	-	20,3	-
2º	13,8	19,2	23,6	39,2	7,2	27,5
3º	14,1	33,4	14,7	53,9	7,7	35,2
4º	8,4	41,8	13,1	67,0	8,0	43,2
5º	23,2	65,0	7,7	74,7	3,3	46,5
6º	9,4	74,4	2,7	77,4	24,2	70,7
7º	6,7	81,0	4,3	81,7	6,8	77,5
8º	3,7	84,7	3,3	85,0	7,1	84,6
9º	4,5	89,2	0,8	85,8	3,2	87,8
10º	10,8	100,0	14,2	100,0	12,2	100,0
Total	100,0		100,0		100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984 e 2004).

Ressalta-se que, em virtude, de se estar trabalhando com renda média relativa e não com valores, essa homogeneidade na distribuição das pessoas entre os decis da renda, não significa que a geração atual encontra-se em uma situação econômica mais satisfatória do que a geração anterior que mesmo no auge de suas carreiras, ainda, apresentava intensa concentração nos decis inferiores, 74,7%.

Em síntese, houve mobilidade intergeracional ascendente em relação à renda relativa no período analisado entre as gerações.

Quanto à Educação, na Tabela 25 abaixo, percebe-se que a geração atual possui um nível de escolaridade acima do grau de instrução da geração anterior (Tabela 17).

Ao analisar a geração atual em 2004, verifica-se dois pólos de concentrações nos decis da renda relativa, 1º e 6º decil, conforme a Tabela 24. As pessoas concentradas no 1º decil da renda, em sua maioria possuem de 5 a 8 anos de estudo, isto é, Ensino Fundamental.

Enquanto que a maior parte da população que se encontra no 6º decil da renda possui nível educacional referente ao Ensino Médio.

Se a comparação for feita com o período em que a geração anterior estava ingressando no mercado de trabalho em 1984, observa-se que esta geração concentrava-se no 5º decil da renda relativa, e neste decil a maioria das pessoas encontrava-se no Ensino Fundamental.

Se a comparação for feita em relação ao mesmo período (2004) para ambas as gerações, verifica-se que a geração anterior, neste período, concentrava-se no 2º decil da renda relativa e situava grande parte dessas pessoas também no Ensino Fundamental.

Considerando que a maioria da geração atual encontra-se no 6º decil da renda relativa (24,2%), a qual possui, principalmente, o Ensino Médio, constata-se que esta geração apresenta um nível de escolaridade superior ao registrado para a geração anterior.

Observa-se, claramente na Tabela 25, que as pessoas na faixa etária em questão com nível de escolaridade mais elevado (Ensino Médio e Superior) tendem a situar-se nos decis superiores da renda. E, inversamente, é verificado para o Ensino Fundamental, em que as pessoas se concentram nos decis inferiores.

Cabe destacar, que o percentual de analfabetismo na geração atual apresenta-se bem menor em todos os decis da renda (Tabela 25), em relação à geração anterior (Tabela 17).

Destaca-se, também, que a concentração de pessoas no Ensino Superior para a geração atual é mais elevada do que a geração anterior em 1984.

Tabela 25 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Brasil, 2004

Decil	Sem Instrução	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais	Renda
1º	4,5	22,6	42,7	27,6	1,6	20,3
2º	4,0	18,2	44,1	31,9	0,7	7,2
3º	3,9	15,6	39,6	38,4	1,2	7,7
4º	4,5	18,2	37,7	36,9	1,8	8,0
5º	3,3	15,4	33,0	43,1	4,4	3,3
6º	1,6	7,9	31,0	53,8	4,6	24,2
7º	1,2	5,4	27,3	58,2	6,8	6,8
8º	1,0	4,3	25,1	60,9	7,8	7,1
9º	0,7	4,9	21,2	65,1	7,0	3,2
10º	0,6	3,4	18,2	61,2	15,6	12,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (2004).

Em relação à Ocupação, segundo a Tabela 26 a seguir, observa-se que a geração atual apresenta-se bem diversificada nos setores da economia conforme o decil da renda em que se encontra. O setor Agrícola concentra 63% das pessoas situadas no 1º decil da renda relativa.

Percentual elevado também se verifica para a geração anterior. A Indústria e o Comércio possuem maior percentual de pessoas nos decis superiores da renda, enquanto que na geração anterior (Tabela 19), o percentual de pessoas é bem diluído entre os decis da renda relativa. O setor Serviços, para a geração atual, também, é o setor que mais emprega, concentrando a maioria das pessoas que se situam entre o 2º e o 6º decil. Contudo, o nível salarial neste setor se mostra mais baixo, concentrando as pessoas entre os decis inferiores e medianos, enquanto que a geração anterior, de acordo com a Tabela 19, se situava, em grande parte, nos decis superiores.

Cabe salientar que a categoria Outros (conforme especificações encontram-se no Anexo B) apesar de deter um percentual menor de ocupação da geração atual, concentra as pessoas nos decis superiores da renda, desempenho semelhante ao da geração anterior.

Tabela 26 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Brasil, 2004

Decil	Agrícola	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Renda
1º	63,1	8,7	12,7	14,0	1,5	20,3
2º	17,0	11,9	16,7	51,1	3,3	7,2
3º	16,4	13,3	20,8	44,7	4,7	7,7
4º	21,1	18,4	20,5	35,4	4,7	8,0
5º	18,6	20,9	22,6	30,7	7,2	3,3
6º	8,6	24,4	27,4	32,1	7,4	24,2
7º	7,1	30,2	31,3	23,3	8,1	6,8
8º	5,7	30,7	29,7	23,6	10,3	7,1
9º	5,5	34,4	28,8	23,1	8,1	3,2
10º	5,4	28,1	26,0	27,4	13,2	12,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (2004).

A seguir é apresentada a análise da mobilidade intergeracional no estado do Rio Grande do Sul, para as mesmas gerações de pessoas que foram observadas no Brasil.

3.3.2 Análise da Mobilidade Intergeracional da Renda no Rio Grande do Sul

Neste item é efetuada a análise intergeracional no Rio Grande do Sul, através de aspectos e metodologia idênticos aos utilizados para o Brasil, conforme descrito acima. A seguir, na Tabela 27, é mostrada a distribuição da geração atual pelos decis da renda média relativa, comparando-a com a concentração da geração anterior.

Observa-se que, em 2004, a geração atual apresentava-se bem distribuída entre os decis da renda relativa, ou seja, 50% nos decis inferiores e a outra metade, portanto, nos decis superiores. A geração anterior, por sua vez, ao entrar no mercado de trabalho, em 1984, com a mesma idade que a geração atual encontrava-se em 2004, isto é, em torno dos 20 anos de idade, apresentava uma maior concentração nos decis inferiores (64,7%). Entretanto, mesmo com uma carreira, praticamente, consolidada, em 2004, a geração anterior mostrou maior retração da renda, situando-se em 70% nos decis inferiores da renda relativa.

Contudo, conforme foi descrito na análise para o Brasil, isso não significa que a geração atual auferir uma renda maior que a geração anterior, visto que, os decis representam a renda média relativa e não valores e, portanto, a média da geração atual pode ser, por exemplo, menor que a renda média da geração anterior. Nesse sentido, os decis inferiores da geração anterior poderão corresponder a um poder aquisitivo mais elevado do que o poder aquisitivo da renda relativa dos decis superiores da geração atual.

Em síntese, observa-se que a geração atual ingressa no mercado de trabalho em uma posição melhor em relação à distribuição das pessoas pelos decis da renda relativa, do que a geração anterior apresentou durante todo o período analisado. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que houve mobilidade intergeracional ascendente da renda relativa no Rio Grande do Sul entre as gerações analisadas.

Tabela 27 - Percentual de pessoas nascidas entre 1963 e 1967 e as nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa: Rio Grande do Sul, 1984 e 2004

Decil	1984		2004			
	Geração Anterior 20 anos de idade		Geração Anterior 40 anos de idade		Geração Atual 20 anos de idade	
	% Pessoas	% Acum	% Pessoas	% Acum	% Pessoas	% Acum
1º	2,9	-	11,3	-	13,0	-
2º	12,2	15,0	18,6	29,9	2,9	15,9
3º	6,3	21,3	21,8	51,7	6,5	22,4
4º	30,7	52,0	10,6	62,3	15,0	37,4
5º	12,7	64,7	7,9	70,2	13,2	50,6
6º	10,2	74,9	6,0	76,2	22,3	72,9
7º	7,5	82,5	4,1	80,3	8,5	81,4
8º	4,0	86,5	3,8	84,1	7,8	89,2
9º	3,9	90,5	1,4	85,5	3,3	92,5
10º	9,5	100,0	14,5	100,0	7,5	100,0
Total	100,0		100,0		100,0	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE - PNAD (1984 e 2004).

Ao confrontar ambas as gerações no Brasil e no Rio Grande do Sul, observa-se, de acordo com o Gráfico 42 mostrado abaixo, que a geração anterior obteve mobilidade negativa da renda relativa no decorrer do período analisado. Contudo, nota-se que a retração no cenário

brasileiro apresentou maior intensidade do que no contexto estadual para a geração nascida entre 1963 e 1967. No entanto, a geração atual (pessoas nascidas entre 1984 e 1987) concentra-se em maior percentual no decil imediatamente superior à renda média relativa, tanto no país quanto no estado. Desse modo, a geração atual encontra-se em situação mais favorável, em termos de renda relativa, do que a geração anterior nos dois cenários analisados.

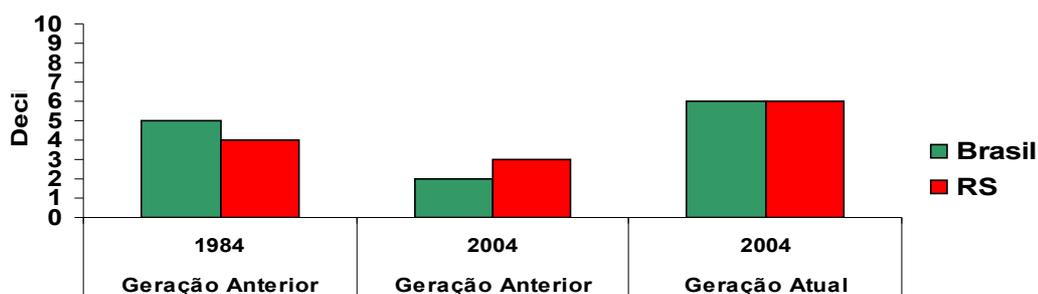


Gráfico 42: Mobilidade intergeracional da renda: Brasil e Rio Grande do Sul, 1984 e 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (1984 e 2004).

Quanto ao aspecto Educação, observa-se, através da Tabela 28 abaixo, que no Rio Grande do Sul, assim, como no Brasil, o nível de escolaridade e a renda relativa são diretamente proporcionais para a geração atual.

Verifica-se que houve uma mobilidade ascendente da concentração das pessoas em direção aos decis superiores, dado o aumento da escolaridade.

Desse modo, a maioria das pessoas, com nível educacional correspondente ao Ensino Fundamental, manteve-se nos decis inferiores da renda relativa. Destaca-se que a classificação de 1 a 4 anos de estudo não apresentou pessoas situadas no 8º e 9º decil da renda e; de 5 a 8 anos de estudo tende a decrescer o percentual de pessoas concentradas entre os decis, conforme se direciona para os decis superiores.

O Ensino Médio, por sua vez, indicou uma distribuição homogênea em quase todos os decis, visto que, foi o ensino que mais absorveu a geração atual. Contudo, a maior concentração se verifica nos decis superiores. Situação semelhante ocorreu com o Ensino Superior, sendo que a maior concentração situou-se a partir do 8º decil da renda relativa.

De modo geral, observa-se que a geração atual encontra-se mais representativa no Ensino Médio. Além disso, as pessoas dessa faixa etária que se situam nos decis inferiores possuem apenas a Educação Fundamental, contrariamente, o que se constata para as pessoas que se encontram nos decis superiores, as quais estão cursando ou concluíram o Ensino Médio ou Superior.

Tabela 28 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo os anos de estudo: Rio Grande do Sul, 2004

Decil	Anos de estudo					Renda
	Sem Instrução	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais	
1º	2,6	9,7	42,9	40,8	3,6	12,9
2º	-	13,6	43,2	31,8	9,1	2,9
3º	2,0	5,1	31,3	56,6	4,0	6,5
4º	-	2,6	33,8	58,8	3,1	15,0
5º	0,5	3,0	34,0	55,0	6,5	13,2
6º	0,6	3,0	28,4	60,1	6,5	22,3
7º	-	3,1	20,9	68,2	6,2	8,5
8º	-	-	25,4	61,9	10,2	7,8
9º	-	-	22,0	68,0	10,0	3,3
10º	-	1,8	12,4	63,7	20,4	7,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (2004).

Entretanto, a geração anterior, conforme foi descrito acima, manteve-se ao longo dos períodos concentrada no Ensino Fundamental, embora o percentual de pessoas que possuem o Ensino Médio ou Superior venha aumentando gradativamente. Ademais, observa-se que as pessoas, com o Ensino Fundamental completo ou que estavam concluindo-o, encontravam-se dispostos com percentuais uniformes por todos os decis da renda relativa, apesar de se verificar uma redução mais acentuada no último período, 2004, principalmente, nos decis superiores.

Dessa forma, no aspecto Educação houve mobilidade intergeracional positiva no Rio Grande do Sul entre as gerações analisadas. Fato que pode ter contribuído à geração atual ingressar no mercado de trabalho em decis mais elevados do que a geração anterior.

No Gráfico 43 exposto abaixo, é mostrado a distribuição da geração atual (pessoas nascidas entre 1983 e 1987) pelos decis da renda relativa, no Brasil e no Rio Grande do Sul. Embora o estado apresente uma distribuição entre os decis semelhante com a nacional, verifica-se que a maior diferença encontra-se no Ensino Médio. Ou seja, enquanto o país concentra o maior número de pessoas da geração atual no 9º decil, o estado mantém o maior percentual no 7º decil da renda relativa. Outra diferença, porém em menor grau, é nos primeiros quatro anos do Ensino Fundamental, onde a geração atual no estado situa-se em maior percentual apenas um decil acima da concentração dessa geração verificada no país.

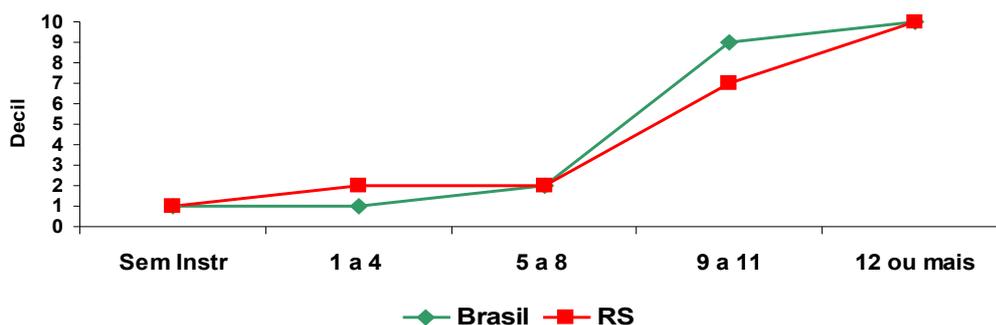


Gráfico 43: Distribuição das pessoas nascidas entre 1983 e 1987 pelos decis da renda relativa, sob o aspecto da educação: Brasil e Rio Grande do Sul, 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (2004).

Em relação à Ocupação nos setores da economia do Rio Grande do Sul, através da Tabela 29 abaixo, constata-se que a geração atual, que se encontra ocupada no setor Agrícola, situa-se, basicamente, nos dois primeiros decis inferiores da renda relativa. Sendo o único setor que mantém a geração atual fortemente concentrada no 1º decil da renda relativa.

Inversamente, as pessoas ocupadas no setor Indústria encontram-se dispostas entre os decis superiores da renda, inclusive o maior percentual dessa população situa-se no 7º decil da renda relativa. Ressalta-se que os decis inferiores quanto mais afastados da renda média relativa nesse setor (5º decil), menor é o percentual de pessoas ocupadas nesses decis.

As pessoas ocupadas no setor Comércio apresentam-se concentradas nos decis medianos da renda relativa, com tendência aos decis superiores.

Em relação aos três setores analisados acima, verifica-se que somente a Indústria apresentou uma situação mais favorável à geração atual, enquanto que os demais setores apontaram uma situação muito semelhante com a geração anterior.

No setor Serviços, por sua vez, verifica-se uma maior concentração nos decis inferiores, devido, sobretudo, à intensa informalidade existente nesse setor, além de determinadas políticas adotadas pelas empresas que contribuem para a retração da renda, como por exemplo, estágios sem possibilidade de contratação e terceirização dos serviços. Observa-se que a geração anterior ocupadas nesse setor, quando iniciava sua carreira profissional, em 1984, também se concentrava nos decis inferiores da renda relativa, no entanto, esta geração se moveu gradualmente entre os decis em direção aos decis superiores. Um dos fatos que pode ter motivado esse deslocamento ascendente pode ter sido a experiência acumulada ao longo do período, os quais podem ser citados, os autônomos que prestam serviços especializados.

O setor Outros detém o menor percentual de ocupação da geração atual, porém nota-se duas polarizações, uma entre os decis inferiores, e outra a partir do 8º decil da renda relativa. Visto que, essa categoria, assim como o setor Serviços, também engloba tanto as profissões específicas, técnicas, como, por exemplo, as instituições de crédito, o que indica a maior concentração nos decis superiores, dada à maior qualificação; quanto às ocupações informais, o que causa a baixa remuneração, embora, na informalidade, possa haver pessoas com nível educacional elevado, mas que, por alguma razão, não obteve colocação no mercado de trabalho formal.

Tabela 29 - Percentual de pessoas nascidas entre 1983 e 1987, distribuídas nos decis da renda média relativa, segundo a ocupação nos setores da economia: Rio Grande do Sul, 2004

Decil	Agrícola	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Renda
1º	63,8	10,2	12,2	12,8	1,0	12,9
2º	25,0	18,2	9,1	38,6	9,1	2,9
3º	6,1	17,2	16,2	50,5	10,1	6,5
4º	6,6	27,2	26,3	30,7	9,2	15,0
5º	3,0	31,0	22,5	32,0	11,5	13,2
6º	3,8	40,2	28,1	18,6	9,2	22,3
7º	1,6	48,1	21,7	20,9	7,8	8,5
8º	4,2	39,0	24,6	17,8	14,4	7,8
9º	6,0	42,0	18,0	24,0	10,0	3,3
10º	2,7	44,2	24,8	16,8	11,5	7,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (2004).

Em relação à Ocupação, a análise possibilitou verificar que a geração atual, mesmo em início de carreira profissional encontra-se ocupada com uma situação mais favorável do que a geração anterior no decorrer de todo o período. Exceto no setor Serviços que, em 2004, a geração anterior se concentrou com maior percentual de pessoas nos decis superiores.

No Gráfico 44 exposto abaixo, é mostrada a distribuição das pessoas da geração atual pelos decis da renda relativa, em relação aos setores da economia em que se encontra ocupada. Observa-se que nesse aspecto a população gaúcha também segue a tendência nacional, com pequena variação. A maior variação é encontrada no setor Indústria, em que a geração atual no estado concentra-se, principalmente, no 7º decil, enquanto que no país a concentração situa-se no 9º decil da renda relativa. Situação semelhante ocorre para os setores, Comércio e Outros, em que o estado encontra-se em decil mais baixo do que a verificada no Brasil, apesar de estarem muito próximos. A única inversão é no setor Serviços, onde o estado mantém um maior percentual da geração atual no 3º decil, sendo que o país

concentra essa geração no 2º decil. Somente o setor Agrícola situa a maioria das pessoas no 1º decil da renda relativa em ambos os cenários analisados.

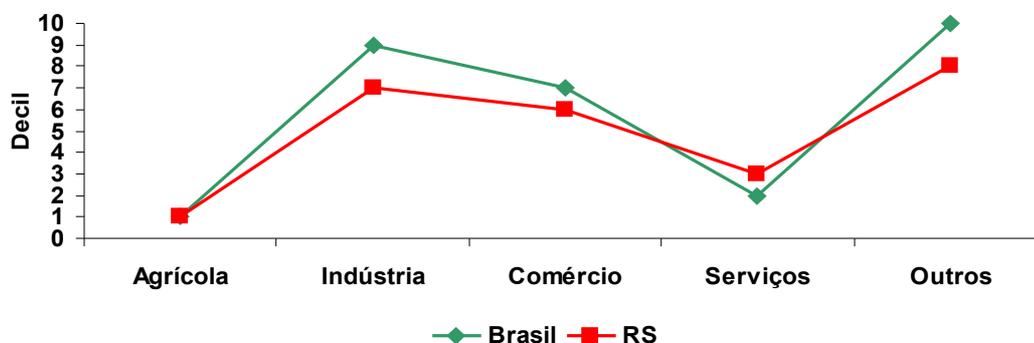


Gráfico 44: Distribuição das pessoas nascidas entre 1983 e 1987 pelos decis da renda relativa, sob o aspecto da ocupação: Brasil e Rio Grande do Sul, 2004

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE – PNAD (2004).

Ao desenvolver este Capítulo observou-se que apesar das pessoas estarem mais qualificadas, em termos, de conhecimento (grau de instrução) e por existir uma demanda por profissionais especializados, contudo, a renda média relativa, tanto no Brasil, como no estado do Rio Grande do Sul, ainda permanece desigualmente distribuída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi desenvolvido um estudo sobre a mobilidade socioeconômica do Brasil e do Rio Grande do Sul, a fim de verificar se a condição social da população sofreu alteração ou não e, em caso positivo, identificar se essa mobilidade foi positiva ou negativa. Além disso, o trabalho buscou identificar a existência de relação entre a mobilidade de renda e a educação e ocupação das pessoas. A análise desenvolvida contemplou dois períodos com características bastante distintas, que formam os períodos pré e pós-estabilização da economia nacional.

Os estudos relacionados com o tema mobilidade e pobreza mostram que a pobreza absoluta envolve a satisfação das necessidades elementares para a sobrevivência humana e a pobreza relativa tem um conceito mais amplo e considera os hábitos, costumes e aspectos culturais, sociais e econômicos da sociedade em questão. Nesse sentido, ressalta-se que o conceito de pobreza relativa é mais utilizado em países desenvolvidos, dado que já erradicaram a pobreza absoluta. A pobreza absoluta, no entanto, ainda impera nos países subdesenvolvidos e, por isso, ambos os conceitos são bastante utilizados para análises de pobreza, desigualdade e mobilidade. Apesar de o Brasil ser uma economia em desenvolvimento e ainda não ter erradicado a pobreza absoluta, este trabalho centrou seu foco na análise da mobilidade relativa de renda, buscando acima de tudo verificar o efeito das oscilações na economia sobre a vida das pessoas.

Para instrumentalizar o leitor sobre os principais acontecimentos na economia brasileira no período em análise foi exposto um breve relato dos acontecimentos na economia brasileira durante os períodos pré e pós-estabilização econômica.

O período pré-estabilização foi marcado por instabilidade econômica, alta inflação e com tendência de elevação e, estagflação. Registrou ciclos de curta duração, porém com forte intensidade. Durante esse período houve várias tentativas de conter a inflação, que no final do período, havia se transformado em hiperinflação. Dentre as medidas adotadas pelo governo, estavam as implantações de diversos planos econômicos, tanto de características ortodoxas, como heterodoxas. Esses programas de estabilização provocavam efeitos satisfatórios, em relação à queda do processo inflacionário, porém eram logo esterilizados com pressões oriundas do mercado interno e externo, basicamente, devido à falta de credibilidade no governo, dado os freqüentes fracassos dos planos econômicos que causavam uma situação com maior instabilidade.

O período pós-estabilização foi considerado nesta dissertação a partir de 1994 com a implantação do Plano Real, o qual foi capaz de controlar o processo inflacionário. Cabe destacar, que apesar de o país ter conseguido estabilizar a economia não obteve sucesso em outros aspectos, como por exemplo, o poder de compra dos brasileiros que durante esse período foi afetado negativamente. Como resultado, a desigualdade social oscilou entre os estados brasileiros, ou seja, alguns estados prosperaram, elevando o nível de renda de sua população, enquanto outros estados empobreceram ou permaneceram estagnados ao longo desse período. Essa situação somente apresentou resultados positivos na década de 2000, principalmente, entre as camadas da população menos favorecidas, apontando redução da desigualdade social e sinais de desenvolvimento no Brasil.

Em síntese, constatou-se que, apesar do Plano Real ter obtido sucesso quanto à redução da inflação, a qual se apresentava em patamar muito elevado, caracterizando uma hiperinflação, não foi capaz de gerar uma distribuição de renda no país. A princípio, a estabilização causou uma desigualdade ainda maior no cenário nacional, reprimindo os salários em patamares inferiores, enquanto que uma minoria de indivíduos detinha um alto padrão de renda, distorcendo a média da renda relativa da verdadeira situação da população brasileira. Verificou-se que somente uma década após à implantação do Plano Real, o país inicia um período de crescimento econômico e desenvolvimento social. Fato que pôde ser observado através da mobilidade de pessoas em relação a suas rendas, movimento este influenciado pelo nível educacional e, também, pelas reações dos empresários frente às políticas adotadas pelo governo, que surtiram efeitos na mobilidade ocupacional dos indivíduos.

Até a década de 1970, o Brasil aplicava o modelo desenvolvimentista, em que se fundamentava na industrialização por substituição de importações, bem como, uma ampla intervenção do governo. Desse modo, o Estado atuou diretamente no setor produtivo em setores que não havia interesse pelo setor privado, em função, basicamente, da onerosidade dessas atividades e do baixo retorno de investimento. Em síntese, a atuação estatal concentrou-se nas indústrias de base e de infra-estrutura.

No entanto, os governos da década de 1990, acreditavam que a perda do dinamismo da indústria brasileira foi resultado, de acordo com os autores estudados, da incapacidade das empresas estatais de incorporar o progresso técnico na mesma velocidade que vinha ocorrendo no mercado mundial. Como também, esse resultado foi devido à inexistência de concorrência em razão da proteção tarifária e do excesso de regulação ou presença estatal.

Com base nas leituras, esse protecionismo gerou uma estrutura ineficiente com excessiva diversificação e baixa competitividade internacional.

Os autores pesquisados assinalam que o novo modelo implantado na década de 1990 era oposto ao modelo desenvolvimentista. Enquanto este último visava às políticas de demanda e à garantia de mercado, o novo modelo primava pelas políticas de oferta e incentivava a concorrência, sendo uma de suas propostas a abertura comercial, com o intuito de modernização tecnológica.

Ao analisar os indicadores referentes ao crescimento econômico; infra-estrutura; educação; ocupação; nível de pobreza, pelo aspecto da renda e; segurança, para o Brasil e os estados brasileiros, observou-se que o país obteve bons resultados em algumas áreas, porém não conseguiu solucionar outros problemas que atingem a sociedade. Situação semelhante ocorre para a análise entre os estados. Enquanto, determinados estados apresentam bons indicadores, tais como, infra-estrutura, nível de pobreza, educação, outros estados ainda se encontram em patamares muito inferiores ao registrado no país, necessitando de maiores investimentos nessas áreas.

No aspecto educacional, verificou-se que o Brasil apresentou um melhor desempenho em relação às taxas de analfabetismo, anos de estudo e frequência escolar no decorrer das duas últimas décadas, apesar do nível de escolaridade permanecer baixo. Observou-se, também, que o interesse do grupo feminino pelos estudos vem se intensificando, devido, principalmente, à maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, a atuação profissional exige, cada vez mais, uma maior qualificação, o que resulta em maior permanência nos bancos escolares.

No aspecto ocupação, verificou-se que os setores da economia apresentaram desempenhos distintos entre si. Observou-se que no período pós-estabilização o setor Serviços foi o que mais se despontou na economia nacional.

Ao analisar a Renda Domiciliar per Capita constatou-se a enorme disparidade entre a menor e a maior renda registrada no país. Enquanto há estados com renda equivalente a duas vezes a renda nacional, há, também, estados com renda abaixo da metade da renda brasileira. Essa desigualdade é comprovada através do elevado índice de Gini, o qual não apresentou variação significativa no decorrer dos períodos analisados. A desigualdade quando é muito extensa causa diversos problemas sociais para o país. Não somente em termos de oportunidades, as quais não são criadas de modo igualitário para todos os indivíduos, mas também em relação à perda da segurança e bem-estar social.

No item segurança, observou-se o aumento da taxa de homicídios na maioria dos estados brasileiros. Sendo que, a maior elevação ocorreu no grupo masculino. Uma provável causa do aumento da criminalidade pode estar relacionada ao êxodo rural e a baixa empregabilidade dessa população. As pessoas migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, porém o setor industrial desde a década de 1980 tem se mostrado estagnado. O crescimento acelerado da indústria ocorrido até a década de 1970, não mais ocorreu nos anos seguintes. Embora os setores do comércio e serviços tenham absorvido boa parte desse contingente de trabalhadores, não foi suficiente para manter o nível de emprego da população, agravado, ainda pelos baixos salários desses dois setores comparados com os da indústria, principalmente para os indivíduos sem especialização. Essa evidência foi constatada em virtude de que estados com PIB menor, obtinham taxas mais baixas de homicídios.

Para desenvolver uma região, é necessário que todos os aspectos que visem uma melhor condição de vida estejam sendo atendidos.

Quanto à análise da mobilidade intrageracional para o Brasil, verificou-se que no período pós-estabilização econômica, a renda relativa da geração nascida entre 1963 e 1967 apresentou retração mais intensa do que no período pré-estabilização. Nesse sentido, a população em análise obteve uma mobilidade negativa da renda média relativa. Situação semelhante ocorreu para o estado do Rio Grande do Sul, o qual também apresentou mobilidade decrescente da renda relativa para o mesmo período e geração em questão. Cabe destacar que na década de 2000, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul, apresentaram sinais de mobilidade ascendente da renda relativa para essa população.

Em relação à mobilidade intergeracional, se confrontou duas gerações, sendo uma, a mesma analisada na mobilidade intrageracional e, a outra geração composta pelas pessoas nascidas entre 1983 e 1987. Essa análise foi realizada em dois cenários para o Brasil e o Rio Grande do Sul. Sendo uma análise da condição que cada geração se encontrava quando estava com idade para ingressar no mercado de trabalho, neste caso considerou-se a idade em torno dos 20 anos. Em outro cenário, a análise foi efetuada para ambas as gerações no último período analisado, a fim de comparar, como a geração atual, a qual estava ingressando no mercado de trabalho, apresentava sua distribuição pelos decis da renda relativa, em termos de educação e ocupação nos setores da economia; com a situação, nos mesmos aspectos, em que se encontrava a geração anterior, que, nesse período, já deveria estar com sua carreira profissional consolidada.

Considerando a mesma idade para ambas as gerações, ou seja, quando tinham 20 anos de idade, observou-se que a geração atual, em 2004, ingressou no mercado de trabalho com

uma condição mais favorável, em termos de renda, educação e ocupação, do que a geração anterior em 1984, quando estava em torno de 20 anos de idade.

Na segunda análise intergeracional, considerou-se o mesmo ano para a análise de ambas as gerações, isto é, o ano de 2004, em que a geração anterior estava ao redor dos 40 anos de idade, enquanto que a geração atual, para esse mesmo período, estava com 20 anos de idade. Em virtude da geração anterior, ter sofrido maior retração da renda no período pós-estabilização econômica, resultou em uma situação menos favorável do que apresentava em 1984, e, portanto, a geração atual, para esta análise também se encontra em uma situação com menor desigualdade de renda relativa. Os mesmos parâmetros foram utilizados para o Rio Grande do Sul. E, novamente, observou-se que o estado gaúcho acompanhou o desempenho da população brasileira referente às gerações que estavam sendo estudadas.

Quanto ao aspecto educacional, verificou-se que a geração atual possui um nível de escolaridade mais elevado em anos de estudo, concentrando essa geração no Ensino Médio, sendo que a geração anterior, apesar do contínuo crescimento do grau de instrução, situou-se no Ensino Fundamental, ao longo do período, influenciando a média nacional.

O resultado da análise indica que, provavelmente, a média brasileira no grau de educação tenderá a patamares mais elevados. O que possibilitará, em consonância com políticas públicas, ao país se desenvolver e, dessa forma, erradicar a pobreza absoluta do país e retrain a pobreza relativa e, conseqüentemente, reduzir a desigualdade social e elevar a condição socioeconômica da população brasileira.

Para a análise da mobilidade socioeconômica, tanto intrageracional quanto intergeracional, obter resultados mais profundos e consistentes, seria importante a disponibilidade de uma pesquisa que acompanhasse uma determinada geração ao longo do tempo. Desse modo, seria possível verificar com mais precisão a evolução dessas pessoas nos diversos aspectos que envolvem a movimentação na escala social. Pois ao trabalhar com amostras, deve-se considerar que, pelo fato de o contingente de pessoas não ser exatamente o mesmo, poderá haver viés em alguns resultados obtidos na análise em relação à mobilidade das pessoas em sua condição social e econômica.

BIBLIOGRAFIA

- 1 ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Pobreza e Mobilidade Social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Org.). **Pobreza e Mobilidade Social**. As Bases do Desenvolvimento Moderno: Fórum Nacional – São Paulo: Nobel, 1993. p.15-21.
- 2 BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.
- 3 BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- 4 _____. Rosane Silva Pinto de. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. Texto para discussão nº 377. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- 5 BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. **Depois da Queda: A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- 6 BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Condições de Vida e Acesso a Serviços no Contexto das Metrôpoles Paulistas. In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo. (Org.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980 - 1993**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997. p.153-176.
- 7 CATTANI, Antonio David. A Vida Precária: Bases para a Nova Submissão. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota. (Org.). **Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- 8 CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise: A Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE - Unicamp, 2002.
- 9 COMIN et al. (Pesquisadores). **Pobreza: da Insuficiência de Renda à Privação de Capacitações**. Uma Aplicação para a Cidade de Porto Alegre através de um Indicador Multidimensional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- 10 _____. ; BAGOLIN, Izete Pengo. **Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.23, Número Especial, p.467 – 490, 2002.

11 DÍAZ, Laura Mota. As Faces Atuais da Pobreza Urbana: Elementos para uma Reorientação da Política Social. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota. (Org.). **Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

12 FIELDS, Gary S. **Distribution and Development: a new look at the developing world**. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

13 GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. – 7.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

14 HASENBALG, Carlo; SILVA, Nelson do Valle. **Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

15 HIGGINS, Sílvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

16 HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998 – (Acadêmica; 22).

17 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / **Estatísticas - PNAD**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/download/Estatistica>> Acesso em: Abril.2007.

18 _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 1 CD-ROM.

19 _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 1 CD-ROM.

20 _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 1 CD-ROM.

21 _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 1 CD-ROM.

22 _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. 1 CD-ROM.

23 IPEADATA. **Dados Regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: Abril.2007.

24 JANUZZI, Paulo de Martino. **Mobilidade Social no Contexto de Adversidades Crescentes do Mercado de Trabalho Brasileiro dos Anos 1990**. Campinas: Economia e Sociedade, v.11, n. 2 (19), p. 255-278, jul/dez.2002.

25 _____. **Migração e Mobilidade Social** – Migrantes no Mercado de Trabalho Paulista. Campinas: Autores Associados, 2000.

26 MACHADO, Ana Flávia; RIBAS, Rafael Perez; PENIDO, Mariângela. **Mobilidade entre Estados de Pobreza e Inserção no Mercado de Trabalho: Uma Análise para o Brasil Metropolitano em 2004**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

27 MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Organizador). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.123-148.

28 PASTORE, José e SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

29 RAIS/ **Base Estatística**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais>> Acesso em: Abril. 2007.

30 RAMOS, Marília P. Mobilidade Social. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.116-117.

31 _____.; VALENTIM Rosa. Capital Social. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.40-42.

32 RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

33 _____. **Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil**. Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 49, n. 4, 2006.

34 ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

35 SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de Posições de Classe no Brasil: Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

36 SCALON, Maria Celi. **Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências.** Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999

38 SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

37 _____. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

39 SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula.** São Paulo: Atlas, 2007.

40 VELLOSO, João Paulo dos Reis. A Transição para a Modernidade no Brasil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Org.). **Pobreza e Mobilidade Social.** As Bases do Desenvolvimento Moderno: Fórum Nacional – São Paulo: Nobel, 1993. p.7-14.

ANEXO A – Indicadores Socioeconômicos divulgados pelo Ipeadata

Segue abaixo os conceitos dos dados estatísticos utilizados no Capítulo 2, transcritos textualmente da base de dados do Ipeadata. Esses dados foram classificados em seis aspectos, conforme foram descritos anteriormente no capítulo em questão.

1) Crescimento Econômico

Para efetuar uma análise na Área de Crescimento Econômico foram utilizados dois indicadores, um referente ao valor e outro relativo à variação percentual do PIB.

- **Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes - R\$ de 2000 (mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional:** Produto Interno Bruto elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1985 a 2002, segundo o conceito a preços de mercado constantes.

- **Produto Interno Bruto (PIB) - valor adicionado a preços constantes - var. (%) – Porcentagem:** Variação do valor adicionado a preços básicos (base móvel).

2) Infra-Estrutura

A análise da Área da Infra-Estrutura foi baseada nos indicadores sobre as condições das habitações existentes no país. Para tanto, verificou-se o percentual de pessoas com acesso à água potável e à instalação adequada de esgoto, a densidade de pessoas nos dormitórios dessas habitações e o consumo de energia elétrica.

- **Domicílios - com água potável na rede geral - pessoas - (%):** Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

- **Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%):** Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto, ou seja, que tem banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.

- Domicílios - com densidade acima de 2 pessoas por dormitório - pessoas - (%):

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a 2. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos do mesmo, excluídos o(s) banheiro(s) e mais um cômodo, destinado à cozinha.

- Consumo de energia elétrica - residencial – GWh: Quantidade de energia elétrica, medida em GWh (1.000.000 de Watts) consumida pelas residências brasileiras.

3) Educação

Para analisar a dimensão educação foram considerados três indicadores: Analfabetismo, Nível de Escolaridade e Frequência Escolar. Esta última ainda foi subdividida em Frequência para o Ensino Fundamental e Frequência para o Ensino Médio. Todos os indicadores para a Educação foram analisados no âmbito Geral, Homens e Mulheres.

- Analfabetismo – pessoas com 15 anos e mais – (%): Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. Foram utilizados os Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

- Anos de estudo - média - pessoas 25 anos e mais – Ano: Razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária. Este indicador foi utilizado para determinar o Nível de Escolaridade.

- Frequência escolar - pessoas 7 a 14 anos - (%): Razão entre o número de pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária. Este indicador foi utilizado para analisar a freqüência no Ensino Fundamental.

- Frequência escolar - pessoas 15 a 17 anos - (%): Razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos de idade que freqüentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária. Este indicador foi utilizado para analisar a freqüência no Ensino Médio.

4) Ocupação

Ao analisar a Área da Ocupação foram utilizados os indicadores da população ocupada nos grandes setores (Rural, Indústria, Comércio e Serviços), a fim de verificar a participação de cada setor na economia do país; e o emprego formal, para avaliar o tipo de emprego que predomina no Brasil em determinados períodos.

- **População ocupada - empregada - (%)**: Percentual de ocupados nos setores da agricultura e pesca (esse indicador foi utilizado como a ocupação no setor rural), indústria, comércio e serviços. Além do percentual da população ocupada com carteira assinada, os militares e os funcionários públicos.

5) Nível de Pobreza pelo aspecto da Renda

Esse tópico não significa que se pretende tratar o nível de pobreza ou a desigualdade somente pela renda. Critério tão criticado por diversos estudiosos. A intenção será mostrar os diversos aspectos relacionados com a condição social e qualidade de vida da população brasileira, inclusive a renda. Visto que, outros aspectos, os quais já foram citados, estão sendo contemplados neste estudo.

- **Renda domiciliar - per capita - R\$ de 2001**: A renda domiciliar per capita, de cada domicílio, está definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. Valores expressos em reais de setembro de 2001.

- **Desigualdade - índice de Gini**: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

- **Pobreza - domicílios indigentes - (%)**: Proporção dos domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza. De acordo com o divulgado pelo

Ipeadata, a linha de extrema pobreza, refere-se à renda inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

- **Pobreza - domicílios pobres - (%)**: Proporção dos domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. De acordo com o divulgado pelo Ipeadata, a linha de pobreza corresponde à renda inferior a 1/2 salário mínimo vigente.

6) Segurança

O aspecto da segurança foi analisado somente pela ótica da Taxa de Homicídio nos âmbitos: Geral, Homens e Mulheres. A intenção foi avaliar o grau de criminalidade existente na população, portanto não interessava observar o comportamento, por exemplo, ligado a suicídio ou à violência no trânsito.

- **Taxa de homicídios (100.000 Habitantes)**: Os dados originais são provenientes do SIM-DATASUS. Até 1995 as informações são do CID9, a partir de 1996 são do CID10. Cálculo da Taxa: Divisão do grupo populacional multiplicado por 100.000 pela população de referência.

ANEXO B – Notas metodológicas do IBGE

Referente ao ANEXO III das Notas Metodológicas do IBGE para a elaboração dos dados da PNAD. A lista abaixo segue o padrão de formatação apresentado pelo IBGE.

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADE

AGRÍCOLA

Agricultura, silvicultura e pecuária

Extração vegetal

Pesca e piscicultura

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Extração mineral

Serviços industriais de utilidade pública

COMÉRCIO DE MERCADORIAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Serviços de alojamento e alimentação

Serviços de reparação e conservação

Serviços pessoais

Serviços domiciliares

Serviços de diversões, radiodifusão e televisão

SERVIÇOS AUXILIARES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Serviços técnico-profissionais

Serviços auxiliares das atividades econômicas

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

SOCIAL

Serviços comunitários e sociais

Serviços médicos, odontológicos e veterinários

Ensino

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública

Defesa nacional e segurança pública

OUTRAS ATIVIDADES, ATIVIDADES MAL DEFINIDAS OU NÃO DECLARADAS

Instituições de crédito, de seguros e de capitalização

Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários

Organizações internacionais e representações estrangeiras

Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.